



PROGRAMA  
**FRONTEIRA**  
INTEGRADA



Fronteiras da Amazônia

# Arco Norte e Rondônia

## PANORAMA GERAL - ACRE

Síntese do Produto 1 - Diagnósticos socioeconômicos, com base em informações secundárias, referentes aos Estados do Arco Norte e Rondônia.

Execução:



Realização:



MINISTÉRIO DA  
INTEGRAÇÃO E DO  
DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

**Fronteiras da Amazônia  
Arco Norte e Rondônia**

**PANORAMA GERAL - ACRE**

**Síntese do Produto 1 - Diagnósticos socioeconômicos, com base  
em informações secundárias, referentes aos Estados do Arco  
Norte e Rondônia**

**Março, 2025**

## Lista de Figuras

Figura 1 - Marco Legal das Fronteiras.....	12
Figura 2 - Cadeia produtiva agroindustrial organizada.....	74

## Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição das Áreas Legalmente Atribuídas na Faixa de Fronteira do estado do Acre. ....	22
Gráfico 2 - Conflitos por terra e água nos Municípios da Faixa de Fronteira do Acre (2015-2023).....	27
Gráfico 3 - Produto Interno Bruto a preços correntes de mercado em bilhões de reais ....	54
Gráfico 4 - Saldo da balança comercial - 2017 a 2021.....	56
Gráfico 5 - Total de Ocupados por setor de atividade econômica nos estados em 2023.....	57
Gráfico 6 - Participação dos setores no valor adicionado total da categoria territorial PDIFF no estado do Acre em 2021. ....	58
Gráfico 7 - Evolução do IDHM nos Estados do Arco Norte e Rondônia, 2010 e 2021.....	59
Gráfico 8 - Classificação do IDHM nas cidades gêmeas em 2021.....	61
Gráfico 9 - Evolução do Índice de Gini - 2010 a 2021.....	62
Gráfico 10 - Classificação do Índice de Gini nas cidades gêmeas em 2010.....	64
Gráfico 11 - Distribuição percentual da população total, por classes de rendimento domiciliar <i>per capita</i> mensal, em salários mínimos - 2022.....	65
Gráfico 12 - Número de Estabelecimentos por condição do produtor.....	69
Gráfico 13 - Valor da Produção das atividades agropecuárias (em mil reais).....	70
Gráfico 14 - Valor da produção na extração vegetal (em mil reais), 2023. Tipo de produto extrativo: Castanha - Principais municípios.....	72
Gráfico 15 - Valor da produção na extração vegetal (em mil reais), 2023. Tipo de produto extrativo: açaí. Principais municípios em VP.....	72
Gráfico 16 - Taxas de homicídio dos estados do Arco Norte e Rondônia em 2022.....	90
Gráfico 17 - Taxas médias de homicídio nos municípios do estado do Acre.....	92

## Lista de Mapas

Mapa 1 - Macrodivisão da Faixa de Fronteira terrestre brasileira.....	8
Mapa 2 - Divisão Sub-regional dos Municípios da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia.....	15
Mapa 3 - Municípios Lindeiros e Não Lindeiros da Faixa de Fronteira e Cidades Gêmeas do Arco Norte e Rondônia.....	17
Mapa 4 - População dos municípios que compõem a Faixa de Fronteira Arco Norte e Rondônia.....	18
Mapa 5 - Áreas legalmente atribuídas e distribuição do desmatamento acumulado (2015-2023) no Acre. ....	23
Mapa 6 - Índice de risco de impacto para recursos hídricos, considerando a ameaça climática de seca. ....	30
Mapa 7 - Índice de risco de impacto para inundações, enxurradas e alagamentos.....	31
Mapa 8 - Índice de risco de impacto para deslizamento. ....	32

Mapa 9 - Municípios da Faixa de Fronteira, mais suscetíveis à ocorrência de deslizamentos, enxurradas e inundações.....	33
Mapa 10 - Rodovias Federais que interligam os Estados da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia .....	42
Mapa 11 - Portos em operação, em obras e planejados nos Estados da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia .....	44
Mapa 12 - Sistemas Isolados localizados nos Municípios da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia .....	48
Mapa 13 - Classificação do IDHM nos municípios do Arco Norte e Rondônia.....	60
Mapa 14 - Classificação do Índice de Gini nos municípios do Arco Norte e Rondônia (2010) .....	63
Mapa 15 - Salário médio mensal dos trabalhadores formais -2022. ....	66
Mapa 16 - Porcentagem de pessoas inscritas no Cadastro Único - 2020.....	68
Mapa 17 - Regiões Turísticas nos municípios na Faixa de Fronteira.....	77
Mapa 18 - Terras Indígenas na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia.....	81
Mapa 19 - Percentual de população indígena na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia .....	85
Mapa 20 - Taxa média de homicídios dos municípios da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia .....	91

### **Lista de Quadros**

Quadro 1 - Municípios dos Estados da Faixa de Fronteira - Arcos Norte e Rondônia identificados na Faixa B (Intemediária Avançada) .....	34
Quadro 2 - Categorias e Órgãos Federais presentes na Faixa de Fronteira .....	40
Quadro 3 - Projetos previstos nas Rotas de Integração Sul-Americana previstas na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia .....	46
Quadro 4 - Capacidade instalada de geração de energia por tipo de fonte nos Estados da Região Norte .....	47
Quadro 5 – Mapeamento Preliminar de Cadeiras Produtivas .....	76
Quadro 6 - Síntese da dinâmica da violência e criminalidade no estado do Acre .....	92

### **Lista de Tabelas**

Tabela 1 - População por Estado e nas suas respectivas Faixas de Fronteira (2022) .....	16
Tabela 2 – Perfil Demográfico Municípios do Acre .....	19
Tabela 3 - Emissões e remoções de gases efeito estufa (GEE) dos Municípios da Faixa de Fronteira do Estado do Acre. ....	35
Tabela 4 - Participação setorial no valor adicionado dos estados em 2021 (em %) .....	55
Tabela 5 - População e total de pessoas cadastradas no CadÚnico nos estados do Arco Norte e Rondônia .....	67
Tabela 6 - Valor da produção dos principais produtos extrativos (em mil reais) - 2023 .....	71
Tabela 7 - Dados das Regiões Turísticas do Acre .....	78
Tabela 8 – Terras Indígenas localizados na Faixa de Fronteira do Acre .....	82

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	7
<b>MARCO LEGAL DA FAIXA DE FRONTEIRA BRASILEIRA</b> .....	8
<b>ORGANIZAÇÃO DO DOCUMENTO</b> .....	14
<b>CARACTERIZAÇÃO GERAL</b> .....	14
<b>CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA</b> .....	16
<b>EIXO TEMÁTICO 1: ORDENAMENTO TERRITORIAL, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E GESTÃO AMBIENTAL E CLIMÁTICA</b> .....	21
<b>CONFIGURAÇÃO FUNDIÁRIA</b> .....	22
<b>GESTÃO AMBIENTAL</b> .....	24
<b>CONFLITOS FUNDIÁRIOS E DESMATAMENTO NA FAIXA DE FRONTEIRA</b> .....	25
<b>GESTÃO CLIMÁTICA</b> .....	28
<b>EIXO TEMÁTICO 2: INFRAESTRUTURAS PARA O DESENVOLVIMENTO</b> .....	39
<b>INFRAESTRUTURAS DE GOVERNO</b> .....	40
<b>INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA</b> .....	42
<b>INFRAESTRUTURA ENERGÉTICA E DE COMUNICAÇÕES</b> .....	46
<b>SANEAMENTO BÁSICO</b> .....	50
<b>EIXO TEMÁTICO 3: FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS E INCLUSÃO SOCIAL</b> .....	53
<b>INDICADORES ECONÔMICOS</b> .....	54
<b>ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)</b> .....	58
<b>ÍNDICE DE GINI</b> .....	61
<b>RENDIMENTO DOMICILIAR</b> .....	64
<b>CADASTRO ÚNICO</b> .....	66
<b>ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS</b> .....	68
<b>MAPEAMENTO PRELIMINAR DE CADEIAS PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS</b> .....	73
<b>POTENCIAL TURÍSTICO</b> .....	77
<b>EIXO TEMÁTICO 4: POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS</b> .....	80
<b>POVOS INDÍGENAS</b> .....	80
<b>COMUNIDADES QUILOMBOLAS</b> .....	86
<b>EIXO TEMÁTICO 5: INTEGRAÇÃO REGIONAL, MIGRAÇÕES E SEGURANÇA</b> .....	87
<b>CONTEXTOS DAS MIGRAÇÕES NO ARCO NORTE E RONDÔNIA</b> .....	87

<b>CONTEXTOS DAS MIGRAÇÕES NO ACRE .....</b>	<b>88</b>
<b>CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA E DE CRIMINALIDADE NO ARCO NORTE E RONDÔNIA .....</b>	<b>89</b>
<b>CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA E DE CRIMINALIDADE NO ACRE .....</b>	<b>90</b>

## APRESENTAÇÃO

Este documento consiste na síntese do primeiro produto do projeto Fronteiras da Amazônia – Arco Norte e Rondônia, referente ao **Estado do Acre**. O trabalho está vinculado ao contrato N. 22400030, celebrado entre Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), cujo objeto é assessoria especializada para a elaboração dos Diagnósticos e Planos de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (PDIFFs) e apoio à estruturação dos Núcleos Estaduais de Fronteira do Arco Norte e Rondônia, sob coordenação do Ministério Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), a cargo da Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial (SDR/MIDR).

Trata-se de um documento técnico que reúne os diagnósticos socioeconômicos dos territórios e cidades fronteiriças, essencial para o processo de trabalho e construção da leitura desses territórios. Seu objetivo principal é reunir e organizar informações e dados secundários sobre a Faixa de Fronteira Amazônica, bem como analisar a realidade local a partir dos grandes temas associados à política de integração da fronteira brasileira. Neste produto, optou-se por apresentar um recorte específico para o estado do Acre, priorizando a seleção e o tratamento de dados com foco territorial sempre que possível. É importante considerar que este é um documento de um processo em curso, voltado à sistematização de informações para subsidiar a elaboração dos PDIFFs. Evidentemente, as abordagens assumidas indicam preocupações que deverão ser objeto de propostas. E, ao serem discutidas as propostas, possivelmente aspectos do diagnóstico terão que ser analisados mais profundamente e/ou melhor compreendidos.

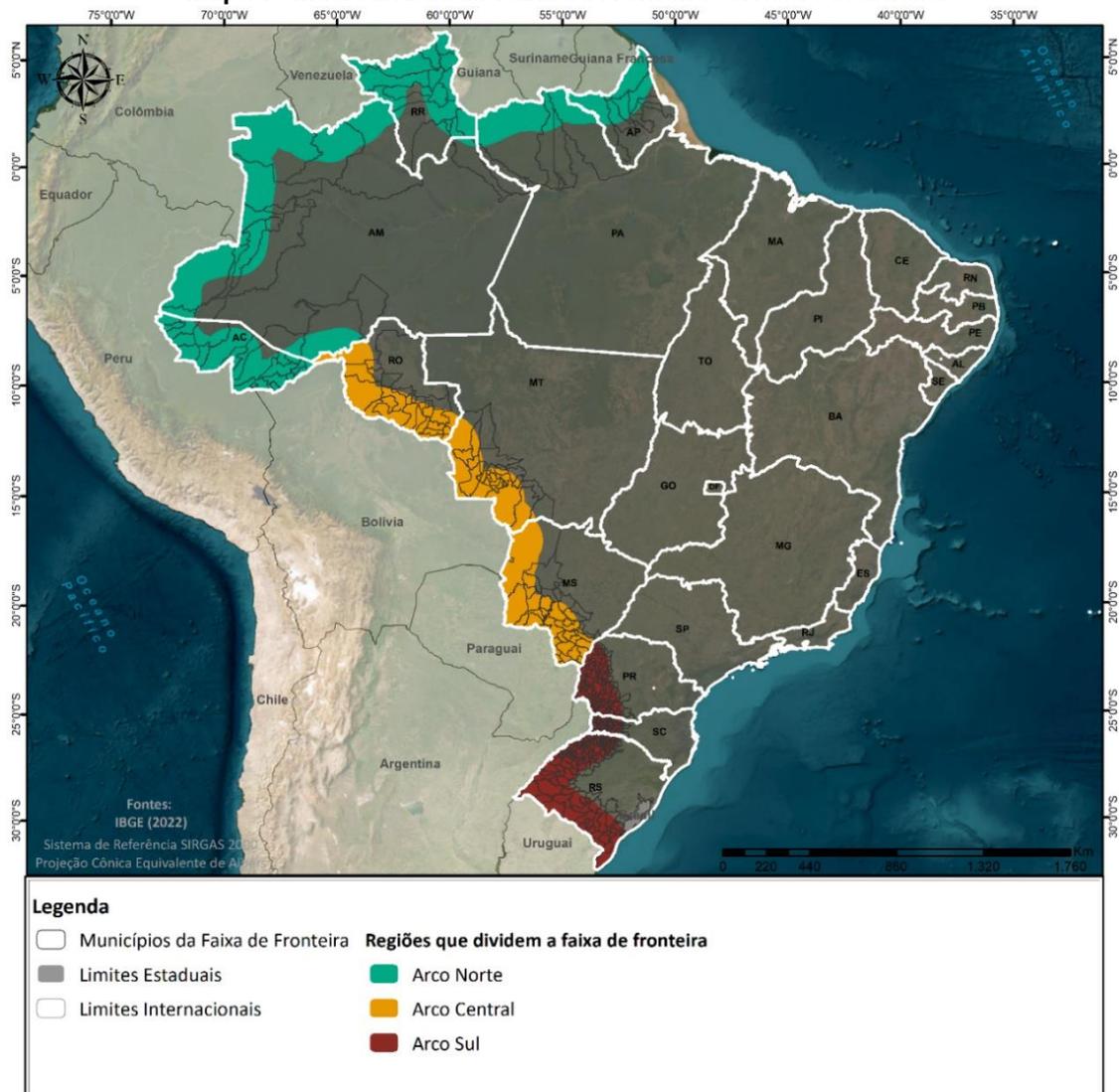
Exatamente pelo seu caráter de subsídio ao processo de elaboração dos PDIFFs, o diagnóstico foi construído como um panorama geral, mais do que um diagnóstico aprofundado dos temas envolvidos, que deverá servir como material de referência para a realização das Oficinas de Planejamento Territorial e elaboração de propostas. As análises aqui desenvolvidas poderão ser aperfeiçoadas à medida que ocorrerem as trocas com os setores governamentais, as organizações da sociedade civil e agentes sociais que tenham interesse em participar dos debates e das oficinas.

A Faixa de Fronteira é uma região de interseções de disputas e projetos que incidem de modos distintos no território. O trabalho aqui desenvolvido tem os planos estaduais como produto final. Entretanto as dinâmicas socioeconômicas e as condicionantes ambientais não são circunscritas a limites políticos administrativos, o que se reflete na estrutura deste documento a partir dos eixos temáticos, ainda que sempre se buscando iluminar aspectos mais relevantes em cada estado. Dessa forma, opera-se em diferentes escalas simultaneamente, de modo a compreender os diferentes processos e os impactos locais, bem como oferecer subsídios para se pensar políticas públicas integradas que equilibrem o desenvolvimento econômico com a inclusão social e a preservação ambiental, respeitando as especificidades de cada território.

## MARCO LEGAL DA FAIXA DE FRONTEIRA BRASILEIRA

A Faixa de Fronteira interna do Brasil com os países vizinhos foi estabelecida em 1979 pela Lei nº 6.634/1979 e regulamentada pelo Decreto nº 85.064/1980. A lei estabelece como Faixa de Fronteira, indispensável à Segurança Nacional, a faixa interna de 150 Km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional. A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 20, § 2º, apontou o caráter estratégico e a importância das fronteiras para a defesa do território nacional e em 1991, foi determinada como competência do Conselho de Defesa Nacional (CDN) a proposição de “critérios e condições de utilização das áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira”. A Faixa de Fronteira do Brasil abrange a área de 150km ao longo da fronteira, de norte a sul, subdividida em Arcos Norte, Central e Sul. Ao longo de seus 15.719 quilômetros, abrange 11 Estados e 588 Municípios com aproximadamente 11,7 milhões de habitantes, conforme os dados do Censo Demográfico 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

**Mapa 1 - Macrodivisão da Faixa de Fronteira terrestre brasileira**



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

A área objeto deste trabalho engloba o Arco Norte e o estado de Rondônia, que integra o Arco Central, compreendendo a chamada Faixa de Fronteira terrestre amazônica, que se estende pelo território de 97 Municípios, em 6 unidades da federação. A região do Arco Norte, formada pelos estados do Amapá, Pará, Roraima, Amazonas e Acre, destaca-se por suas características singulares, marcadas pela diversidade cultural, pela presença de vastas áreas de floresta pública e terras indígenas e por sua importância estratégica para o desenvolvimento nacional. O estado de Rondônia, embora tenha sido alocado no Arco Central devido a particularidades na base produtiva e em indicadores socioeconômicos, está integralmente no bioma Amazônia, tendo sido incluído no escopo do trabalho.

Coexistem nesta região espaços territoriais especialmente protegidos, como terras indígenas, unidades de conservação e assentamentos, intercalados com áreas de grande urbanização. A presença de grupos indígenas e populações tradicionais reforça essa diversidade, mesmo fora das terras legalmente atribuídas, compondo um mosaico territorial complexo.

A extensão territorial da fronteira nessa região é, certamente, um desafio para monitoramento e gestão. Essa realidade evidencia a necessidade de fortalecer e aproximar a administração pública das demandas locais, buscando compreender as dinâmicas socioeconômicas no território e conciliar estratégias de desenvolvimento local com a preservação da sociobiodiversidade da região, de modo a favorecer, pela combinação dessas duas dimensões, tanto a segurança na fronteira como a integração com os países vizinhos.

Ao longo das décadas de 2000 e 2010 foram desenvolvidos diversos debates e estudos técnicos que subsidiaram a elaboração de propostas para enfrentar os múltiplos problemas sociais existentes nos municípios que formam esse extenso território nacional. Um dos principais documentos de referência é a Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, elaborado em 2005, pelo Grupo Retis do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a liderança da professora Lia Osorio Machado, para o então Ministério da Integração Nacional.

Em 2009, a Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional, apresentou estratégias de implementação para um *Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - PDFF* e em 2010, foi elaborado o documento *Bases para uma proposta de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira*, juntamente com outros ministérios, como Defesa, Turismo, Fazenda e incluindo representantes do Fórum de Governadores da Amazônia Legal e da Frente Nacional de Prefeitos.

A partir de 2011, uma série de leis e decretos que tratam sobre planos e programas sobre as fronteiras foram instituídos. O primeiro deles, o decreto nº 7.407/2011 instituiu o Plano Estratégico de Fronteiras que, entretanto, não foi levado a diante.

Entre 2015 e 2016<sup>1</sup>, no âmbito de uma auditoria operacional do Tribunal de Contas da União (TCU), foi realizada uma avaliação de governança de políticas públicas em fortalecimento da faixa de fronteira, que resultou na elaboração de acórdãos que apontavam a necessidade de uma coordenação de Fronteira centralizada com maior alcance, integração e monitoramento.

Em resposta, foi instituído o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, o PPIF, conforme Decreto 8.903/2016<sup>2</sup>, com o propósito de fortalecer a prevenção, o controle, a fiscalização e a repressão aos delitos transfronteiriços. Como órgão de governança foi instituído um Comitê Executivo do programa, que hoje é composto 18 órgãos de 8 ministérios, além do Ministério Público Federal. A coordenação das ações do Comitê-Executivo é realizada pela Secretaria de Acompanhamento e Gestão de Assuntos Estratégicos (SAGAE), por meio de seu Departamento de Assuntos da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (DACREDEN).

Uma das resoluções do PPIF foi o estabelecimento da participação dos Estados baseada em instrumentos de cooperação entre os ministérios participantes e os órgãos federais que compõem o Programa, além da instituição de seus Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIFs), considerando a importância da coordenação entre os níveis federal, estadual e municipal de governo para a realização de um trabalho integrado.

No âmbito do Ministério de Integração Regional, foi criada, em 2010, a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF)<sup>3</sup>. A Comissão tem, entre suas competências, propor ações que visem ao desenvolvimento regional que considerem a importância de programas para a integração fronteiriça e para a integração sul-americana e apresentar planos regionalizados de desenvolvimento e integração fronteiriços. À CDIF também compete a interação com núcleos estaduais estabelecidos para debater questões de desenvolvimento e integração fronteiriços em cada estado.

Já em 2019 foi institucionalizada a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), através do Decreto nº 9.810/2019 com a finalidade de reduzir desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais, sendo a faixa de fronteira considerada como uma sub-região especial de escala da abordagem da política de desenvolvimento.

Em 2020, o MIDR chegou a atualizar o Manual para os Núcleos Estaduais de Fronteira (NEFs), material que apresenta diretrizes gerais de incentivo a criação de núcleos a se repensarem enquanto instituições e se reconhecerem como atores centrais e aliados federativos no estímulo ao progresso sociopolítico e econômico da região fronteiriça.

---

<sup>1</sup> Vale destacar que no mesmo período, entre 2015 e 2017, o MIN, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), realizou diversas oficinas sobre o tema das fronteiras, consolidando insumos para estruturação de projetos em diversos estados nos três arcos.

<sup>2</sup> O decreto nº 11.273, de 5 de dezembro de 2022, alterou o Decreto nº 8.903/2016, com atualizações sobre a atuação de unidades da administração pública federal para execução do PPIF.

<sup>3</sup> A CDIF foi revisada no decreto nº 9.961, de 8 de agosto de 2019.

Finalmente, em 2024, foi criada a Política Nacional de Fronteiras (PNFron) que ampliou o escopo da política de fronteiras com vistas não só a promoção da segurança nacional, mas também do desenvolvimento sustentável, da integração regional, dos direitos humanos, cidadania e proteção social nas fronteiras brasileiras, de modo a orientar as ações do Poder Executivo federal para a atuação coordenada com os entes federativos e com as instituições privadas. A política ressalta a interdependência entre esses eixos e distribui suas responsabilidades entre quatro ministérios: o Ministério da Defesa (responsável pelo eixo I - segurança), o Ministério das Relações Exteriores (eixo II - integração regional), o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (eixo III - desenvolvimento sustentável) e o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (eixo IV - direitos humanos, cidadania e proteção social).

A PNFron institui os seguintes instrumentos de sua política:

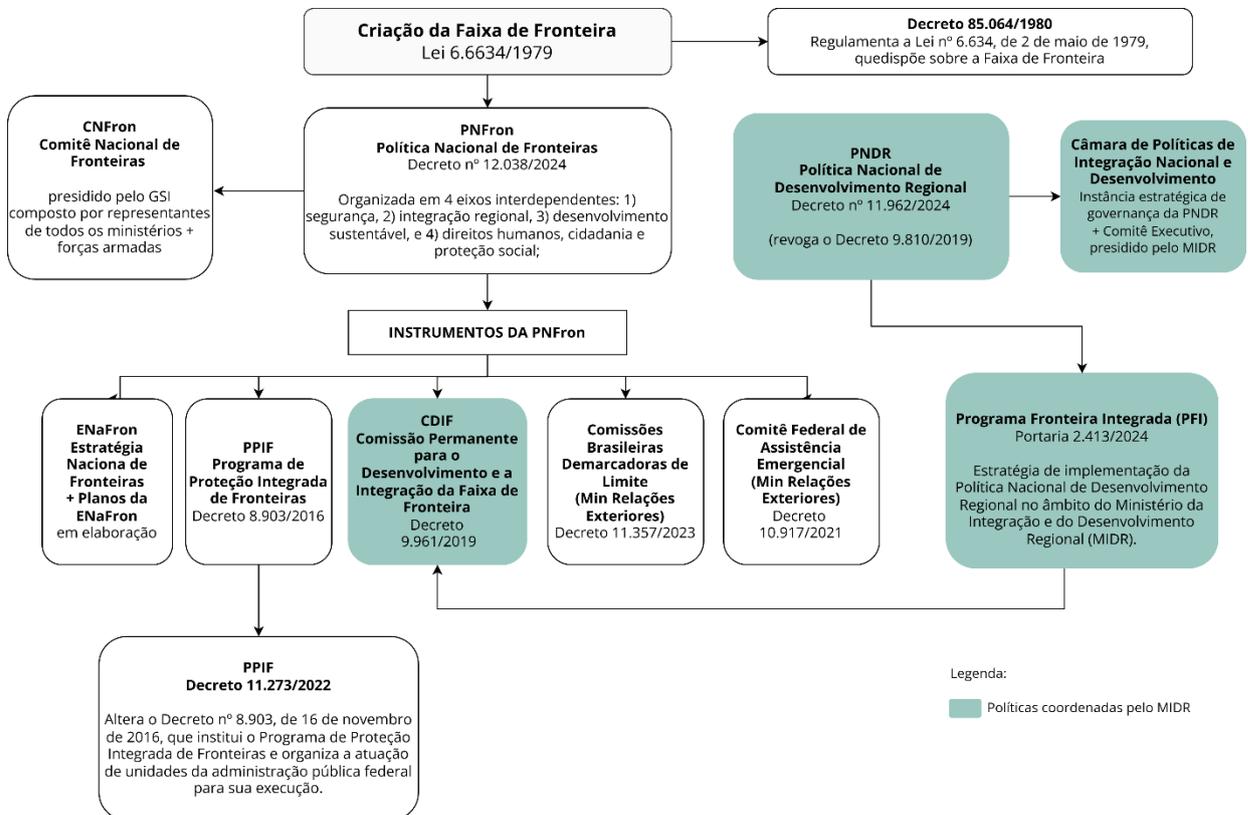
- I - a Estratégia Nacional de Fronteira (ENaFron);
- II - os planos decorrentes da ENaFron;
- III - o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, de que trata o Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016;
- IV - a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira, instituída pelo Decreto nº 9.961, de 8 de agosto de 2019;
- V - as Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites, subordinadas ao Ministério das Relações Exteriores, de acordo com o disposto no Decreto nº 11.357, de 1º de janeiro de 2023; e
- VI - o Comitê Federal de Assistência Emergencial, de que trata o Decreto nº 10.917, de 29 de dezembro de 2021.

A estrutura de governança criada no âmbito da PNFron foi o Comitê Nacional de Fronteiras, que é presidido pelo GSI/PR e composto por 28 ministérios, além de quatro órgãos do Poder Executivo Federal. Cabe ao CNFron coordenar a elaboração da Estratégia Nacional de Fronteiras, além de sugerir a elaboração de planos decorrentes da Estratégia Nacional de Fronteiras, que orientem as ações dos órgãos e das entidades nas fronteiras. Ao CNFron compete ainda promover a articulação e a cooperação interinstitucional nos temas definidos pelos eixos estruturantes da Política, zelando pela interdependência e complementariedade das ações estratégicas em prol das fronteiras brasileiras.

Também em 2024, a PNDR foi atualizada, mantendo a Faixa de Fronteira como uma subregião especial da política. Na sequência, o MIDR lançou o Programa Fronteiras Integradas (PFI), como estratégia de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e da Política Nacional de Fronteiras. O PFI tem como objetivo geral o incentivo ao desenvolvimento econômico, social e produtivo no território da faixa de fronteira, por meio da cooperação entre os países vizinhos, visando à criação de oportunidades que resultem em atração de investimento, crescimento econômico, inovação, redução das assimetrias e desigualdades, geração de trabalho e renda por meio de planos, programas e projetos de desenvolvimento regional sustentável que beneficiem as populações localizadas nas regiões de fronteira. O Fluxograma a seguir reúne as

principais informações sobre o marco legal vigente das fronteiras e as interações entre as diferentes políticas, programas e projetos sobre o tema:

**Figura 1 - Marco Legal das Fronteiras**



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

As recentes alterações dos marcos legais e institucionais da Faixa Fronteira, em especial com a aprovação do novo marco da PNFRon, revelam algumas sobreposições de iniciativas e até de estruturas de governança que devem ser observadas. Parece corresponder a um processo, provavelmente ainda inconcluso, de definições de papéis dos diferentes órgãos do próprio governo federal que está ligado também à compreensão da própria questão da fronteira.

Nesse sentido, Garzon (2024) aponta, corretamente, que “o marco legal instituído ora dá peso na questão da segurança nacional, ora no desenvolvimento sustentável”<sup>4</sup>. Diante deste cenário e considerando o caráter transversal da atuação do governo federal e sua articulação com outras esferas no tema das fronteiras, o autor analisa os atributos e competências do marco regulatório, identificando os seguintes gargalos e desafios para a efetivação das políticas de fronteira:

<sup>4</sup> Trabalho realizado no âmbito de uma consultoria individual através do Projeto de cooperação técnica MIDR- IICA BRA/IICA/13/001 voltada à análise de políticas públicas territoriais e governança visando o desenvolvimento regional sustentável na Faixa de Fronteira terrestre da Região Amazônica.

- “Sobreposição continuada de Marcos Regulatórios, evidenciada pela regência de transversalidades inerentes às políticas nacionais e setoriais de cada ministério em um marco de gestão agregado à compressão do marco normativo da CDIF no interior de um marco paralelo proposto pela PNFRon, como observado no Artigo 15º do Decreto 12.038.
- Desarticulação multiescalar entre as diretrizes pautadas pelo CDIF e as normativas municipais e estaduais, especialmente as políticas públicas de ordenamento territorial em nível municipal.
- Limitações quanto à integração entre órgãos governamentais, sobretudo no atingimento da coordenação das prefeituras envolvidas pela Faixa de Fronteira, refletindo na dificuldade de enfrentar de forma eficaz os problemas e gargalos da Região, aliado ao foco desproporcional em questões de segurança em detrimento do desenvolvimento e integração.
- Limitações das capacidades institucionais e operacionais, considerando a hierarquização de prioridades e abordagens, além da sobreposição e lacunas na atuação devido à falta de definição clara das competências e responsabilidades.
- Baixa participação dos órgãos públicos nos colegiados e falta de comprometimento com as reuniões e ações planejadas conjugada com a falta de uma ferramenta eficaz de comunicação e gerenciamento.
- Baixa alocação de recursos e poder decisório limitado, além de deficiências de apoio e recursos nas unidades das agências públicas na fronteira.
- Desalinhamento Estratégico na programação orçamentária das ações pertinentes aos diversos atores governamentais.” (Garzon, 2024)

O movimento de elaboração de Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) que foram assinados recentemente parecem trabalhar no sentido de dirimir alguns dos paralelismos entre os marcos regulatórios e seus programas. O ACT MIDR/GSI/2024, celebrado entre Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) busca atuar no sentido de estabelecer objetivos comuns e promover atividades conjuntas na promoção das políticas de fronteira. No âmbito do escopo deste trabalho, que envolve os estados do Arco Norte e Rondônia, há de considerar também ACT MIDR/CAL/2023, parceria do MIDR com o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal (CAL), que tem por objeto a pactuação de uma agenda de desenvolvimento regional, com foco em projetos no segmento de Bioeconomia e na elaboração dos PDIFFs.

Por fim, vale destacar que, na região de estudo, há dois Núcleos Estaduais de Fronteira instituídos na região do Arco Norte e Rondônia. Criado por meio do Decreto nº 32.729, de 22 de Agosto de 2012 e atualizado pelo Decreto nº 44.473, de 30 de agosto de 2021, o Núcleo Estadual de Fronteira do estado do Amazonas – NIFFAM tem por finalidade assessorar a atuação do Governo do Amazonas na sua faixa de fronteira, articulando e mobilizando atores e instituições, propondo medidas e ações efetivas prioritárias ao desenvolvimento e

integração da Faixa de Fronteira estadual, sob a coordenação da Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEDECTI).

Rondônia também possui um núcleo instituído, denominado Núcleo Estadual para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira de Rondônia (NEIFRO). Criado pelo decreto nº 24.821, de 21 de fevereiro de 2020, o órgão está vinculado à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) e foi reativado recentemente, com o intuito de atualizar o Plano de Desenvolvimento e Integração Fronteiriço do Estado de Rondônia.

## **ORGANIZAÇÃO DO DOCUMENTO**

Considerando a estruturação dos planos de fronteira, o presente documento foi organizado a partir dos grandes eixos temáticos que deverão orientar a realização das oficinas de planejamento. Desta forma, o documento está organizado nos seguintes tópicos:

- Caracterização Geral
- Caracterização Sociodemográfica
- Eixo Temático 1: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática
- Eixo Temático 2: Infraestrutura para o Desenvolvimento
- Eixo Temático 3: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social
- Eixo Temático 4: Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais
- Eixo Temático 5: Integração Regional, Migrações e Segurança

## **CARACTERIZAÇÃO GERAL**

No Estado do Acre, todos os municípios integram a Faixa de Fronteira, fazendo fronteira com Peru e Bolívia. O estado possui 4 cidades gêmeas que são os municípios de Santa Rosa do Purus, Assis Brasil, Brasiléia e Epitaciolândia. A Faixa de Fronteira do Acre abrange 2 subregiões<sup>5</sup>: Alto Juruá e Vale do Acre-Alto Purus.

Alto Juruá está localizada no extremo oeste do Brasil, na divisa com o Peru, composta por doze municípios, dos quais dez estão no estado do Acre e dois no Amazonas. Reflete uma ocupação humana esparsa, característica marcante das regiões amazônicas, onde vastos territórios ainda são pouco habitados, predominando paisagens naturais, terras indígenas e unidades de conservação. Cruzeiro do Sul, com quase 92 mil habitantes, destaca-se como

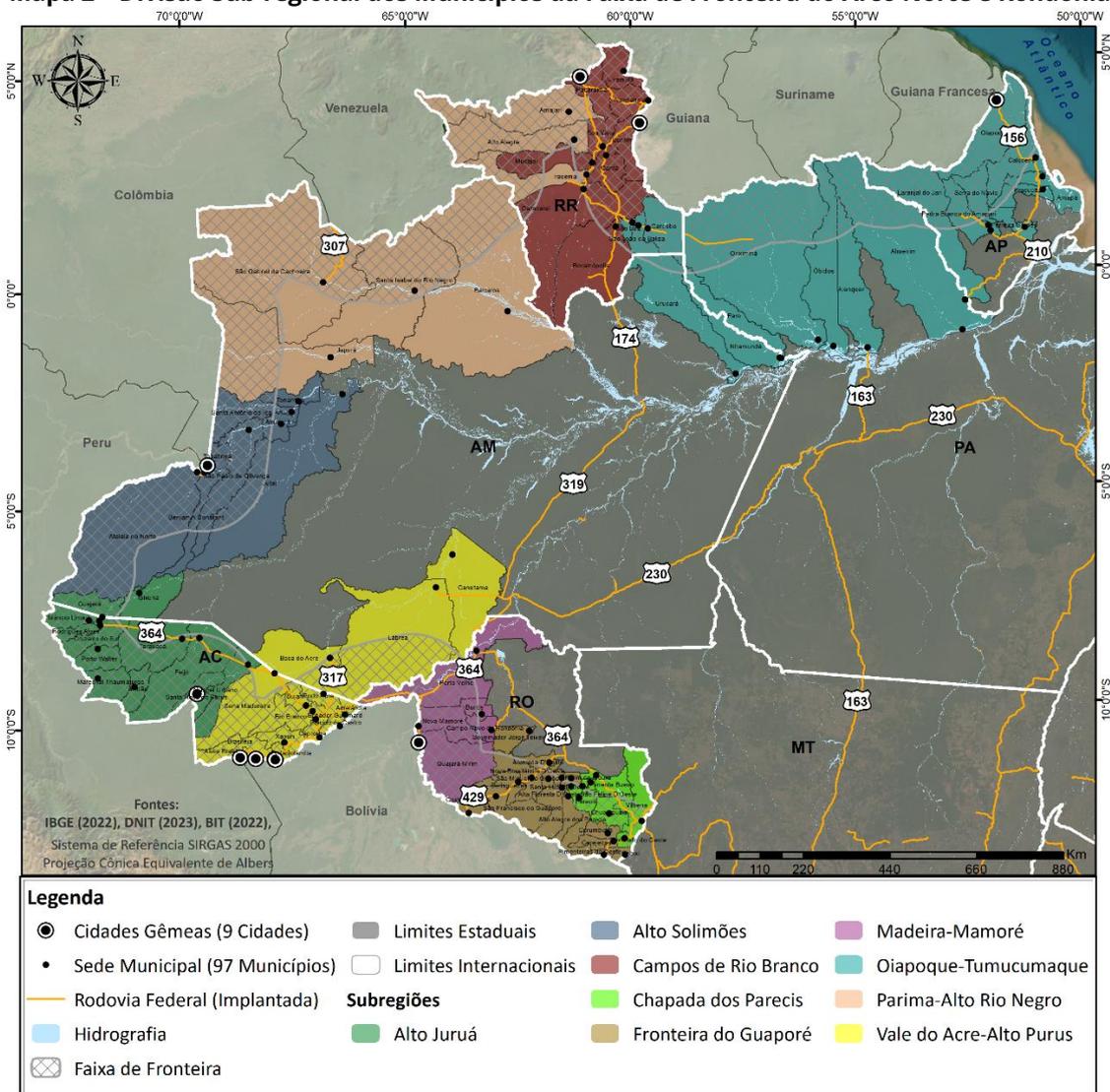
---

<sup>5</sup> Conforme os estudos do, à época, Ministério de Integração Nacional (2005), os municípios da Faixa de Fronteira foram classificados segundo subregiões, utilizando critérios como localização geográfica, características populacionais e base produtiva. Isso porque as dinâmicas socioeconômicas, culturais e ambientais não se restringem aos limites administrativos dos estados. A estrutura das subregiões considera elementos como a presença de áreas protegidas, populações indígenas, assentamentos rurais, atividades econômicas e de logística.

o maior centro urbano da subregião e principal referência no Alto Juruá. Os demais municípios são caracterizados por núcleos urbanos de pequeno porte, com economias e estruturas de gestão voltadas principalmente para atender às necessidades básicas de suas comunidades.

Já a Subregião Vale do Acre-Alto Purus conecta municípios do Amazonas e Acre. Lábrea e Boca do Acre, cortados por rodovias estratégicas como a BR-317, BR-364 e BR-230 (Transamazônica), funcionam como corredores logísticos que facilitam novas frentes de ocupação. Contudo, essa conectividade também agrava a vulnerabilidade ambiental e social da região, ao favorecer a pressão sobre áreas florestais, tais como territórios indígenas e unidades de conservação. Ambos os municípios estão incluídos na lista de municípios prioritários para o combate ao desmatamento do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

**Mapa 2 – Divisão Sub-regional dos Municípios da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia**



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias

## CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA

Os municípios da Faixa de Fronteira amazônica abrigam uma população de 3.277.578 habitantes. Dois estados, Roraima e Acre, possuem todos os municípios, e quase a totalidade de seus territórios, inseridos na Faixa de Fronteira.

**Tabela 1 - População por Estado e nas suas respectivas Faixas de Fronteira (2022)**

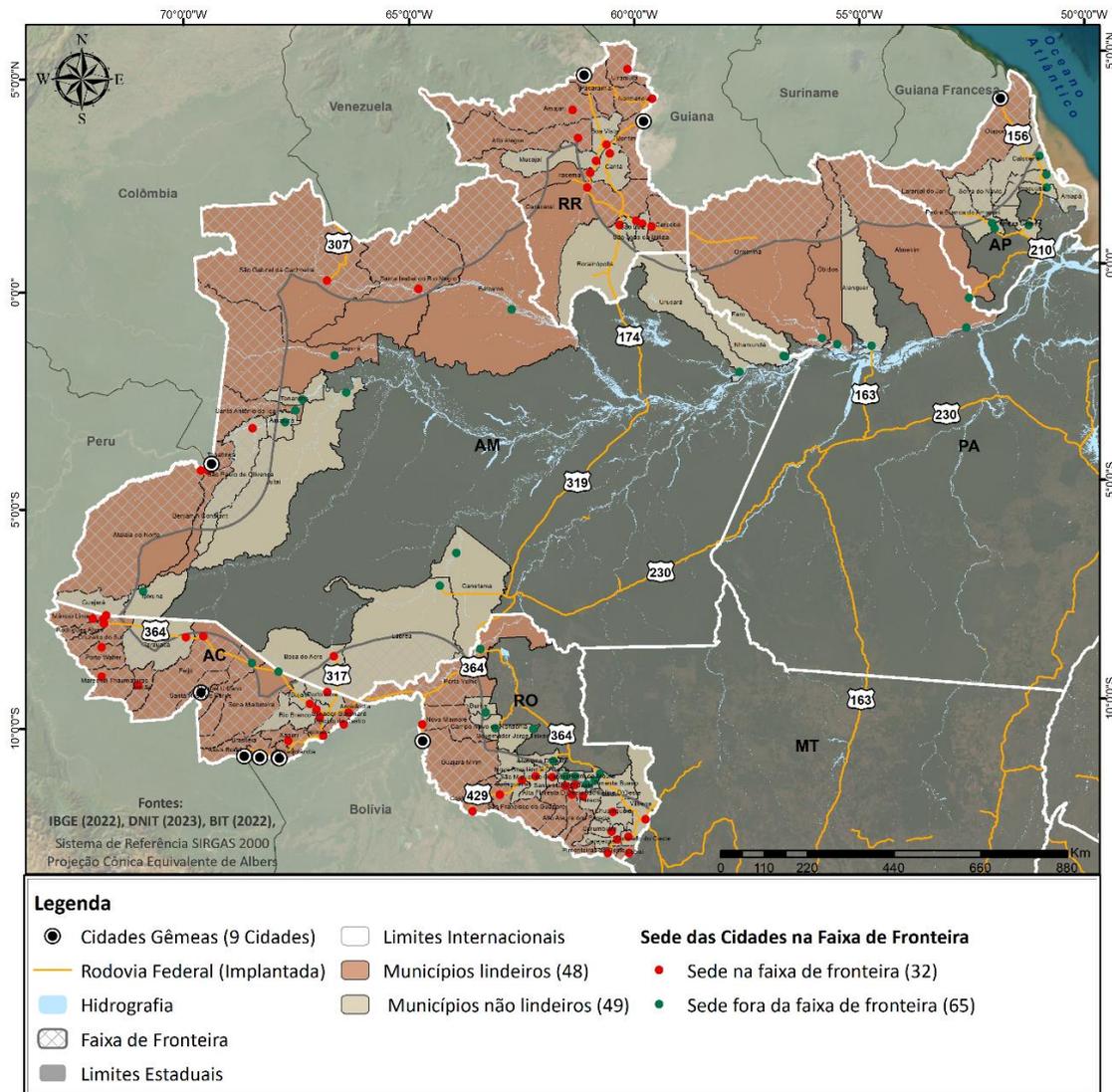
Estados		Faixa de Fronteira	
UF	População Total	Municípios	População dos Municípios Fronteiriços
Acre	830.018	22	830.018
Amapá	733.759	8	109.140
Amazonas	3.941.613	19	504.450
Pará	8.120.131	5	232.908
Rondônia	1.581.196	28	964.355
Roraima	636.707	15	636.707
<b>Total</b>	<b>15.843.424</b>	<b>97</b>	<b>3.277.578</b>

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir dos dados Censo IBGE, 2022.

Um aspecto relevante a se observar na análise populacional é a vasta extensão territorial de muitos municípios na área de fronteira, que, em alguns casos, supera a área de estados brasileiros ou até mesmo de países inteiros. Em algumas regiões, a dimensão municipal ultrapassa 700 km de largura, sendo bem superior a faixa de fronteira brasileira. Exemplo disso, é o Estado do Pará que conta com apenas 5 municípios na faixa de fronteira, sendo que nenhum deles possui sua sede municipal na faixa. A distância das sedes desses municípios até a faixa é, inclusive, mais distante que a própria largura da faixa, com seus 150 km.

Para qualificar esta análise, é necessário considerar o grau de interação dos municípios com a linha de fronteira internacional. Conforme a classificação proposta pelo Ministério da Integração (2005), os municípios da faixa são divididos entre lindeiros, que possuem limites diretos com países vizinhos, e não lindeiros, cuja localização é mais afastada, embora ainda inserida na Faixa de Fronteira. Enquanto os primeiros lidam mais diretamente com questões específicas de controle e circulação transfronteiriça, os demais enfrentam desafios distintos, como o isolamento territorial, a baixa densidade populacional e a dificuldade de acesso às políticas públicas. Entre os lindeiros, há três subgrupos: I) aqueles cujo território e sede municipal fazem limite direto com o país vizinho, podendo ou não configurar uma cidade gêmea; II) os que fazem fronteira territorial, mas têm sede fora da linha internacional; e III) aqueles cujo território faz divisa com o país vizinho, mas cuja sede localiza-se além da faixa de fronteira. Já os não lindeiros se dividem em dois subgrupos: I) os que possuem sede dentro da Faixa de Fronteira, embora sem contato direto com a linha internacional; e II) aqueles cuja sede está situada fora da faixa, mas cujo território ainda se insere no limite da faixa definida.

**Mapa 3 - Municípios Lindeiros e Não Lindeiros da Faixa de Fronteira e Cidades Gêmeas do Arco Norte e Rondônia**



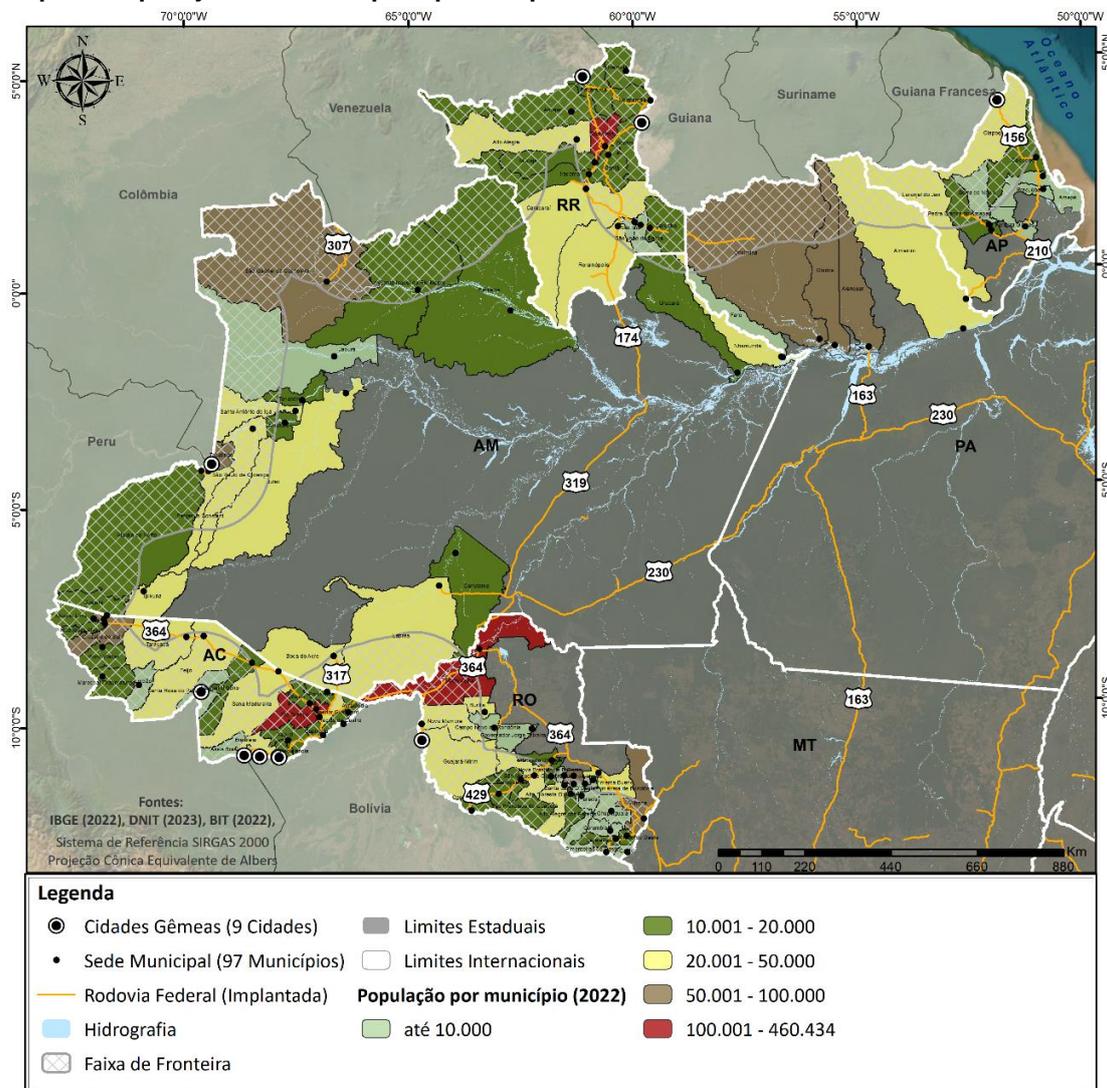
**Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.**

No Acre, os 22 municípios estão dentro da Faixa de Fronteira, ainda que parte dos territórios de Tarauacá, Feijó, Manoel Urbano, Sena Madureira não estejam na faixa de 150km. Nos casos de Manoel Urbano e Sena Madureira, as sedes municipais se encontram fora da Faixa. O estado possui 4 cidades gêmeas: Brasileia, Epitaciolândia, Assis Brasil e Santa Rosa do Purus. Plácido de Castro ainda que tenha sede na faixa de fronteira, não é classificada como cidade gêmea conforme o enquadramento nacional<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> De acordo com a Portaria nº 2.507, de 5 de outubro de 2021, são considerados cidades gêmeas: “os Municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação comum a localidade do país vizinho, assim como manifestações “condensadas” dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania”.

Na fronteira com a Bolívia, os municípios acreanos de Brasiléia e Eptaciolândia integram um contínuo urbano binacional com Cobija (Bolívia), consolidando uma dinâmica territorial, econômica e social peculiar. Brasiléia e Eptaciolândia, são classificadas pela Regic (IBGE, 2018) como Centros Subregionais B (3B) e desempenham funções de articulação regional, enquanto a capital Rio Branco concentra atividades administrativas e econômicas de maior complexidade. Brasiléia e Eptaciolândia também integram o Arranjo Populacional (AP) Cobija/Bolívia-Brasiléia/Brasil, refletindo o caráter transfronteiriço e o papel de Cobija como um polo econômico e comercial de influência sub-regional. Já Assis Brasil forma uma conurbação com Iñapari (Peru) e Bolpebra (Bolívia) e ocupa posição estratégica na BR-317, única rodovia que conecta o Brasil ao Peru, reforçando seu papel de corredor internacional de integração (MIN, 2005).

**Mapa 4 - População dos municípios que compõem a Faixa de Fronteira Arco Norte e Rondônia**



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias

As dinâmicas demográficas na Faixa de Fronteira são influenciadas por uma variedade de fatores, que vão desde o desenvolvimento econômico, a expansão agropecuária, a urbanização, até as políticas públicas e os desafios ambientais. A população dos municípios de Fronteira do Acre totaliza 830.018 habitantes. No entanto, quando se consideram apenas os dados dos setores censitários situados dentro da Faixa de Fronteira, conforme o Censo IBGE de 2022, esse contingente é reduzido para 788.255 habitantes.

Cruzeiro do Sul e a capital Rio Branco são os únicos municípios do Estado que ultrapassam a faixa de 50 mil habitantes, abrigando 91.888 e 364.756 habitantes respectivamente. Das cidades gêmeas, apenas Brasiléia ultrapassa os 20 mil habitantes.

**Tabela 2 – Perfil Demográfico Municípios do Acre**

Município	Pop 2022	Urbano 2022	Rural 2022	Taxa de Urbanização (%)
Acrelândia	14.021	7.765	6.256	55,40%
Assis Brasil	8.100	4.818	3.282	59,50%
Brasiléia	26.000	16.744	9.256	64,40%
Bujari	12.917	5.942	6.975	46,00%
Capixaba	10.392	4.225	6.167	40,70%
Cruzeiro do Sul	91.888	68.215	23.673	72,20%
Epitaciolândia	18.757	12.921	5.836	68,90%
Feijó	35.426	18.113	17.313	51,10%
Jordão	9.222	3.674	5.548	39,80%
Mâncio Lima	19.294	12.727	6.567	66,00%
Manoel Urbano	11.996	6.725	5.271	56,10%
Marechal Thaumaturgo	17.093	5.894	11.199	34,50%
Plácido de Castro	16.560	10.739	5.821	64,80%
Porto Acre	16.693	9.465	7.228	56,70%
Porto Walter	10.735	4.951	5.784	46,10%
Rio Branco	364.756	341.025	23.731	93,50%
Rodrigues Alves	14.938	5.688	9.250	38,10%
Santa Rosa do Purus	6.723	3.291	3.432	49,00%
Sena Madureira	41.343	26.943	14.400	65,20%
Senador Guiomard	21.454	13.355	8.099	62,20%
Tarauacá	43.467	24.414	19.053	56,20%
Xapuri	18.243	10.308	7.935	56,50%

Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados Censo, 2022.

A partir dos dados de Censo dos países fronteiriços é possível observar os dados populacionais das cidades gêmeas internacionais. Cobija, na Bolívia, que faz fronteira com Brasiléia e Epitaciolândia, é a maior cidade-gêmea internacional, possuindo mais de 50 mil habitantes. Inãpari, no Peru, e Bolpebra, na Bolívia, que fazem fronteira com Assis Brasil

possuem 2.390<sup>7</sup> e 2.756<sup>8</sup> habitantes respectivamente. Já Puerto Esperanza (Peru), fronteira com Santa Rosa do Purus, tem 3.346<sup>9</sup> habitantes.

Em geral, os municípios da fronteira ganharam, em maior ou menor grau, população nas últimas décadas. No acre, os únicos municípios que tiveram o grau de crescimento anual acima de 2% foram as cidades gêmeas Santa Rosa do Purus e Assis Brasil, além dos municípios de Manuel Urbano, Bujari, Jordão e Mâncio Lima. Com relação ao grau de urbanização, os municípios do Acre com maior grau de urbanização são: a capital Rio Branco com 93,5% seguido de Cruzeiro do Sul com 74,2% da população urbana.

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2022, o Acre possui a menor taxa de alfabetização entre os estados de fronteira, com apenas 87,7% da população acima de 15 anos alfabetizada. Ao comparar as quatro cidades gêmeas do Acre com as de outros estados da faixa de fronteira do arco norte, observa-se que sua taxa de alfabetização é inferior a 90%, sendo também a mais baixa entre todas.

---

<sup>7</sup> Segundo Censo da Bolívia, 2024. Disponível em <https://censo.ine.gob.bo/>

<sup>8</sup> Segundo Censo, 2017-Peru. Disponível em: <https://estadist.inei.gob.pe/map>

<sup>9</sup> Segundo Censo, 2017-Peru. Disponível em: <https://estadist.inei.gob.pe/map>. Puerto Esperanza é uma localidade do distrito de Purus. O dado disponibilizado do Censo refere-se à população total do distrito, não sendo possível identificar a população da localidade que corresponde à cidade gêmea.

## **EIXO TEMÁTICO 1: ORDENAMENTO TERRITORIAL, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E GESTÃO AMBIENTAL E CLIMÁTICA**

O ordenamento territorial da faixa de fronteira brasileira, na região norte do país, representa um dos eixos centrais relativos à sua governança fundiária e ambiental. Com grande extensão e significativa diversidade de atores envolvidos, a faixa de fronteira abriga múltiplas sobreposições de interesses, desde áreas protegidas destinadas à conservação ambiental até territórios pressionados pelo agronegócio, mineração e expansão urbana desordenada. Nesse contexto, compreender as dinâmicas de acesso, uso e gestão da terra torna-se essencial para a formulação e implementação de políticas públicas.

A análise aqui empreendida aborda a distribuição das diferentes categorias fundiárias, a incidência de conflitos territoriais e as dinâmicas ambientais que moldam o uso da terra. Baseia-se em uma abordagem quali-quantitativa, que explora fontes diversas de informações para compreender as relações entre regularização fundiária, desmatamento e segurança jurídica dos territórios analisados. A dimensão quantitativa concentrou-se na análise de dados obtidos em fontes institucionais, enquanto a dimensão qualitativa buscou interpretar as dinâmicas socioespaciais, fornecendo um panorama sobre os fenômenos observados.

Dentre as questões investigadas, destacam-se os desafios da implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) em áreas coletivas, a correlação entre a regularização fundiária e a redução dos conflitos, e os impactos das mudanças nas políticas ambientais sobre o avanço do desmatamento. Além disso, buscou-se identificar a necessidade de estratégias mais integradas para enfrentar a degradação ambiental e as disputas territoriais, de modo a promover um ordenamento fundiário mais equitativo e sustentável na faixa de fronteira. Os dados trabalhados foram coletados, organizados e analisados para identificar padrões, sobreposições e dinâmicas territoriais, contribuindo para uma compreensão abrangente do ordenamento territorial e fundiário dos estados da região analisada.

Com relação à gestão climática, foram sistematizados os dados do Atlas Brasileiro de Desastres Naturais que apontam que os alagamentos, inundações, enxurradas, incêndio florestal, estiagem e seca são desastres naturais comuns a todos os Estados dos Arcos Norte e Centro (Rondônia) da Faixa de Fronteira. O Sistema de Informações e Análises sobre Impactos das Mudanças do Clima (AdaptaBrasil MCTI)<sup>10</sup> indica que o risco de impacto presente e futuro das mudanças climáticas nos recursos hídricos considerando uma situação de seca e a ameaça de desastre geo-hidrológico no evento de deslizamento de

---

<sup>10</sup> O AdaptaBrasil MCTI é desenvolvido por meio de uma cooperação entre o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e a Rede Nacional de Pesquisa e Ensino (RNP), sendo fomentado pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). Sua governança é exercida por um Comitê Gestor composto por dois representantes, sendo um titular e um suplente, das três instituições supracitadas.

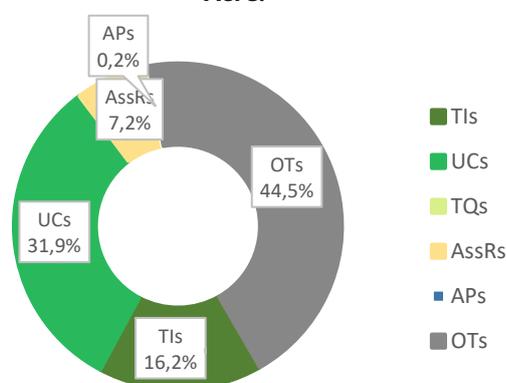
terra, inundações, enxurradas e alagamentos representam as vulnerabilidades quanto ao risco das mudanças climáticas em sistemas socioecológicos e a capacidade adaptativa. Quanto as emissões de gases de efeito estufa (GEE), foram analisados os dados por Estado, para os anos de 2015, 2022 e 2023, disponibilizado pelo Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), desenvolvido pelo Observatório do Clima.

## CONFIGURAÇÃO FUNDIÁRIA

A situação fundiária na faixa de fronteira do Acre reflete um quadro de centralização sob domínio federal, intensificado durante o período da ditadura empresarial-militar. Esse modelo fundiário resultou em um cenário de indefinição fundiária e desafios persistentes para a governança territorial. Essa indefinição se manifesta na dificuldade de acesso às informações sobre a regularidade dos documentos de domínio existentes, na sobreposição de áreas e na interseção de títulos distintos para uma mesma propriedade. Além disso, há divergências entre registros documentais e a materialidade territorial, onde propriedades são identificadas em locais diferentes daqueles registrados oficialmente. Esses problemas históricos favorecem a grilagem de terras públicas, ampliando a insegurança jurídica e desencadeando conflitos sociais nas áreas rurais do estado (INCRA, 2021).

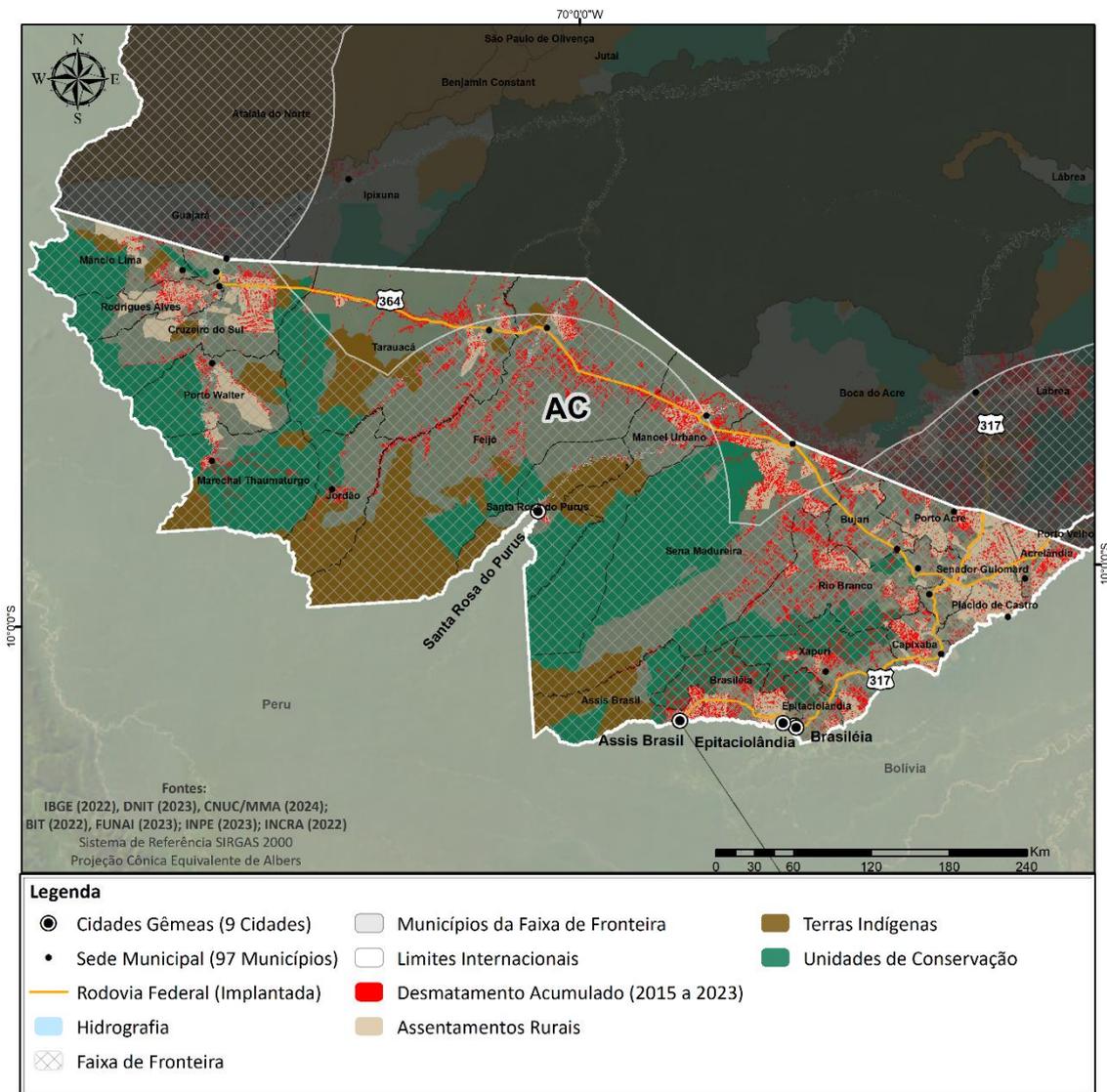
Segundo Almeida et al. (2021), aproximadamente 28% do território do Acre permanecia sem definição fundiária ou sem informações disponíveis. Deste total, a União detinha a maior parcela (69%), sendo que quase toda essa área (99%) estava inserida na faixa de fronteira, o que exige autorização do Conselho de Defesa Nacional (CDN) para sua regularização. Além disso, em 2021, 18% do estado ainda aguardava uma decisão da Câmara Técnica de Destinação e Regularização de Terras Públicas Federais na Amazônia Legal (CTD) sobre sua destinação. Essa configuração fundiária singular resultou em um território onde predominam espaços territoriais especialmente protegidos, como Terras Indígenas e Unidades de Conservação. Na faixa de fronteira, essas categorias juntas representam cerca de 48% da área da faixa de fronteira no estado.

**Gráfico 1 - Distribuição das Áreas Legalmente Atribuídas na Faixa de Fronteira do estado do Acre.**



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do Incra, Funai, MMA.

**Mapa 5 - Áreas legalmente atribuídas e distribuição do desmatamento acumulado (2015-2023) no Acre.**



**Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.**

As TIs ocupam aproximadamente 23.466,881 km<sup>2</sup>, representando 16,2% da faixa de fronteira do Acre. Essas áreas desempenham um papel essencial na preservação dos modos de vida e culturas indígenas, além de contribuírem significativamente para a manutenção da biodiversidade local. Municípios como Feijó (36,6%), Assis Brasil (10,0%) e Tarauacá (9,2%) abrigam extensões expressivas dessas áreas, refletindo o protagonismo histórico e territorial dos povos originários no estado.

As UCs, que ocupam cerca de 32% da faixa de fronteira no Acre, refletem a importância de modelos como as Reservas Extrativistas (Resex), criadas para garantir o uso sustentável dos recursos naturais por populações tradicionais. Municípios como Marechal Thaumaturgo (74,8%), Xapuri (55,9%) e Mâncio Lima (54,2%) possuem extensas porções do seu território em áreas protegidas, reforçando o protagonismo do estado na implementação de modelos

territoriais sustentáveis. Essas áreas são fruto de uma longa trajetória de resistência liderada pelos seringueiros, especialmente por meio dos "empates", movimentos coletivos que surgiram em resposta ao avanço do desmatamento nos seringais acreanos.

Os Assentamentos Rurais no Acre ocupam 7,2% da faixa de fronteira, totalizando 10.449,507 km<sup>2</sup>, o que representa uma parcela expressiva em relação a outros estados analisados. Diferentemente de regiões onde predominam modalidades ambientalmente diferenciadas, os assentamentos no Acre são exclusivamente do tipo convencional (PA), refletindo um modelo tradicional de reforma agrária voltado à distribuição individual de lotes para produção agropecuária. Embora atenda à demandas por inclusão social e acesso à terra, esse modelo, implementado em um território de alta sensibilidade socioambiental, reforça a necessidade de práticas produtivas sustentáveis. Essas práticas devem conciliar proteção ambiental, geração de renda e segurança alimentar e nutricional, aproveitando o grande potencial agroecológico da região.

Por outro lado, as Áreas Privadas correspondem a 0,2% da faixa de fronteira do estado, concentrando-se principalmente nos municípios de Manoel Urbano (27,1%), Feijó (14,7%) e Rio Branco (10,9%). Essa baixa representatividade reflete as dificuldades estruturais na organização fundiária da Amazônia e, particularmente, da faixa de fronteira. A predominância de terras sob controle da União tem resultado em um cenário de documentação precária e entraves administrativos que dificultam a regularização fundiária e a segurança jurídica dos ocupantes.

A elevada proporção de terras classificadas como Outras terras (64.459,794 km<sup>2</sup>), que correspondem a 44,5% do território estadual na faixa de fronteira, evidencia lacunas no ordenamento fundiário. Essa categoria abrange terras devolutas, não tituladas, títulos não registrados e documentos com informações insuficientes. Dentro desse montante, 316,515 km<sup>2</sup> estão registrados no Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) do Incra como "áreas com documentação precária ou incompleta". Esse quadro reflete a centralização histórica da gestão fundiária e a ausência de políticas consistentes para a destinação e regularização de terras públicas.

Essa condição perpetua vulnerabilidades, como grilagem de terras públicas, sobreposição de direitos territoriais, conflitos de uso e dificuldades no planejamento territorial. Além disso, compromete a implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável. No contexto da faixa de fronteira amazônica, a ausência de clareza sobre a titularidade das terras torna-se ainda mais sensível, dado o papel estratégico da região para a conservação ambiental e a inclusão das populações locais. A indefinição fundiária gera insegurança jurídica dos ocupantes e impede uma gestão territorial eficiente.

## **GESTÃO AMBIENTAL**

A distribuição do Cadastro Ambiental Rural (CAR) nos municípios da faixa de fronteira do Acre evidencia variações expressivas tanto em termos absolutos quanto proporcionais. Essas discrepâncias refletem as particularidades da estrutura fundiária e da dinâmica

territorial da região, levantando questões sobre possíveis sobreposições, inconsistências nos registros e desafios na regularização das áreas cadastradas que merecem atenção.

Os registros do CAR na faixa de fronteira acreana somam 173.441,275 km<sup>2</sup>, cobrindo a totalidade da área cadastrada no estado. No entanto, a distribuição desses registros varia consideravelmente entre os municípios. Sena Madureira (32.627,861 km<sup>2</sup>; 18,8%), Xapuri (30.826,003 km<sup>2</sup>; 17,8%) e Feijó (19.436,395 km<sup>2</sup>; 11,2%) concentram a maior parte das terras cadastradas, refletindo sua importância na dinâmica socioeconômica da região.

Entretanto, discrepâncias expressivas nos percentuais de cadastramento, como 576,1% de área cadastrada em Xapuri, 239,2% em Acrelândia e 173,9% em Sena Madureira, sugerem a ocorrência de sobreposições ou inconsistências nos dados. Essas distorções podem ser atribuídas a diversos fatores, entre eles: i) sobreposição de registros, causada por duplicações ou erros no sistema; ii) ausência de validação, uma vez que os dados são autodeclaratórios e carecem de fiscalização adequada; e iii) complexidade da gestão fundiária, caracterizada pela interação entre terras públicas, privadas e coletivas, bem como outras questões relacionadas ao ordenamento territorial.

A baixa taxa de análise dos cadastros no estado – somente 4,3% passaram por validação (Lopes et al., 2024) – agrava esse cenário, limitando a capacidade do CAR de refletir com precisão a realidade fundiária do Acre. O lento avanço nesse processo dificulta a identificação e correção de inconsistências, resultando na permanência de sobreposições e distorções que reduzem a precisão dos dados e limitam a eficácia do CAR como instrumento de gestão fundiária e ambiental.

Os desafios da gestão ambiental no Acre são particularmente evidentes em municípios como Sena Madureira, Xapuri e Feijó, que concentram grande parte dos registros no CAR. Situados em áreas da faixa de fronteira sob forte pressão agropecuária e madeireira, esses territórios apresentam um histórico de ocupações em regiões ambiental e socialmente sensíveis. Essa dinâmica é agravada pelo destaque de Feijó e Sena Madureira entre os municípios com os mais altos índices de desmatamento, reforçando a necessidade urgente de estratégias integradas e eficazes de gestão territorial.

## **CONFLITOS FUNDIÁRIOS E DESMATAMENTO NA FAIXA DE FRONTEIRA**

Os municípios de Feijó, Sena Madureira e Rio Branco destacam-se como áreas críticas na faixa de fronteira acriana, registrando desmatamento acumulado entre 2015 e 2023, conforme dados do Terra Brasilis (2024). Conforme apresentado no Mapa 8, embora sejam classificados nessa categoria como de baixa intensidade (5,01 a 15,00 km<sup>2</sup>) no período, esses índices sinalizam a necessidade de atenção, dado o avanço da pressão territorial e ambiental na região.

De acordo com dados do Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimada (ACRE, 2025), os maiores índices de desmatamento ocorrem em Assentamentos Rurais e Áreas Privadas, devido à posse consolidada e a um modelo de exploração voltado

para atividades agropecuárias extensivas. Em contrapartida, as TIs e UCs, que obedecem a regimes de posse institucional e culturalmente diferenciados, desempenham um papel fundamental na conservação ambiental, apresentando menores índices de desmatamento.

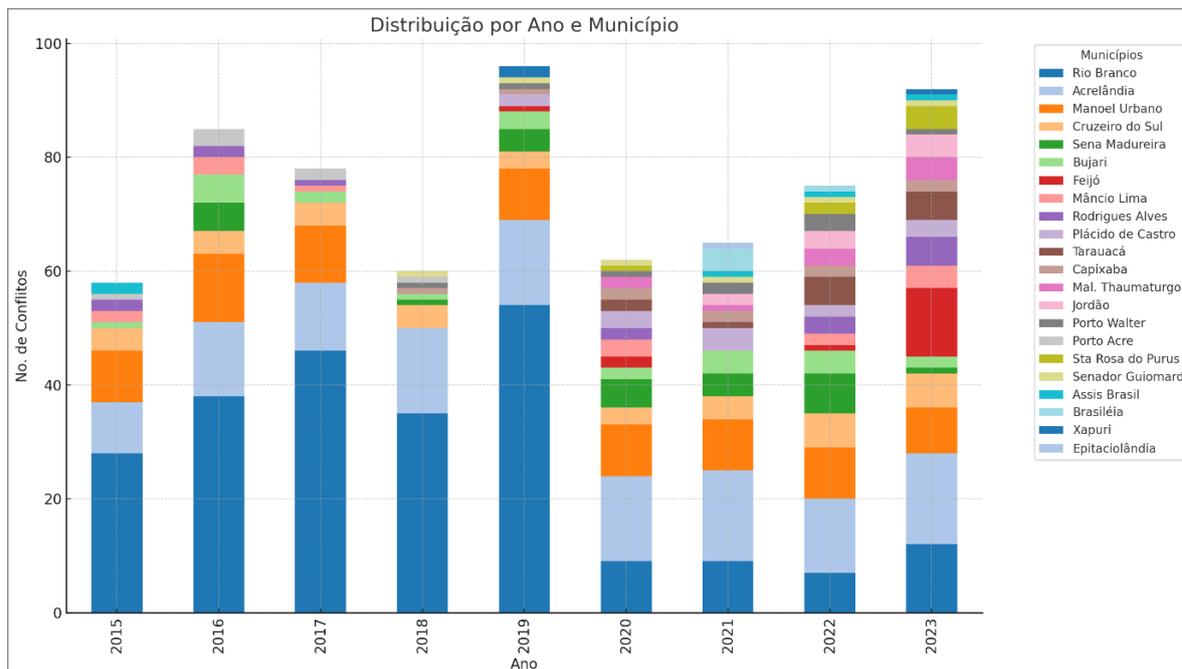
Destaca-se ainda o desmatamento nas chamadas “Outras Terras”, que correspondem a áreas sem destinação definida ou informação de uso. Essas terras, frequentemente alvo de grilagem e ocupações irregulares, evidenciam fragilidades na governança fundiária e na fiscalização ambiental, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas à regularização dessas áreas e ao fortalecimento de mecanismos de controle ambiental (ACRE, 2023).

O desmatamento no estado concentra-se nas proximidades das sedes municipais, ao longo das principais redes hidrográficas (rios Acre, Macauã, Iaco, Envira, Tarauacá e Purus) e das rodovias BR-364 e BR-317. Esses eixos viários, embora favoreçam o escoamento da produção e a conectividade regional, também funcionam como vetores de entrada para grileiros e madeireiros ilegais, ampliando a degradação ambiental (ACRE, 2023).

Feijó, Manoel Urbano, Rio Branco, Sena Madureira e Tarauacá, destacados na lista de áreas prioritárias para ações de controle do desmatamento e degradação florestal (MMA, 2024), refletem a convergência de pressões sobre áreas privadas, ausência de regularização fundiária e expansão agrícola desordenada. Esses fatores destacam a urgência de estratégias integradas que combinem fiscalização intensiva, regularização fundiária e promoção de práticas produtivas sustentáveis, essenciais para mitigar os impactos ambientais e sociais na região.

O gráfico 2 apresentada a seguir destaca a evolução dos conflitos fundiários no estado do Acre entre 2015 e 2023, evidenciando a relação entre o desmatamento e as disputas territoriais. Rio Branco, Manoel Urbano e Sena Madureira entre os cinco municípios mais conflituosos no estado refletem dinâmicas de pressão em APs, AssRs e OTs. Essa convergência entre conflitos e desmatamento reforça o papel do ordenamento territorial e fundiário como eixo central para mitigação dos impactos socioambientais na faixa fronteiriça.

**Gráfico 2 - Conflitos por terra e água nos Municípios da Faixa de Fronteira do Acre (2015-2023).**



**Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de processamento automatizado de dados Conflitos no Campo Brasil (CPT, 2016-2024).**

A análise dos dados reforça a persistência e a intensidade dos conflitos territoriais em municípios críticos do Acre, como Rio Branco e Acrelândia, que concentram boa parte das disputas ao longo do período analisado (2015 -2023). A queda acentuada em 2020, durante o início da pandemia de COVID-19, seguida de uma retomada significativa nos anos subsequentes, culminando em dois picos de registros (2019 e 2023), sugere que “momentos críticos”, como mudanças político-institucionais e crises sanitárias, impactam diretamente a dinâmica desses conflitos, inclusive em áreas de fronteira, que são reconhecidas pela literatura como espaços vulneráveis a pressões múltiplas. Tais flutuações também podem indicar a sensibilidade das disputas às ações de fiscalização e à implementação de políticas públicas, que ora promovem contenção, ora intensificam tensões em territórios já fragilizados.

Os dados sugerem que a fragilidade no ordenamento territorial e a ausência de uma regularização fundiária eficaz alimentam um cenário de instabilidade em seringais, TIs e AssRs. Esses territórios tradicionais permanecem como um dos principais focos de disputa, com invasões e desmatamento ilegal ameaçando a integridade das áreas ocupadas por povos como os Jaminawa, Kaxinawa, Kulina, Katukina e Poyanawa por exemplo. UCs, como Reservas Extrativistas (Resex), além de seringais tradicionais, também registram conflitos significativos, refletindo a tensão entre modelos de uso sustentável da terra e a crescente pressão de grileiros, fazendeiros e agentes do agronegócio.

Essa tensão é agravada pela regularização fundiária inconclusa e pela sobreposição de reivindicações fundiárias, que reforçam a instabilidade social e territorial nos AssRs. O aumento nos conflitos em anos marcados por mudanças de governo reflete a disputa entre interesses divergentes e evidencia a necessidade de fortalecer ações de fiscalização, proteger os territórios vulneráveis e implementar políticas estruturantes, tanto fundiárias quanto ambientais, para prevenir novos picos de instabilidade e promover a justiça territorial.

## **GESTÃO CLIMÁTICA**

Os impactos das mudanças climáticas observados nos territórios brasileiros reforçam a urgência de repensar os modelos de ocupação e uso da terra—tanto urbanos quanto rurais—, além de aprofundar o entendimento sobre as características geoclimáticas locais, como o clima, o padrão das chuvas, o relevo e os tipos de solo

As mudanças climáticas também têm provocado transformações nos ciclos naturais da Floresta Amazônica, como os períodos de cheia e vazante dos rios. Em consequência das alterações no volume de chuvas e da elevação das temperaturas, tornam-se mais frequentes os eventos extremos, como secas severas e inundações intensas. Essas mudanças afetam diretamente os municípios ribeirinhos, cujas comunidades organizam seus modos de vida na região de várzea com base no calendário natural das águas. A alteração desses ciclos compromete práticas tradicionais de manejo, provoca prejuízos econômicos e ambientais e afeta a segurança alimentar das populações. Além de impactar atividades como a pesca e agricultura, as mudanças no regime hidrológico também comprometem a mobilidade e o abastecimento das comunidades. Nas secas extremas, como a de 2023-2024, por exemplo, centenas de localidades ficaram isoladas devido à interrupção das rotas fluviais, dificultando o transporte de alimentos, medicamentos e combustíveis e o desenvolvimento de atividades econômicas—o que acentua a vulnerabilidade e compromete a permanência das populações em seus territórios.

Esses efeitos atingem com especial intensidade os povos e comunidades tradicionais—indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, assentados e agricultores familiares—devido à forte dependência da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, bem como à precariedade de acesso a políticas públicas e infraestrutura adequada. Na faixa de fronteira do Acre, essas vulnerabilidades ganham contornos ainda mais complexos, diante das longas distâncias, da baixa densidade populacional e das limitações estruturais para a atuação pública em territórios de difícil acesso.

Embora essas vulnerabilidades se manifestem localmente, é importante considerar também os fatores climáticos de escala regional e global que contribuem para a intensificação dos eventos extremos na região. Cabe ressaltar que as alterações decorrentes das mudanças do clima não são fenômenos isolados na ocorrência dos desastres naturais. Os fenômenos naturais El Niño e La Niña<sup>11</sup> contribuem com diferentes impactos no mundo e nas regiões

---

<sup>11</sup> O El Niño e a La Niña são parte do fenômeno natural conhecido como El Niño Oscilação Sul (Enos), que ocorre no Oceano Pacífico Tropical. O El Niño é um fenômeno caracterizado pelo aquecimento

do Brasil, conforme a periodicidade de suas ocorrências. No período de ocorrência do El Niño, as secas registradas na Região Norte, nos anos de 2023 e 2024, são os exemplos mais recentes de desastres naturais, na forma mais extrema que aconteceu na Amazônia, derivadas de uma combinação de diferentes sistemas meteorológicos que ocasionaram estiagens históricas.

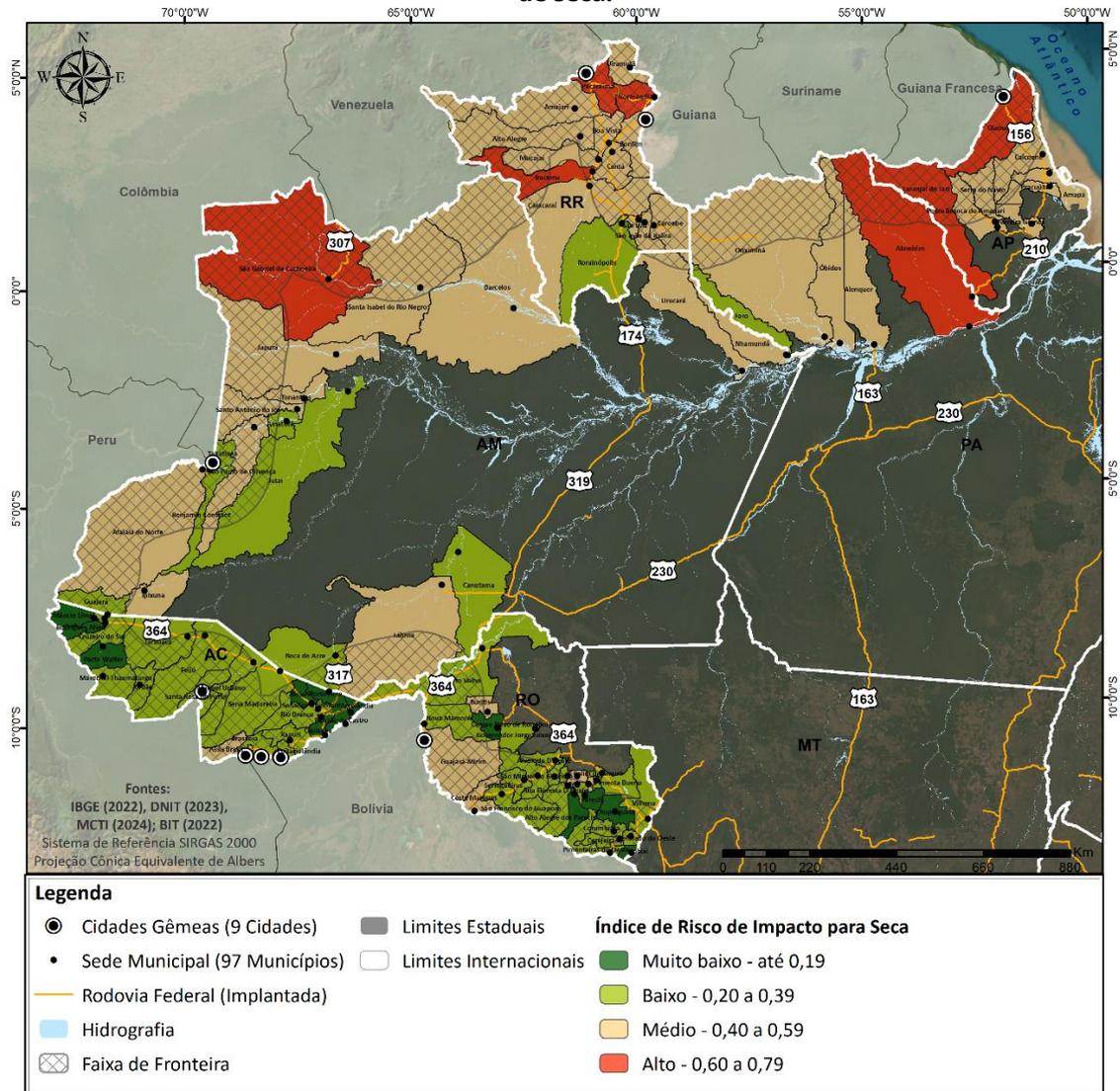
Os principais desastres naturais ocorridos no período de 1991 a 2022, nos Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima, foram consolidados na versão atualizada do Atlas Digital de Desastres Naturais - Atlas Digital de Desastres no Brasil, desenvolvido pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, por meio da Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC), em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Para o risco de impacto das mudanças climáticas em sistemas socioecológicos, considerando a ameaça climática de seca, observou-se que os Municípios da Fronteira, em sua maioria, estão na classe de impacto climático médio e baixo (39,17% e 41,23%, respectivamente). No Acre, dos 22 Municípios pertencentes à Faixa de Fronteira, 31,82% apresentam o índice muito baixo. Enquanto 63,64% representam o índice baixo e somente o Município de Assis Brasil, classificado como índice médio (4,54%). Vale destacar no entanto que os dados correspondem ao período de 1991 a 2022, ou seja não agrega informações mais recentes que podem indicar intensificação do fenômeno.

---

anormal das águas do Oceano Pacífico, na sua porção equatorial, e a La Niña corresponde ao resfriamento anormal das águas do Oceano Pacífico Equatorial. Fonte: <http://enos.cptec.inpe.br/>. Acesso em: 20 de dez. 2024.

**Mapa 6 - Índice de risco de impacto para recursos hídricos, considerando a ameaça climática de seca.**



**Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.**

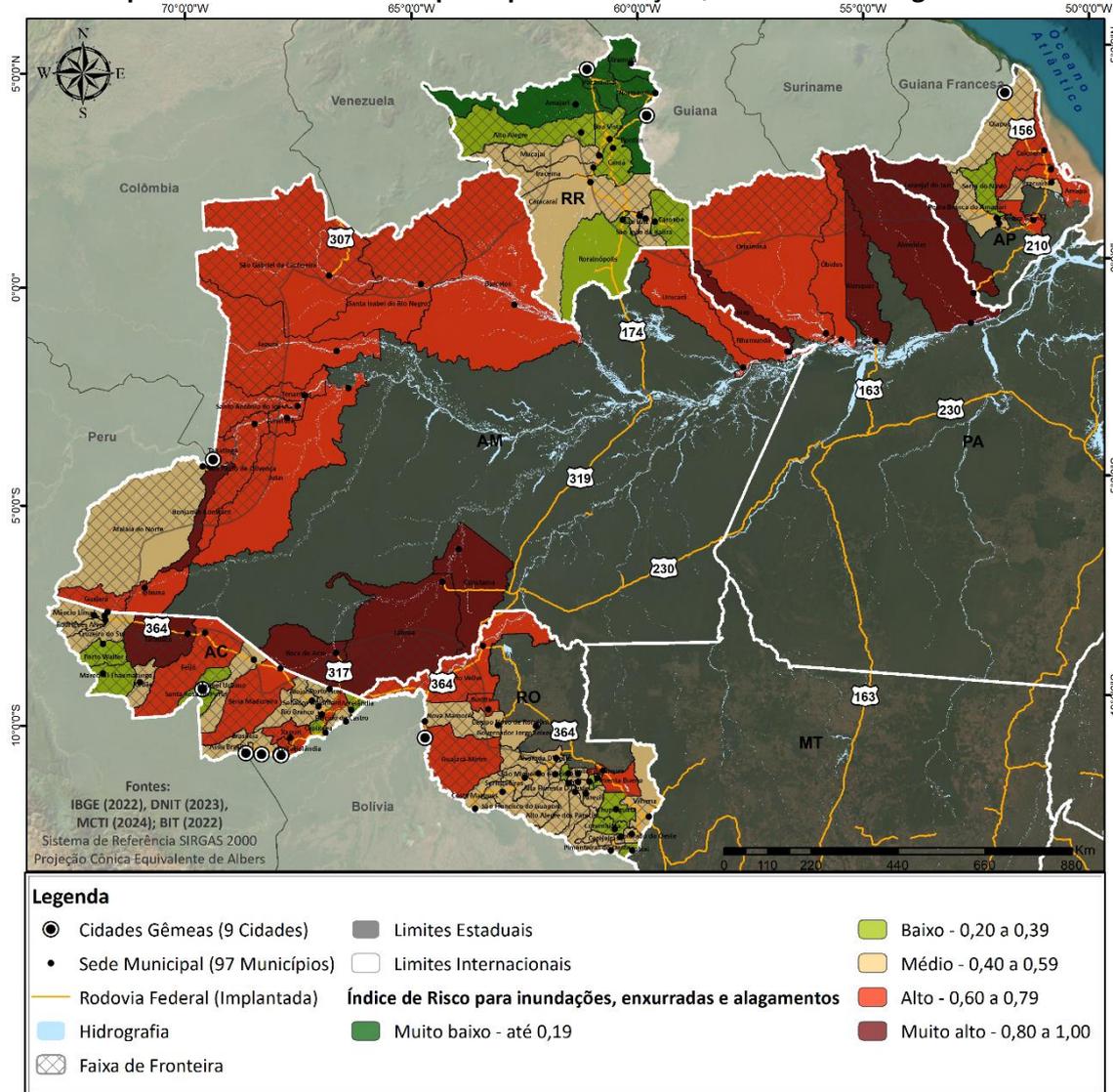
Nesse aspecto, para diminuição do risco de impacto presente e futuro das mudanças climáticas nos recursos hídricos considerando uma situação de seca, o arcabouço legal existente, relacionado ao planejamento e gestão indicam que os Municípios do Estado do Acre, 54,55% apresentam o índice muito baixo. Enquanto 40,91% representam o índice baixo e somente o Município de Rodrigues Alves, classificado como índice médio (4,54%).

Quanto à implementação de programas ou ações de prevenção contra impactos relacionados à seca, os dados encontram-se indisponíveis em sua maioria, o que representa 86,60% do total (84). No Estado do Acre, somente os Municípios de Epitaciolândia e Manoel Urbano foram reconhecidos como classe muito baixo, enquanto que nos demais Municípios, os dados se apresentam indisponíveis.

Sobre o risco de impacto das mudanças climáticas em sistemas socioecológicos, considerando a ameaça de desastres geo-hidrológicos no evento de inundações, enxurradas e alagamentos, os Municípios da Faixa de Fronteira Norte e Centro (Rondônia) estão

enquadrados predominantemente, entre as classes médio e alto. No Estado do Acre, somente o Município de Tarauacá apresenta o índice muito alto. Enquanto 22,73% apresentam o índice alto, 50,00% representam o índice médio e 22,73%, o índice baixo.

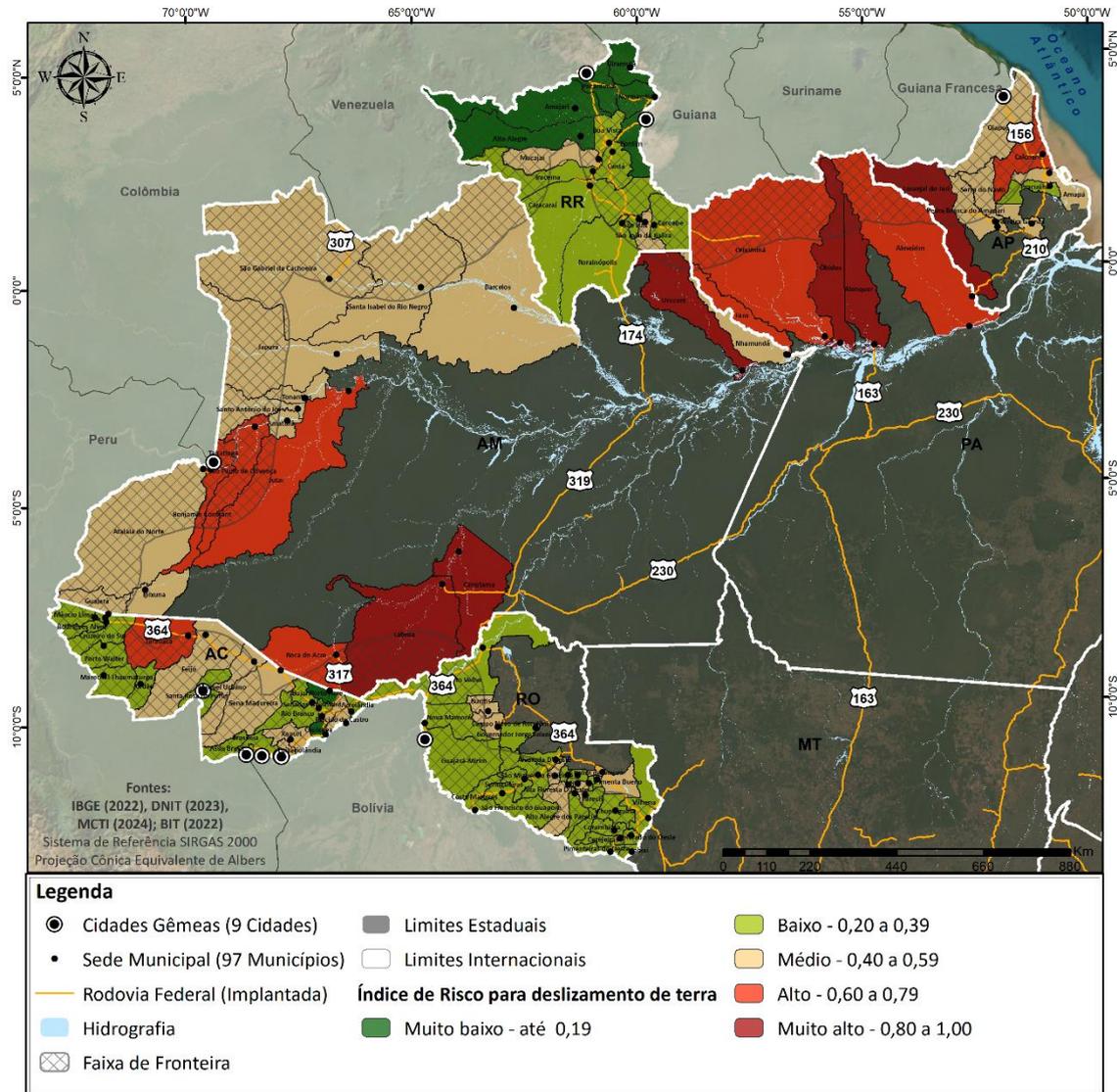
**Mapa 7 - Índice de risco de impacto para inundações, enxurradas e alagamentos.**



**Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.**

Para o risco de impacto das mudanças climáticas em sistemas socioecológicos, considerando a ameaça de desastre geo-hidrológico no evento de deslizamento de terra, observou-se que somente o Município de Tarauacá apresenta o índice alto. Enquanto 31,82% apresentam o índice médio, 54,55% representam o índice baixo e 9,09%, o índice muito baixo para deslizamento de terra.

**Mapa 8 - Índice de risco de impacto para deslizamento.**



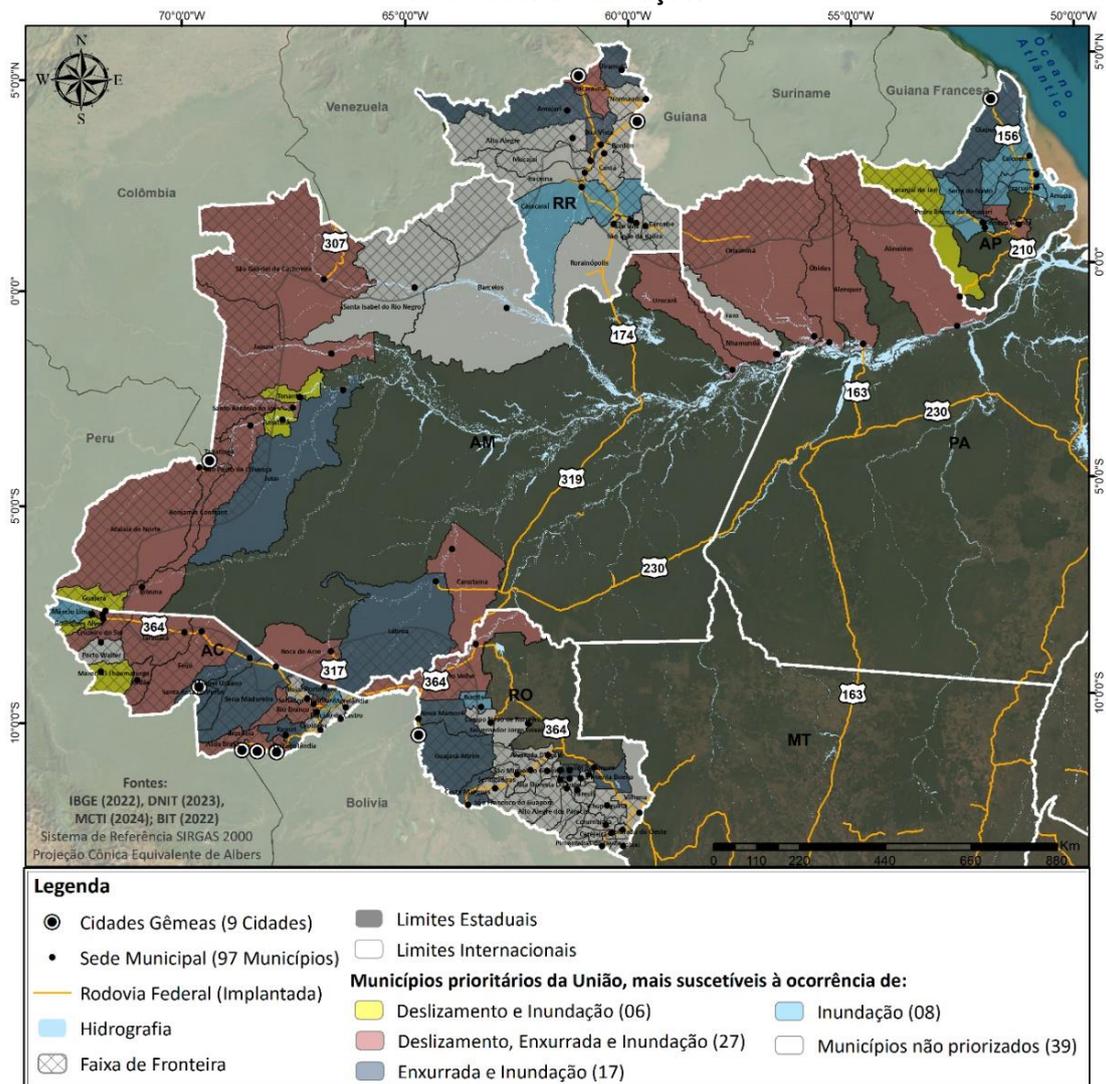
**Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.**

Quanto à capacidade política e institucional em governança do risco, ações para redução e resposta em situação de desastre de deslizamento de terra, os Municípios da Faixa de Fronteira Norte e Centro (Rondônia) estão enquadrados em sua maioria na classe muito baixa. No Estado do Acre, somente o Município de Rio Branco apresenta o índice alto. Enquanto 13,64% apresentam o índice médio, 27,27% representam o índice baixo e 54,55%, o índice muito baixo para governança e gestão de risco de desastre de deslizamento de terra.

Em 2023, com o objetivo de orientar o Governo Federal nas ações de prevenção e mitigação de desastres naturais no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, especialmente no contexto do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), a Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República, atualizou os critérios e indicadores para a identificação dos Municípios mais suscetíveis a deslizamentos, enxurradas e inundações. A partir dos dados atualizados sobre desastres, vulnerabilidades

e mapeamento de áreas de risco geológico e hidrológico<sup>12</sup>, foram selecionados 1.942 Municípios. Dos 97 Municípios situados na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia, foram identificados 58 mais suscetíveis à ocorrência de desastres naturais relacionados a deslizamentos, enxurradas e inundações. No Acre, somente os Municípios de Acrelândia, Bujari, Capixaba, Plácido de Castro e Porto Walter foram identificados como não priorizados (22,73%). Enquanto que os demais (77,27%) apresentam a ocorrência por tipo de risco corresponde a deslizamentos, enxurradas e inundações.

**Mapa 9 - Municípios da Faixa de Fronteira, mais suscetíveis à ocorrência de deslizamentos, enxurradas e inundações.**



**Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.**

<sup>12</sup> As fontes de consulta dos dados históricos das últimas décadas, mapeamento atuais e informações do Censo 2022, bem como os indicadores e critérios adotados estão disponibilizadas na Nota Técnica nº 1/2023/SADJ-VI/SAM/CC/PR, Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento - Casa Civil. Disponível em: [https://www.gov.br/mdr/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/protacao-e-defesa-civil-sedec/copy\\_of\\_NotaTcnica12023SADJVISAMCCPR\\_SEI\\_00042.000497\\_2023\\_74.pdf?utm\\_source=](https://www.gov.br/mdr/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/protacao-e-defesa-civil-sedec/copy_of_NotaTcnica12023SADJVISAMCCPR_SEI_00042.000497_2023_74.pdf?utm_source=)

Estabelecido conforme os critérios presentes na mesma Nota Técnica nº 1/2023/SADJ-VI/SAM/CC/PR, a Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC) desenvolveu o Indicador de Capacidade Municipal (ICM)<sup>13</sup>, com o objetivo de retratar a capacidade dos Municípios em atuar na gestão dos riscos e desastres. Entre as Categorias de Gestão de Riscos e Desastres (GDR) definidas, foram identificados na Faixa B (Intermediária Avançada). No Quadro a seguir, 22 (vinte e dois) Municípios da Faixa de Fronteira dos Arcos Norte e Centro (Rondônia), no Perfil de Risco “Prioritário” e “Não Prioritário”. No Acre, somente os Municípios de Epitaciolândia, Feijó e Rio Branco foram classificados como Perfil de Risco “Prioritário”.

**Quadro 1 - Municípios dos Estados da Faixa de Fronteira - Arcos Norte e Rondônia identificados na Faixa B (Intermediária Avançada)**

Estado	Municípios	Perfil de Risco	
		Prioritário	Não Prioritário
Acre	Epitaciolândia		
	Feijó		
	Rio Branco		
Amazonas	Atalaia do Norte		
	Barcelos		
	Labréa		
	São Gabriel da Cachoeira		
Amapá	São Paulo de Olivença		
Amapá	Macapá		
Pará	Oriximiná		
Rondônia	Alto Alegre do Parecis		
	Alta Floresta d'Oeste		
	Governador Jorge Teixeira		
	Nova Brasilândia do Oeste		
	Pimenta Bueno		
	Porto Velho		
	São Francisco do Guaporé		
Roraima	Boa Vista		
	Bonfim		
	Cantá		
	Caroebe		
	Rorainópolis		

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do Indicador de Capacidade Municipal (ICM), 2025.

<sup>13</sup> O ICM é o principal indicador para o monitoramento do Programa 2318 - Gestão de Riscos e Desastres no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, que será considerado ao longo dos próximos quatro anos para avaliar o aprimoramento da capacidade dos Municípios em ações de gestão de riscos e desastres no Brasil. O ICM é composto por 20 (vinte) variáveis, distribuídos em três dimensões: Instrumentos de Planejamento e Gestão; Coordenação Intersetorial e Capacidades; e Políticas, Programas e Ações. O quantitativo de Municípios por Categoria de Gestão de Riscos e Desastres (GDR) foi distribuído em quatro categorias de índice: Faixa A (Alta); Faixa B (Intermediária Avançada); Faixa C (Intermediária Inicial) e Faixa D (Inicial). Ver mais em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/icm>.

No âmbito estadual, vale destacar ainda uma iniciativa importante existente no Acre. O Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA) é resultado de uma política de valorização da floresta em pé. Criado pela Lei Estadual nº 2.308/2010, ele reúne um conjunto de estratégias e instrumentos que beneficiam quem produz com sustentabilidade e conserva o meio ambiente. O SISA tem sete programas que envolvem a redução dos índices de desmatamento e queimadas no Acre; a conservação de florestas e o manejo sustentável – abrindo caminho para vantagens ambientais e sociais que beneficiam a população acreana, especialmente a que mora na floresta.

## EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA

A análise da evolução das emissões de gases de efeito estufa nos Municípios dos Arcos Norte e Centro (Rondônia) da Faixa de Fronteira, disponibilizadas pelo Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG)<sup>14</sup>, desenvolvido pelo Observatório do Clima<sup>15</sup>, apontam para os anos de 2015, 2022 e 2023<sup>16</sup>, que o principal setor - mudança de uso da terra e floresta, corresponde à maior parte das emissões brutas de gases de efeito estufa em todos do Municípios da Faixa de Fronteira Norte e Centro (Rondônia), seguido dos setores de agropecuária, energia e resíduos. A Tabela abaixo apresenta as emissões de gases de efeito estufa dos Municípios do Estado do Acre, nos anos de 2015, 2022 e 2023.

**Tabela 3 - Emissões e remoções de gases efeito estufa (GEE) dos Municípios da Faixa de Fronteira do Estado do Acre.**

Município	Ano	Setor de Emissão (Mt)				
		Agropecuária	Energia	Mudança de Uso da Terra e Floresta	Resíduos	Total
Acrelândia	2015	361.264	11.012	1.177.703	4.574	1.554.553
	2022	517.870	9.853	1.386.619	5.479	1.919.821
	2023	530.654	9.884	729.250	5.883	1.275.671
Assis Brasil	2015	92.527	8.161	776.153	2.529	879.370
	2022	143.409	4.413	854.981	2.907	1.005.710
	2023	152.222	4.166	207.526	2.697	366.611
Brasiléia	2015	453.134	13.550	2.175.823	10.393	2.652.900

<sup>14</sup> O SEEG reúne e organiza as estimativas de emissões nos cinco setores, fontes de gases de efeito estufa (GEE), - agropecuária, energia, mudança de uso da terra e florestas, processos industriais e resíduos - para as 27 Unidades da Federação e os 5.570 Municípios do país. Os dados disponíveis nas coleções do SEEG formam uma série histórica que inicia em 1970 (com exceção do setor de mudança de uso da terra, que iniciou em 1990), limitando-se ao ano anterior ao lançamento de cada coleção.

<sup>15</sup> O Observatório do Clima (OC) é uma rede de organizações da sociedade civil, dedicada ao monitoramento das emissões de gases de efeito estufa (GEE) no Brasil. As instituições integrantes da OC coordenam o trabalho técnico do SEEG: IPAM (mudança de uso da terra), IMAFLORA (agropecuária), IEMA (energia e processos industriais, e ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade (resíduos).

<sup>16</sup> Os anos selecionados para a análise representam o ano do compromisso assumido pelo Brasil no Acordo de Paris (2015), o último ano do período -2019 a 2022 - de enfraquecimento das políticas de controle do desmatamento (2022) e o ano da retomada das ações das medidas de fiscalização e de redução por setor de emissão (2023).

Município	Ano	Setor de Emissão (Mt)				
		Agropecuária	Energia	Mudança de Uso da Terra e Floresta	Resíduos	Total
	2022	695.725	14.511	3.099.186	15.181	3.824.603
	2023	735.488	14.666	815.586	15.415	1.581.155
Bujari	2015	429.559	4.411	740.522	4.871	1.179.363
	2022	660.449	9.550	2.387.935	5.718	3.063.652
	2023	718.893	9.915	668.957	5.359	1.403.124
Capixaba	2015	312.251	8.038	772.352	3.779	1.096.420
	2022	435.665	9.895	1.588.601	3.460	2.037.621
	2023	442.082	9.868	548.513	3.728	1.004.191
Cruzeiro do Sul	2015	80.260	189.748	1.004.219	33.081	1.307.308
	2022	107.424	196.211	2.476.894	46.391	2.826.920
	2023	110.170	199.980	1.145.760	45.065	1.500.975
Epitaciolândia	2015	187.826	11.879	951.985	6.795	1.158.485
	2022	349.312	11.036	911.125	9.864	1.281.337
	2023	366.240	11.094	219.383	9.625	606.342
Feijó	2015	193.080	27.534	2.200.267	11.440	2.432.321
	2022	460.175	29.685	11.175.904	12.458	11.678.222
	2023	511.605	30.221	3.333.905	12.067	3.887.798
Jordão	2015	13.240	1.166	227.936	2.161	244.503
	2022	27.950	3.088	887.719	3.489	922.246
	2023	31.757	3.157	185.250	3.532	223.696
Mâncio Lima	2015	29.962	4.572	316.319	4.654	355.507
	2022	53.622	7.438	876.557	5.666	943.283
	2023	56.713	7.554	384.051	5.481	453.799
Manoel Urbano	2015	70.158	11.863	1.494.006	2.580	1.578.607
	2022	205.046	6.419	4.757.646	4.156	4.973.267
	2023	241.314	6.248	958.342	4.628	1.210.532
Marechal Thaumaturgo	2015	26.832	4.841	407.081	3.999	442.753
	2022	36.441	9.607	682.161	3.910	732.119
	2023	37.938	9.866	305.690	3.886	357.380
Plácido de Castro	2015	370.322	6.976	358.653	7.275	743.226
	2022	609.500	6.381	500.699	7.406	1.123.986
	2023	637.808	6.421	263.977	7.597	915.803
Porto Acre	2015	365.890	8.088	832.315	5.021	1.211.314
	2022	714.237	10.750	1.576.459	5.177	2.306.623
	2023	730.448	10.706	376.043	5.381	1.122.578
Porto Walter	2015	18.998	4.414	434.768	6.281	464.461
	2022	38.609	8.252	635.466	7.050	689.377
	2023	42.186	8.418	481.417	7.207	539.228
Rio Branco	2015	1.076.517	317.650	2.508.137	165.891	4.068.195
	2022	1.216.023	296.449	8.497.113	171.411	10.180.996
	2023	1.249.341	299.845	2.712.383	188.432	4.450.001
Rodrigues Alves	2015	24.408	2.056	494.177	4.180	524.821
	2022	54.336	2.242	979.700	31.524	1.067.802
	2023	63.064	2.275	556.699	27.461	649.499
	2015	12.972	1.761	203.723	1.443	219.899

Município	Ano	Setor de Emissão (Mt)				
		Agropecuária	Energia	Mudança de Uso da Terra e Floresta	Resíduos	Total
Santa Rosa do Purus	2022	24.629	3.417	362.356	2.135	392.537
	2023	26.575	3.615	43.486	2.053	75.729
Sena Madureira	2015	564.126	40.066	3.684.749	14.532	4.303.473
	2022	950.659	36.992	7.461.764	20.394	8.469.809
	2023	1.062.244	36.418	1.519.119	19.670	2.637.451
Senador Guiomard	2015	451.493	20.634	361.822	15.528	849.477
	2022	767.883	23.756	956.030	13.397	1.761.066
	2023	776.097	25.515	280.305	15.531	1.097.448
Tarauacá	2015	282.049	36.783	1.458.889	11.249	1.788.970
	2022	441.352	42.613	6.666.635	13.650	7.164.250
	2023	490.534	43.363	1.986.628	13.579	2.534.104
Xapuri	2015	468.113	7.213	2.018.783	5.772	2.499.881
	2022	644.148	8.415	4.987.225	7.813	5.647.601
	2023	676.149	8.438	1.030.062	8.007	1.722.656
<b>Total Municípios</b>	<b>2015</b>	<b>5.884.981</b>	<b>742.416</b>	<b>24.600.382</b>	<b>328.028</b>	<b>31.555.807</b>
	<b>2022</b>	<b>9.154.464</b>	<b>750.973</b>	<b>63.708.775</b>	<b>398.636</b>	<b>74.012.848</b>
	<b>2023</b>	<b>9.689.522</b>	<b>761.633</b>	<b>18.752.332</b>	<b>412.284</b>	<b>29.615.771</b>
<b>Total</b>		<b>24.728.967</b>	<b>2.255.022</b>	<b>107.061.489</b>	<b>1.138.948</b>	<b>135.184.426</b>

Fonte: Adaptado do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), 2024

O Estado do Acre compreende os seguintes cenários, quanto a emissão de GEE nos Municípios da Faixa de Fronteira:

- Os Municípios na sua totalidade, têm como principal fonte de emissão o setor mudança de uso da terra e floresta, especialmente devido ao desmatamento e ao aumento das pastagens, seguida da atividade pecuária. Somente os Municípios de Plácido de Castro e Senador Guiomard, apresentam a maior emissão de GEE no setor de agropecuária, em comparação aos demais setores;

- A comparação das emissões por setor, nos anos de 2015 e 2023, aponta: (i) a redução da emissão de GEE no setor de mudança de uso da terra e floresta no ano de 2023, em comparação ao ano de 2015, em 68,18% do total dos Municípios; (ii) o aumento das emissões no setor da agropecuária no ano de 2023, em comparação ao ano de 2015, na totalidade dos Municípios; (iii) o aumento da emissão de GEE no setor de energia no ano de 2023, em 68,18% dos Municípios, em comparação ao ano de 2015; (iv) o aumento da emissão de GEE no setor de resíduos em 90,91%, no ano de 2023, em comparação ao ano de 2015, com exceção dos Municípios de Capixaba e Marechal Thaumaturgo;

- A comparação das emissões por setor, nos anos de 2022 e 2023, aponta: (i) a redução da emissão de GEE no setor de mudança de uso da terra e floresta no ano de 2023, na totalidade dos Municípios, em comparação ao ano de 2022; (ii) o aumento das emissões no setor da agropecuária, no ano de 2023, na totalidade dos Municípios, em

comparação ao ano de 2022; (iii) o aumento da emissão de GEE no setor de energia no ano de 2023, em comparação ao ano de 2022, com exceção dos Municípios de Assis Brasil, Capixaba, Manoel Urbano, Porto Acre e Sena Madureira; (iv) o aumento da emissão de GEE no setor de resíduos em 50,00% dos Municípios, no ano de 2023, em comparação ao ano de 2022.

Vale destacar que o Estado do Acre conta com o programa REM, uma iniciativa que premia pioneiros da proteção florestal e da mitigação do clima. Lançado na Conferência Rio+20, em junho de 2012, com recursos do Fundo de Energia e Clima do Governo Federal da Alemanha, esse Programa incentiva a conservação das florestas e a redução de emissões de carbono de modo a contribuir para a mitigação das mudanças do clima, especialmente do aquecimento global. A finalidade do Programa REM é apoiar com “financiamento ponte” implementadores de programas jurisdicionais de REDD+ para fortalecer sua autonomia e sustentabilidade. Nomeado mundialmente como – REDD +, de acordo com as decisões sob o marco da Organização das Nações Unidas Mudança Climática (UNFCCC).

O Programa REM com o Estado do Acre também consiste na remuneração ou “premiação” sobre resultados (ex-post) de reduções de emissões de gases de efeito estufa oriundos do desmatamento, teve sua primeira fase implementada com recursos de Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD) no âmbito da Cooperação Financeira Alemã e agora inicia a implementação de uma segunda fase, também com a parceria do Reino Unido/BEIS<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Ver mais em: <http://imc.ac.gov.br/programa-para-pioneiros-em-redd-rem/>

## EIXO TEMÁTICO 2: INFRAESTRUTURAS PARA O DESENVOLVIMENTO

A implantação de infraestruturas no contexto da região Amazônica é marcada por desafios geográficos, socioeconômicos e políticos. De um lado, a expansão da infraestrutura possibilita a conexão de áreas onde a presença do Estado é fundamental para facilitar acesso a serviços, possibilitar o comércio com países vizinhos e promover ações de segurança nacional. Por outro lado, o próprio isolamento de determinadas regiões funciona como um mecanismo natural de proteção ambiental. Nesse contexto, o planejamento e os investimentos em infraestrutura devem ser conduzidos de forma criteriosa e territorialmente sensível, de modo a garantir os direitos das comunidades locais sem comprometer a sociobiodiversidade.

Este capítulo apresenta uma análise sobre as infraestruturas presentes na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia. Inicialmente, fez-se um levantamento dos principais órgãos federais atuantes no tema das fronteiras de modo a obter um panorama geral da presença do Estado nesse território. Identificar as estruturas de governo existentes é um primeiro passo para avaliar os possíveis gargalos para o desenvolvimento local, gestão do território e fortalecimento da atuação do poder público na região.

Em seguida, são apresentadas as informações referentes às infraestruturas viárias, tanto com relação ao transporte rodoviário, quanto fluvial, aéreo e ferroviário. A estruturação de rede de transporte integrada ainda representa um desafio para a integração da Região Amazônica ao restante do país e aos países vizinhos, em termos logísticos. Observa-se que há um esforço crescente por parte do Governo Federal e de organizações locais para investir nesse tipo de infraestrutura, especialmente com relação às rodovias, ampliação das hidrovias e desenvolvimento de portos. Desde os anos 2000, a crescente demanda por exportações e o aumento da atuação federal em projetos de infraestrutura resultaram em avanços significativos, com a revitalização e construção de novos trechos rodoviários, expansão da malha ferroviária e a modernização de aeroportos.

Também a infraestrutura energética e de comunicações nos Estados analisados apresenta desafios que impactam o desenvolvimento socioeconômico dessas regiões fronteiriças. Esse contexto demanda um exame atento sobre as políticas públicas, o planejamento e a execução de projetos estratégicos, com vistas a integração com o restante do Brasil e com os países vizinhos. Dentre as questões que merecem atenção, destaca-se a cobertura da rede elétrica, a melhoria da qualidade dos serviços de telecomunicações, a implantação de soluções tecnológicas inovadoras e de adaptação das infraestruturas existentes às necessidades locais. A proximidade com as fronteiras pode resultar em vulnerabilidades, tanto na segurança das infraestruturas, quanto na gestão das redes de comunicação e de energia.

Já com relação à gestão das infraestruturas de saneamento básico, particularmente nas cidades gêmeas, demanda-se uma abordagem integrada entre os países e estados, que possa fortalecer a cooperação e as sinergias locais, uma vez que tais questões estão intimamente ligadas a aspectos ambientais, sociais e de saúde pública.

Por fim, é fundamental destacar a preocupação com os impactos socioambientais da expansão dos grandes projetos de infraestrutura, especialmente aqueles relacionados à implantação de rodovias, geração de energia elétrica e instalação de linhas de transmissão. Historicamente, a implantação desses sistemas e redes vêm acompanhados de degradação ambiental e conflitos sociais, que abrangem o desmatamento, fragmentação de habitats e ameaças aos povos e comunidades tradicionais.

## INFRAESTRUTURAS DE GOVERNO

O governo federal mantém uma rede de unidades espalhadas pelos municípios fronteiriços, com o objetivo de fiscalizar, proteger e planejar o uso de seu território. O levantamento aqui realizado busca um mapeamento preliminar das estruturas de governo presentes nos municípios da Faixa de Fronteira do estado do Acre, a partir da identificação de órgãos que atuam em áreas estratégicas para a discussão das fronteiras. Os órgãos mapeados foram organizados em quadro grandes categorias, com o intuito de oferecer um panorama geral sobre temas fundamentais como meio ambiente, segurança e gestão territorial. São eles:

**Quadro 2 - Categorias e Órgãos Federais presentes na Faixa de Fronteira**

Categoria	Órgãos Federais
Segurança, Defesa e Fiscalização	Receita Federal, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Vigilância Agropecuária Internacional, Exército Brasileiro, Aeronáutica, Marinha do Brasil, Pelotão Especial de Fronteira.
Gestão Territorial e Comunidades Tradicionais	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).
Meio Ambiente, Agricultura e Desenvolvimento	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)
Educação, Ciência e Tecnologia	Universidades e Institutos federais

Fonte: Elaborado pelo IBAM

O Estado do Acre conta com 6 unidades do Pelotão Especial de Fronteira, responsável pelo patrulhamento terrestre em pontos estratégicos da fronteira, reforçando a presença do Estado em regiões de difícil acesso. Eles estão localizados nos municípios de Plácido de Castro, Epitaciolândia, Assis Brasil, Manoel Urbano, Marechal Thaumaturgo e Mâncio Lima. Também as Forças Armadas, compostas por 6 unidades do Exército Brasileiro, uma Marinha do Brasil e 3 batalhões da Aeronáutica, estão presentes no estado, especialmente no Rio Branco e em Cruzeiro do Sul.

A Receita Federal conta com inspetorias nos municípios de Eptaciolândia, Assis Brasil e Cruzeiro do Sul e com uma Delegacia da Receita Federal, em Rio Branco. Com relação as inspetorias, há necessidade de melhorias dos serviços para regulação do comércio exterior e prevenção de crimes como contrabando e evasão de divisas. Há também postos da Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro), ligada ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), responsável pelo controle e fiscalização do trânsito internacional de produtos agropecuários, em unidades em Rio Branco, Eptaciolândia, Cruzeiro do Sul e Assis Brasil.

Além das instituições de segurança e fiscalização, há órgãos federais voltados ao monitoramento territorial e à proteção das comunidades tradicionais. Há 3 agências do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo localizadas nos municípios de Tarauacá, Cruzeiro do Sul e Rio Branco. A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) também está presente em Rio Branco e Cruzeiro do Sul. Também há 4 polos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que atua na regularização fundiária e na mediação de conflitos agrários, garantindo a implementação de políticas de assentamento e acesso à terra.

Com relação aos órgãos de preservação ambiental, foram identificadas a presença de 3 unidades do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), localizadas em Cruzeiro do Sul, Rio Branco e na cidade gêmea de Brasília, também foram encontradas um escritório da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) no estado do Acre, em Rio Branco

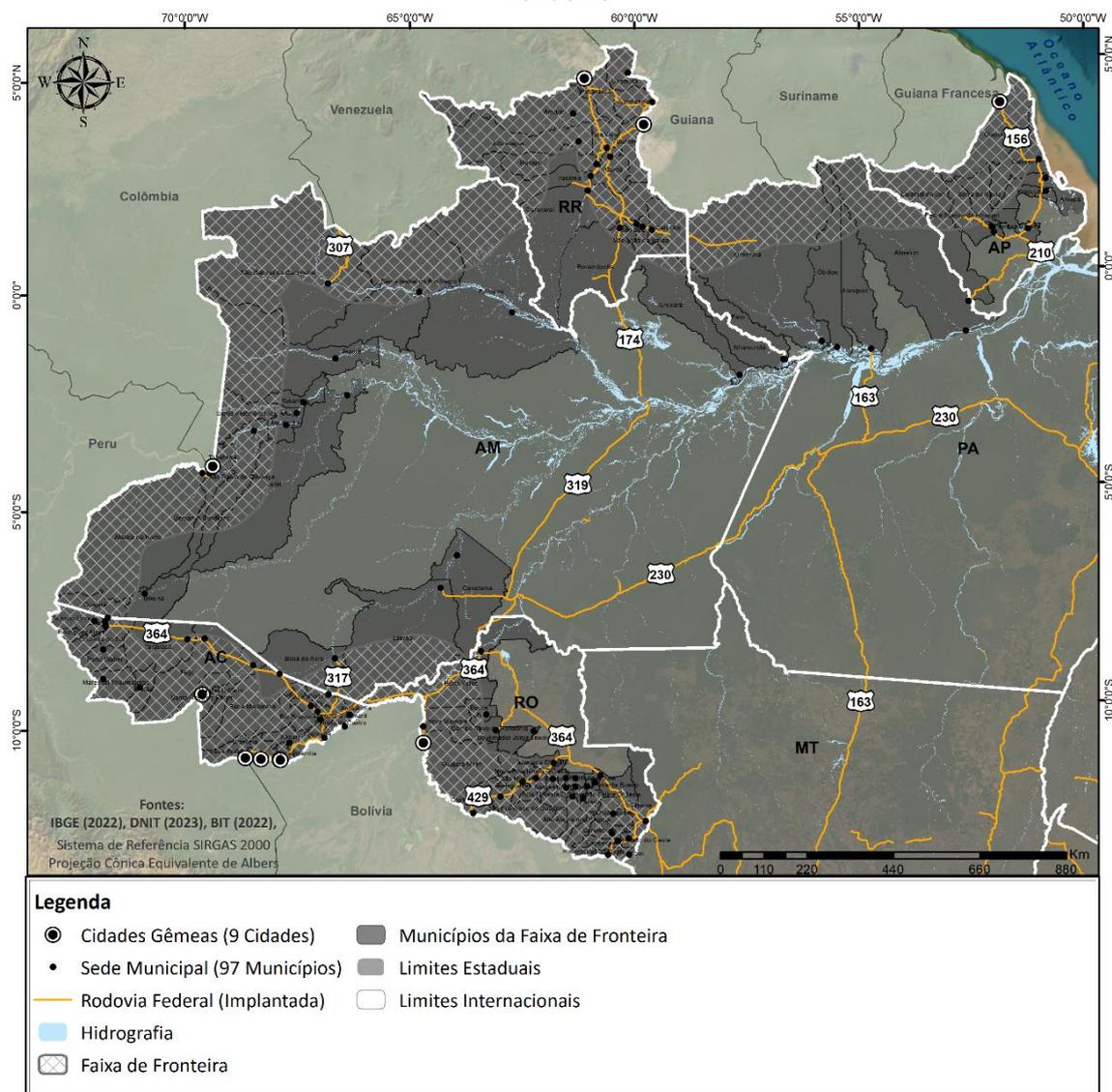
Com relação ao mapeamento de instituições de educação, ciência e tecnologia, que desempenham papel importante não só na qualificação de profissionais como polos de integração e cooperação transfronteiriça, fortalecendo laços entre os países vizinhos e impulsionando pesquisas voltadas às necessidades regionais. No Acre, há um total de nove instituições de ensino superior na esfera federal, sendo três *campi* da Universidade Federal do Acre (UFAC), sendo o *Campus* Rio Branco, na capital, e *Campus* Floresta em Cruzeiro do Sul. Conta também com núcleos de ensino a distância em Acrelândia, Brasileia, Feijó, Sena Madureira, Tarauacá e Xapuri. Já o Instituto Federal do Acre (IFAC), conta com seis *campi*, sendo o *Campus* Rio Branco e o *Campus* Rio Branco Avançado Baixada do Sol, ambos na capital, o *Campus* Xapuri, o *Campus* Sena Madureira, o *Campus* Tarauacá e o *Campus* Cruzeiro do Sul.

A cooperação entre a Universidade Amazônica de Pando (UAP), localizada na cidade gêmea de Cobija (Bolívia), e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC) ilustra como parcerias acadêmicas podem fortalecer o intercâmbio de conhecimento e impulsionar o desenvolvimento regional, beneficiando tanto a comunidade acadêmica quanto a sociedade em geral. Cobija faz fronteira com duas cidades gêmeas brasileiras, Brasileia e Eptaciolândia, o que facilita a interação entre as instituições. A implementação conjunta de projetos científicos, tecnológicos e culturais amplia as oportunidades para estudantes e pesquisadores, promovendo uma integração mais sólida entre Brasil e Bolívia.

## INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA

O acesso à Faixa de Fronteira da Amazônia é viabilizado, principalmente, por quatro Rodovias Federais: a BR-364 (Cuiabá - Porto Velho), a BR-319 (Manaus - Porto Velho), a BR-174 (Manaus - Boa Vista) e a BR-230 (Transamazônica). Projetadas no contexto dos Programas de Integração Nacional (PIN), durante o regime militar, essas rodovias tinham como objetivo conectar a Amazônia às demais regiões do Brasil, promovendo a ocupação dos chamados "espaços vazios" e a exploração econômica da região. No Acre, a BR - 317, conhecida como Estrada do Pacífico, também é uma das rodovias mais importantes. Com início em Porto Acre, a BR-317 atravessa as cidades de Senador Guiomard, a capital Rio Branco, Capixaba, Plácido de Castro, Xapuri, Epitaciolândia, Brasiléia, até chegar em Assis Brasil, município localizado na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia.

**Mapa 10 - Rodovias Federais que interligam os Estados da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia**



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias

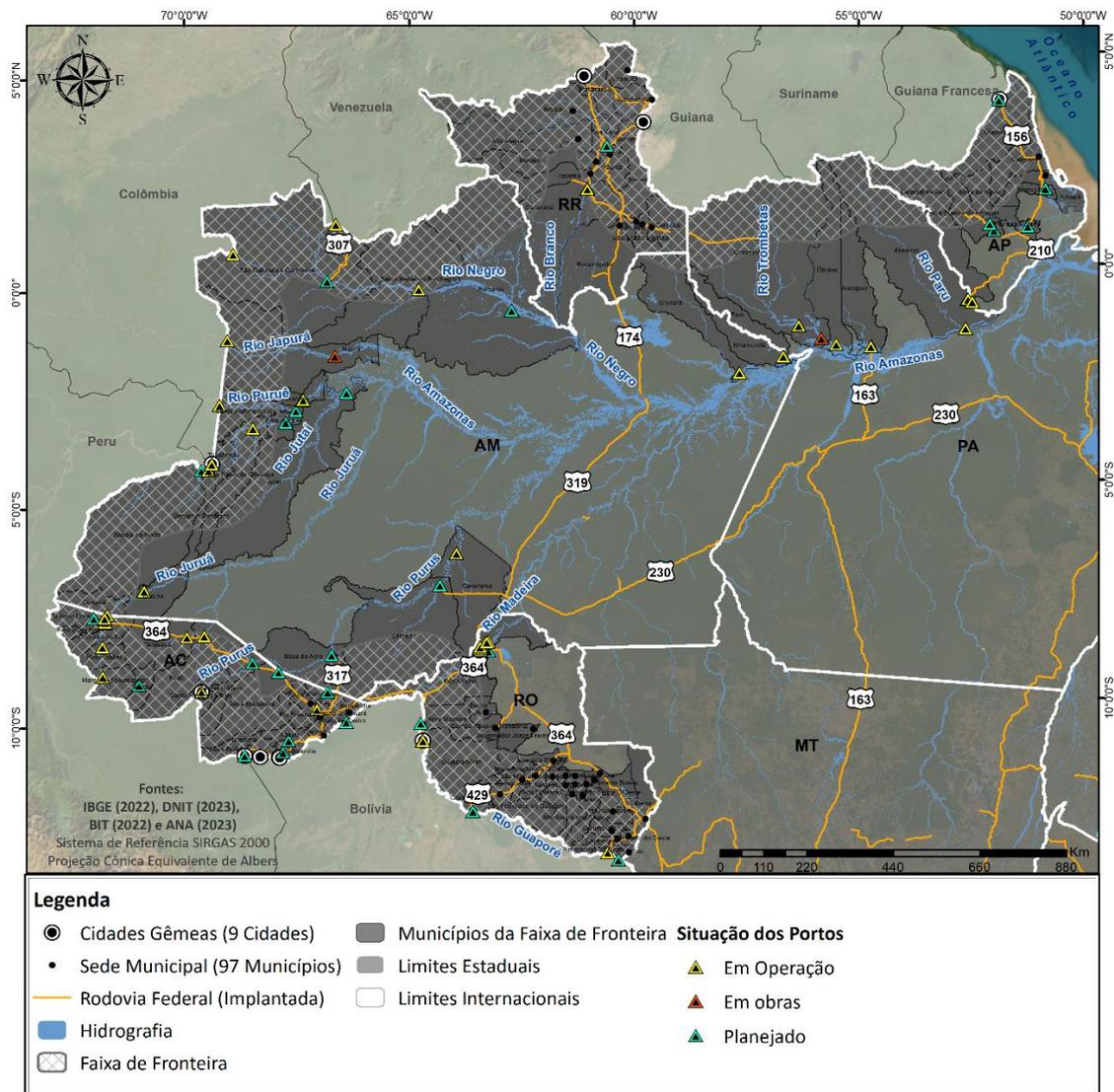
A BR-364 desempenha um papel estratégico na conectividade da região. Partindo de Alto Araguaia, no Mato Grosso, ela atravessa Rondônia, passando por cidades como Porto Velho, Ji-Paraná e Vilhena, até alcançar o Acre. Nesse Estado, cruza Municípios importantes como Rio Branco, Feijó e Tarauacá, finalizando em Mâncio Lima. Além de conectar áreas produtoras aos mercados nacional e internacional, a rodovia é vital para o escoamento de produtos agropecuários e industriais das regiões Norte e Centro-Oeste.

Dada a presença de extensos rios e cursos d'água, o transporte fluvial representa papel importante na logística regional para o escoamento e abastecimento de bens e produtos, além da mobilidade das comunidades amazônicas e das cidades ribeirinhas dos Municípios da Faixa de Fronteira dos Arcos Norte e Rondônia. Entre os rios navegáveis, os Rios Amazonas/Solimões, Negro, Branco, Madeira, Juruá e Purus, representam importantes meios de integração entre as cidades da região amazônica e Estados vizinhos.

Do conjunto dos portos existentes e previstos na região da fronteira do Arco Norte e Rondônia, 88 estão em operação, 05 estão em obras e 31 planejados. Os portos em operação se concentram nos Rios Amazonas, Juruá e Purus, sendo os principais para o comércio com os estados vizinhos, o escoamento de mercadorias, o transporte de cargas e o deslocamento da população.

No Acre, segundo o levantamento do Banco de Informações e Mapas de Transportes (BIT), há 7 portos públicos operando no Acre em municípios como Porto Acre, Cruzeiro do Sul e Porto Walter. Há ainda outros 10 portos planejados especialmente nas regiões do Vale do Acre.

**Mapa 11 - Portos em operação, em obras e planejados nos Estados da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia**



**Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias**

Entre os modais disponíveis, o transporte fluvial desempenha papel fundamental na logística e integração regional na Amazônia, especialmente aos Municípios da Faixa de Fronteira, possibilitando o escoamento de produtos, o abastecimento de cidades ribeirinhas e a mobilidade das comunidades locais. Contudo, no contexto das alterações climáticas, com suas consequências na alteração da dinâmica dos rios, especialmente aos períodos de secas e estiagens, apresentam desafios significativos, afetando tanto a navegação, quanto as condições de vida das populações tradicionais. A adaptabilidade e a gestão eficiente das infraestruturas portuárias e fluviais serão essenciais para mitigar os impactos e favorecer a resiliência da população local.

Devido à vastidão territorial e à dificuldade de acesso terrestre, o transporte aéreo regional também possui importância essencial na conectividade entre cidades de difícil acesso. Devido ao modelo de ocupação, os primeiros aeroportos construídos foram destinados a

atender às demandas militares e governamentais. Ao longo das décadas, a infraestrutura aeroportuária foi ampliada para atender ao comércio e à população.

Na região de fronteira, o Acre possui 2 aeroportos concedidos, o de Rio Branco e Cruzeiro do Sul e outros 2 públicos, que operam regionalmente em determinados dias da semana, que são o Aeroporto de Feijó e o Aeroporto José Galera dos Santos em Tarauacá. Há ainda pistas de pouso nas cidades de Porto Walter, Marechal Thaumaturgo, Santa Rosa do Purus e Jordão. A aviação regional, além de garantir a mobilidade de passageiros, desempenha um papel estratégico no transporte de cargas, facilitando a circulação de produtos e insumos essenciais para o comércio local e o crescimento econômico da região.

Vale destacar que no contexto da crescente globalização no início do milênio, os países da América do Sul intensificaram os esforços de integração regional, resultando na criação da Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana (IIRSA) em 2000. A IIRSA visava conectar os países sul-americanos por meio de grandes investimentos em infraestrutura, especialmente nos setores de transporte, energia e telecomunicações. Um dos principais projetos foi a construção da rodovia que liga Assis Brasil (Brasil) aos portos do Pacífico no Peru, concluída em 2011. Conhecida como Interoceânica Sul no Peru, a obra pretendia facilitar o escoamento de produtos brasileiros para a Ásia. No entanto, atualmente, a estrada é usada principalmente por turistas, distante dos objetivos econômicos originais.

Atualmente, no âmbito das propostas para implementação de transporte e logística, vale destacar o Programa Rotas de Integração Sul-Americana. Criado em 2022, pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), o programa tem como objetivo promover a integração logística entre os países da América do Sul, facilitar o comércio e reduzir tempo e custo do transporte de mercadorias entre o Brasil e seus vizinhos e a Ásia. Das cinco Rotas da Integração Sul-Americana definidas, a Rota 3, Quadrante de Rondon, é a que tem previsão de atravessar o Acre.

A Rota 3 compreende integralmente dois Estados brasileiros da região Norte - Acre e Rondônia - parte do Amazonas, do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul. Estas vias conectam o Brasil ao Peru e à Bolívia, tendo como ponto de destino pelo menos quatro portos no Oceano Pacífico: três no Peru (Chancay, Ilo e Matarani) e um ao norte do Chile (Arica). As saídas do território brasileiro se dão por meio de cidades do Acre (Assis Brasil), Rondônia (Guajará-Mirim), Mato Grosso (Cáceres e Vila Bela da Santíssima Trindade) e Mato Grosso do Sul (Corumbá). Essa rota é, hoje, majoritariamente rodoviária, tanto no território nacional quanto no dos vizinhos (MPO, 2024).

De acordo com o Relatório 2024 - Rotas de Integração Sul-Americana, dos 190 projetos inseridos no Novo PAC, 150 estão contemplados na LOA-2024, tendo recursos e ações orçamentárias, e algumas dezenas são concessões e contarão com recursos do setor privado. O Quadro 3 reúne informações sobre os projetos de obras de infraestrutura previstos no Estado do Acre:

**Quadro 3 - Projetos previstos nas Rotas de Integração Sul-Americana previstas na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia**

Rota	Síntese	Projeto	Localização
<b>Rota 3</b> Quadrante Rondon	Exportação de alimentos, máquinas, equipamentos e bens de consumo final para a Peru, Bolívia e Chile, além do mercado asiático. (*)	Construção do Contorno de Brasileira (BR-317)	Brasileia (AC)
		Construção de duas pontes na BR-425	Entre Nova Mamoré-RO e Guajará-Mirim-RO
		Construção da Ponte de Guajará-Mirim	Guajará-Mirim (RO)
		Duplicação da BR-364	Entre Vilhena (RO) e Porto Velho (RO) - parcialmente na Faixa de Fronteira)
		Dragagem do Rio Madeira	Entre Porto Velho (RO) e Itacotiara (AM) - fora da Faixa de Fronteira
		Infovia MT	Mato Grosso - fora da Faixa de Fronteira

Fonte: MPO, 2024.

## INFRAESTRUTURA ENERGÉTICA E DE COMUNICAÇÕES

As particularidades da matriz energética da Região Norte, as características geográficas remotas e os impactos dos empreendimentos de geração de energia elétrica instalados e previstos na Região Amazônica são aspectos significativos que devem ser considerados na análise da infraestrutura energética. Segundo dados do Balanço Energético Nacional (BEN, 2024), a Região Norte possui a capacidade instalada de geração de energia<sup>18</sup> de 35.638 MW, o que representa 17,9% do total disponível no Brasil.

Da capacidade instalada no território brasileiro, os dados da Região Norte indicam que a fonte hidroelétrica (29,10%) representa a maior capacidade de geração, seguida da termoelétrica (7,6%) e do solar (0,4%).

No contexto do Arco Norte, os Estados do Amazonas (5,91%), Pará (59,43%) e Rondônia (23,53%), representam 88,87% da geração de energia. Nos Estados do Acre (0,30%), Amapá (2,15%), Roraima (1,70%), o potencial de geração corresponde a 4,15% do total da Região Norte.

<sup>18</sup> A capacidade instalada de geração elétrica é a potência máxima que uma usina pode gerar, enquanto a geração de eletricidade por fonte é a quantidade de energia produzida a partir de uma fonte específica.

**Quadro 4 - Capacidade instalada de geração de energia por tipo de fonte nos Estados da Região Norte<sup>19</sup>**

Estados	Hidroelétrica		Termoelétrica		Solar		Total	
	Total MW	%	Total MW	%	Total MW	%	Total MW	%
<b>Acre</b>	0	0,0	104	2,88	1	2,17	106	0,30
<b>Amapá</b>	745	2,33	15	0,42	4	8,70	765	2,15
<b>Amazonas</b>	275	0,86	1.832	50,69	1	2,17	2.107	5,91
<b>Pará</b>	20.770	64,95	393	10,87	17	36,96	21.180	59,43
<b>Rondônia</b>	7.781	24,33	588	16,27	15	32,61	8.384	23,53
<b>Roraima</b>	10	0,03	593	16,41	2	4,35	605	1,70
<b>Tocantins</b>	2.395	7,49	89	2,46	6	13,04	2.491	6,99
<b>Região Norte</b>	<b>31.977</b>	<b>90</b>	<b>3.614</b>	<b>10</b>	<b>46</b>	<b>0,00</b>	<b>35.638</b>	<b>100</b>

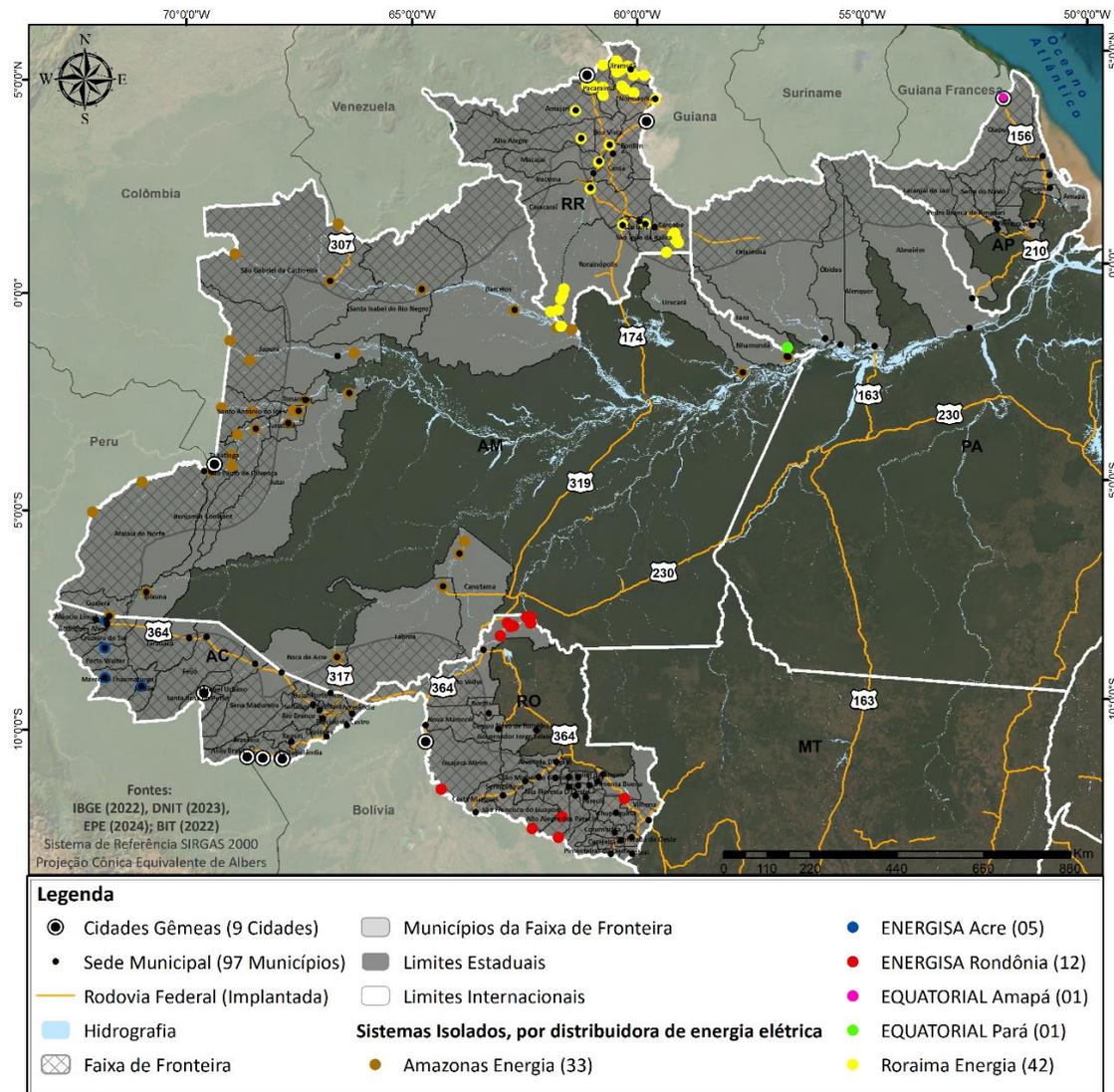
Fonte: Adaptado do BEN, 2025.

No Estado do Acre, estão estabelecidas a Usina Fotovoltaica da Vila Conceição, em Marechal Thaumaturgo e as Usinas Termelétricas Acre e Triunfo, no Município de Rio Branco. Convém destacar que no Estado do Acre, a fonte termoelétrica representa a maior capacidade instalada de geração de energia.

Embora parte do estado esteja interligado ao Sistema Interligado Nacional (SIN), regiões interiores e de difícil acesso e ainda depende de sistemas isolados ou de geração própria, como pequenos sistemas fotovoltaicos ou hidrelétricas locais.

<sup>19</sup> Não há produção de energia eólica ou nuclear na região.

**Mapa 12 - Sistemas Isolados localizados nos Municípios da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia**

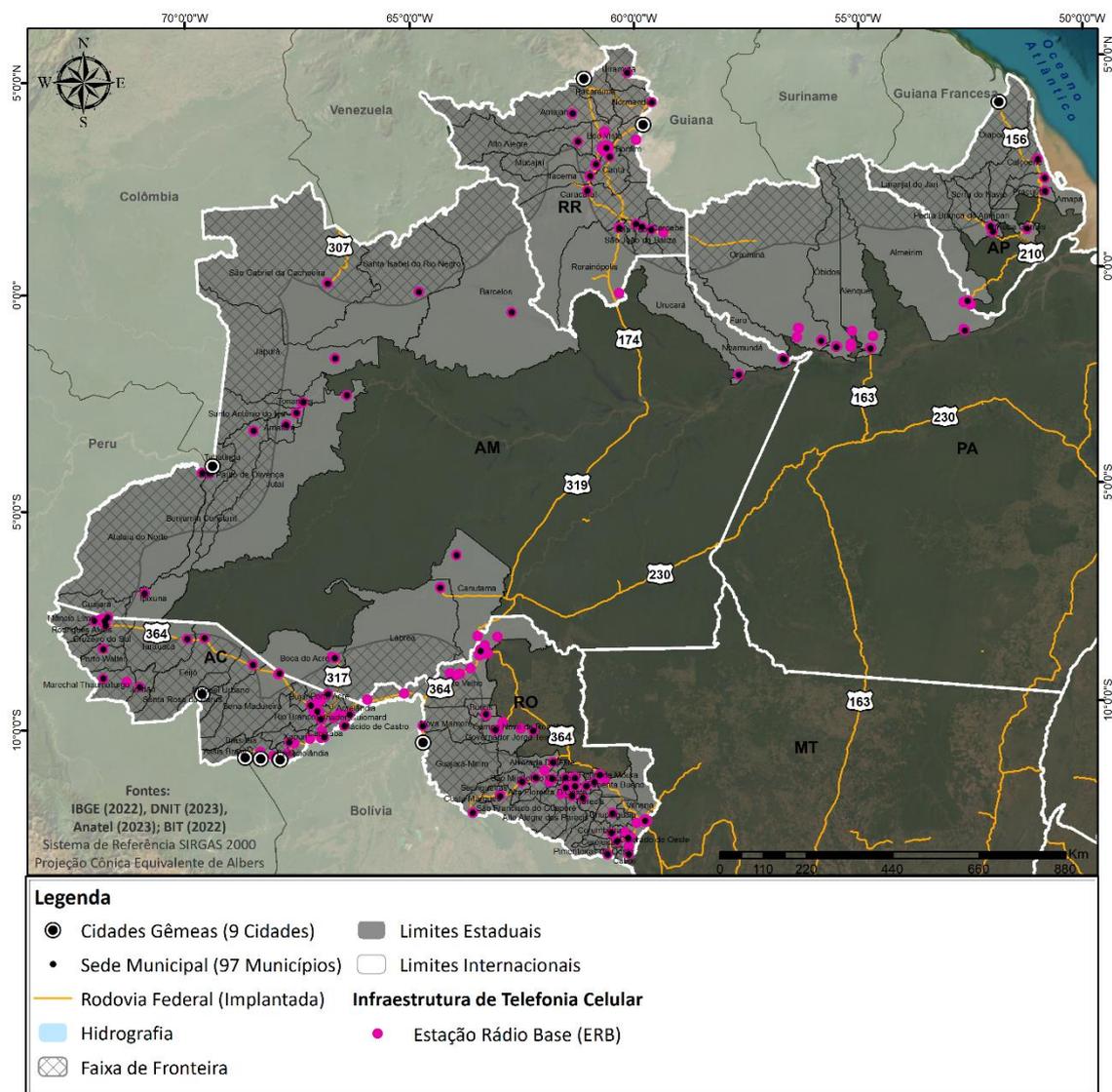


**Fonte:** Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

Com o objetivo de promover o acesso à energia elétrica, por meio da extensão das redes de distribuição, principalmente em áreas rurais, o Governo Federal lançou em 2003, o Programa Luz para Todos (PLPT). Apesar do alcance e dos resultados, os desafios logísticos e técnicos encontrados nas regiões remotas da Amazônia Legal, conduziu o Governo Federal a instituir em 2020, o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica na Amazônia Legal - Programa Mais Luz para a Amazônia (MLA), com o propósito de promover o acesso à energia elétrica, exclusivamente por fontes renováveis, para 219 mil unidades consumidoras, até 2022. No Estado do Acre, no âmbito deste programa foram instaladas placas de energia solar nas comunidades extrativistas e terras indígenas. Após mais de dois anos e com menos de 5% da meta cumprida, o Governo Federal unificou os dois programas, incorporando as premissas e diretrizes do MLA ao PLPT.

Para o planejamento e organização do fornecimento de energia elétrica a comunidades e localidades não conectadas à rede elétrica convencional, especialmente em áreas remotas e de difícil acesso, o MME coordena o Planejamento do Atendimento aos Sistemas Isolados. Para subsidiar o planejamento pelo MME, os resultados do Planejamento do SISOL são publicados pela EPE, com base nas informações fornecidas pelas distribuidoras de energia elétrica - Amazonas Energia, Energisa Acre, Energisa Rondônia, Equatorial Amapá, Equatorial Pará e Roraima Energia. Em fevereiro em 2024, o MME lançou o Portal de Acompanhamento e Informações dos Sistemas Isolados (PASI)<sup>20</sup>, com o propósito de agregar informações atuais e a dimensão dos SISOL e dar maior transparência sobre os dados.

**Mapa 11 - Infraestrutura de telefonia celular nos Municípios da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia**



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias

<sup>20</sup> Disponível em: <<https://pasi.epe.gov.br/>>. Acesso em: 05 de fev. 2025.

A expansão da infraestrutura de comunicações na Região Amazônica, particularmente nos Municípios da Faixa de Fronteira, foi impulsionada nos últimos anos com o avanço de iniciativas, como o Programa Norte Conectado, que desde 2020, conecta 59 Municípios dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima e Rondônia, por meio da implantação de cabos de fibra óptica subfluvial. No Acre, as infovias “Manacapuru (AM) a Rio Branco (AC)” e “Tabatinga (AM) a Cruzeiro do Sul (AC)” que percorrem os Rios Purus e Juruá, respectivamente, não contemplam os Municípios localizados na Faixa de Fronteira, no Programa Norte Conectado.

Embora a infraestrutura de comunicações nos Municípios da Faixa de Fronteira tenha apresentado avanços, especialmente com a implementação de programas como o Norte Conectado, ainda persistem desafios logísticos e técnicos que precisam ser superados para assegurar a conectividade da região.

A integração de tecnologias, como satélites e redes móveis tem sido uma estratégia para superar a vastidão territorial, a densidade populacional reduzida e as dificuldades geográficas, mas a necessidade de investimentos contínuos e políticas públicas eficazes é fundamental para a inclusão digital nos Municípios da Faixa de Fronteira.

## **SANEAMENTO BÁSICO**

A gestão do saneamento básico tem como principal objetivo a universalização dos serviços essenciais em seus quatro componentes: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. A precariedade nesses serviços tende a comprometer a qualidade de vida das populações locais, impactar a saúde pública e pode gerar consequências ambientais graves, como a contaminação dos rios, que são a principal fonte de água para muitas comunidades.

De acordo com dados do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA, 2022), apresentados a seguir, observa-se que os índices dos municípios da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia ainda são preocupantes e representam um dos grandes desafios para os gestores públicos.

Com relação ao abastecimento de água potável, Municípios lindeiros da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia enfrentam um déficit significativo nesse serviço, com localidades como Oiapoque (8,9%) e Uiramutã (4,1%) apresentando cobertura extremamente baixa. No as cidades gêmeas têm cobertura de atendimento maior que 50%, com exceção de Santa Rosa do Purus que tem uma cobertura de 40,4%. Assis Brasil chega a 69,5% da população com acesso à rede de água potável.

Sobre os serviços de esgotamento sanitário, não há dados disponíveis, evidenciando sua inexistência ou a falta de estrutura para o monitoramento desse serviço, porém é possível observar que em alguns municípios a oferta de saneamento é baixa, como na Capital Rio Branco onde somente 10,2% da população possui acesso a esgotamento sanitário.

No que se refere à limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, observa-se a predominância de lixões como forma de disposição final, comprometendo a qualidade ambiental e a saúde da população. Os Municípios que abrangem fronteiras secas podem enfrentar a circulação irregular de resíduos entre os países vizinhos, ou que exijam maior articulação entre as pessoas envolvidas na gestão desses serviços. A cidade gêmea Santa Rosa do Purus é o município que possui menor taxa (29,75%) de cobertura de coleta dentre os municípios do estado, a capital Rio Branco possui a maior taxa do estado (93,12%). Com relação à drenagem urbana, considerando a diversidade de indicadores sobre o tema, adotou-se para esta análise a parcela de domicílios não sujeitos a risco de inundação. Os dados revelam grande variação entre os municípios lindeiros, com destaque para Acrelândia, Bujari e Capixaba, já em Cruzeiro do Sul cerca de 70,8% da população está sujeito a risco inundação.

**Tabela 2 – Saneamento Básico: índice de atendimento em relação à população total (%)**

Municípios da Faixa de Fronteira do Acre	Abastecimento de água potável	Esgotamento Sanitário	Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos	Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas e manejo de águas pluviais urbanas
	Índice de atendimento em relação à população total (%)	Índice de atendimento em relação à população total (%)	Taxa de cobertura da coleta domiciliar em relação à população total (%)	Parcela de domicílios não sujeitos a risco de inundação (%)
Acrelândia	39,86	NI	42,76	100
Assis Brasil	69,53	NI	58,02	97
Brasiléia	61,84	NI	73,65	75,2
Bujari	44,03	NI	44,51	100
Capixaba	42,53	NI	41,84	100
Cruzeiro do Sul	50,68	NI	83,8	29,2
Epitaciolândia	63,42	NI	70,09	96,7
Feijó	18,31	NI	50,69	IN
Jordão	34,94	NI	41,6	31,3
Mâncio Lima	61,31	62,2	31,1	100
Manoel Urbano	56,42	NI	67,51	94,2
Marechal Thaumaturgo	26,51	NI	32,18	81,3
Plácido de Castro	52,92	NI	59,43	99,4
Porto Acre	24,29	NI	59,91	80
Porto Walter	40,09	NI	36,12	95
Rio Branco	53,5	20,67	93,12	97,3
Rodrigues Alves	40,32	NI	52,48	65,8
Santa Rosa do Purus	40,37	NI	29,75	71,8
Senador Guiomard	33,35	NI	63,55	97,9
Sena Madureira	38,15	NI	48,97	67,9
Tarauacá	34,13	NI	57,51	77,8
Xapuri	60,18	NI	63,98	IN

Municípios da Faixa de Fronteira do Acre	Abastecimento de água potável	Esgotamento Sanitário	Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos	Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas e manejo de águas pluviais urbanas
	Índice de atendimento em relação à população total (%)	Índice de atendimento em relação à população total (%)	Taxa de cobertura da coleta domiciliar em relação à população total (%)	Parcela de domicílios não sujeitos a risco de inundação (%)
<b>Estado</b>	48	10,5	74,1	87,9
<b>Brasil</b>	84,9	56	90,4	95,7

(\*) Fronteira seca. NI = Não Informado

Fonte: Sinisa, 2022.

## **EIXO TEMÁTICO 3: FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS E INCLUSÃO SOCIAL**

O desenvolvimento sustentável exige um equilíbrio entre o crescimento econômico, a conservação ambiental e a justiça social. Nesse contexto, o fomento às atividades produtivas sustentáveis surge como caminho para garantir que o aproveitamento dos recursos naturais ocorra de forma responsável e regenerativa. A bioeconomia, um dos pilares dessa abordagem, propõe a “produção, utilização e conservação de recursos biológicos, incluindo os conhecimentos relacionados, ciência, tecnologia e inovação, para fornecer informações, produtos, processos e serviços em diversos setores econômicos”, segundo definido pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

Deste modo, o diagnóstico do eixo das atividades produtivas buscou sintetizar um panorama econômico geral sobre os estados do Arco Norte e Rondônia, para compreender o cenário econômico dessa região e as possibilidades de avanço em práticas de desenvolvimento sustentável. Inicialmente, analisou-se as informações extraídas de bases de dados quantitativas, principalmente do IBGE e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), sobre a evolução do Produto Interno Bruto (PIB), a composição setorial, o emprego formal, a balança comercial, e, mais especificamente sobre o setor agropecuário, incluindo a análise de estabelecimentos de Agricultura Familiar e Valor da Produção (VP) por tipo de atividade econômica agropecuária<sup>21</sup>.

Diversas atividades socioeconômicas da Faixa de Fronteira amazônica estão vinculadas aos recursos naturais da floresta. Segmentos relacionados à bioeconomia constituem potencialidades econômicas da região como o extrativismo de produtos florestais madeireiros sob manejo sustentável e de produtos florestais não madeireiros - frutos, óleos, resinas e ervas, pesca de manejo sustentável, cultivo de lavouras permanentes, temporárias e a hortifruticultura. Sem contar o desenvolvimento de novos mercados, como medicinais, fármacos e cosméticos, associados à biodiversidade; o ecoturismo e visitação às Unidades de Conservação, associada a navegação fluvial, e o conhecimento do artesanato e culinária das populações tradicionais locais.

A importância socioeconômica desses produtos decorre da possibilidade de aproveitamento de elementos da cultura local, de comunidades e povos tradicionais, que podem integrar práticas tradicionais de agroextrativismo, respeitando a biodiversidade local, para gerar ganhos econômicos com inclusão produtiva, preservação e restauração ambiental.

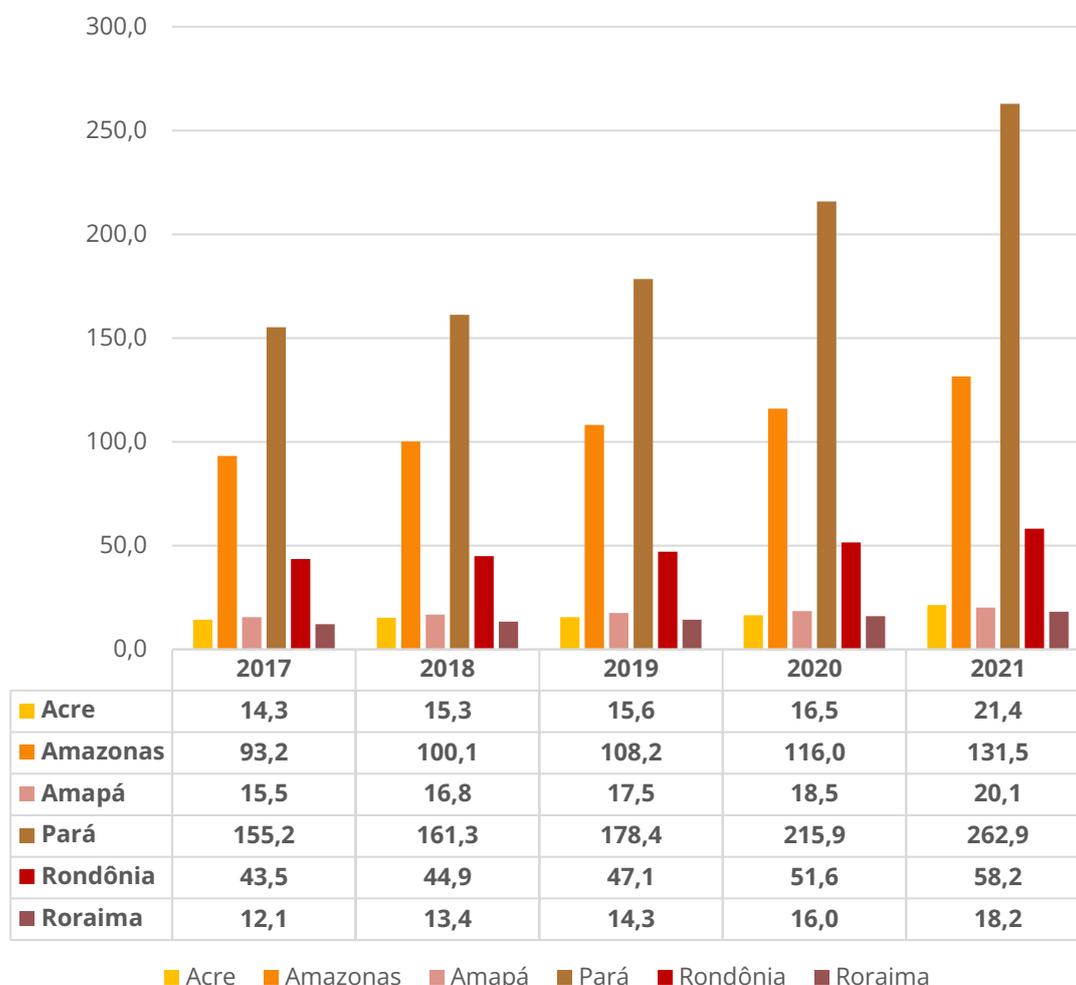
---

<sup>21</sup> Foi adotada a série de anos mais recentes, sendo para o PIB a evolução de 2017 a 2021, e para retratos atuais, o foco no último ano disponível para o dado em questão. No caso do PIB municipal e emprego formal, o ano de 2021; para as atividades agropecuárias; o ano de 2017, e para o extrativismo vegetal e exportações, o ano de 2023.

## INDICADORES ECONÔMICOS

Dos estados analisados, o Acre apresenta resultados de PIB entre os três menores valores, juntamente com Amapá e Roraima. No Gráfico 3, apresenta-se o valor do PIB para a última série de cinco anos nos seis estados. Em 2017, observa-se que o Acre aparece o estado com a segunda menor economia já em 2021 ultrapassa o Amapá, com PIB de 21,4 bilhões.

**Gráfico 3 - Produto Interno Bruto a preços correntes de mercado em bilhões de reais**



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do IPEADATA.

Para conhecer melhor o perfil da economia, analisou-se a participação do valor adicionado dos setores de agropecuária, indústria, serviços e administração pública<sup>22</sup> no valor adicionado bruto total<sup>23</sup>. No Acre o setor de serviços tem uma contribuição relevante

<sup>22</sup> O setor de Agropecuária corresponde a: Agricultura, Pecuária e Produção Florestal; Pesca e Aquicultura. O setor Industrial corresponde a: indústria extrativa e mineral; indústria de transformação; produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana; construção civil. O setor "Serviços", agrega administração pública e os demais.

<sup>23</sup> A definição de valor adicionado bruto é o valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. Dessa forma, ele mede a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto da produção e o

(74,0%), em especial o setor de Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (40,8%). Também é possível observar que é a segunda maior contribuição do setor agropecuário, com participação em mais de 18,9% na economia do estado, atrás apenas de Rondônia.

**Tabela 4 - Participação setorial no valor adicionado dos estados em 2021 (em %)**

Setores econômicos	Acre	Rondônia	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá
<b>Agropecuária</b>	<b>18,9</b>	<b>20,7</b>	<b>5,2</b>	<b>7,6</b>	<b>10,1</b>	<b>1,9</b>
<b>Indústria</b>	<b>7,1</b>	<b>15,1</b>	<b>38,3</b>	<b>9,4</b>	<b>46,4</b>	<b>12,8</b>
Indústria extrativa	0,0	0,0	2,3	0,1	34,1	0,0
Indústria de transformação	2,1	1,7	27,6	1,4	4,3	1,7
Serviços industriais de Utilidade Pública (SIUP)	2,1	2,2	4,8	3,6	4,4	6,9
Construção	3,8	3,3	3,6	4,3	3,6	4,2
<b>Serviços</b>	<b>74,0</b>	<b>64,2</b>	<b>56,5</b>	<b>83,0</b>	<b>43,5</b>	<b>85,3</b>
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	14,2	12,7	11,0	15,4	8,7	12,3
Transporte, armazenagem e correio	1,1	1,1	3,7	2,2	2,1	1,3
Informação e comunicação	1,3	1,0	1,5	1,0	0,7	1,1
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	3,3	3,6	1,9	3,3	1,6	2,1
Atividades imobiliárias	12,4	10,5	7,1	7,8	6,2	10,9
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	40,8	34,4	20,8	44,0	16,6	46,4
Outros serviços	12,3	10,8	10,5	9,4	7,7	11,2

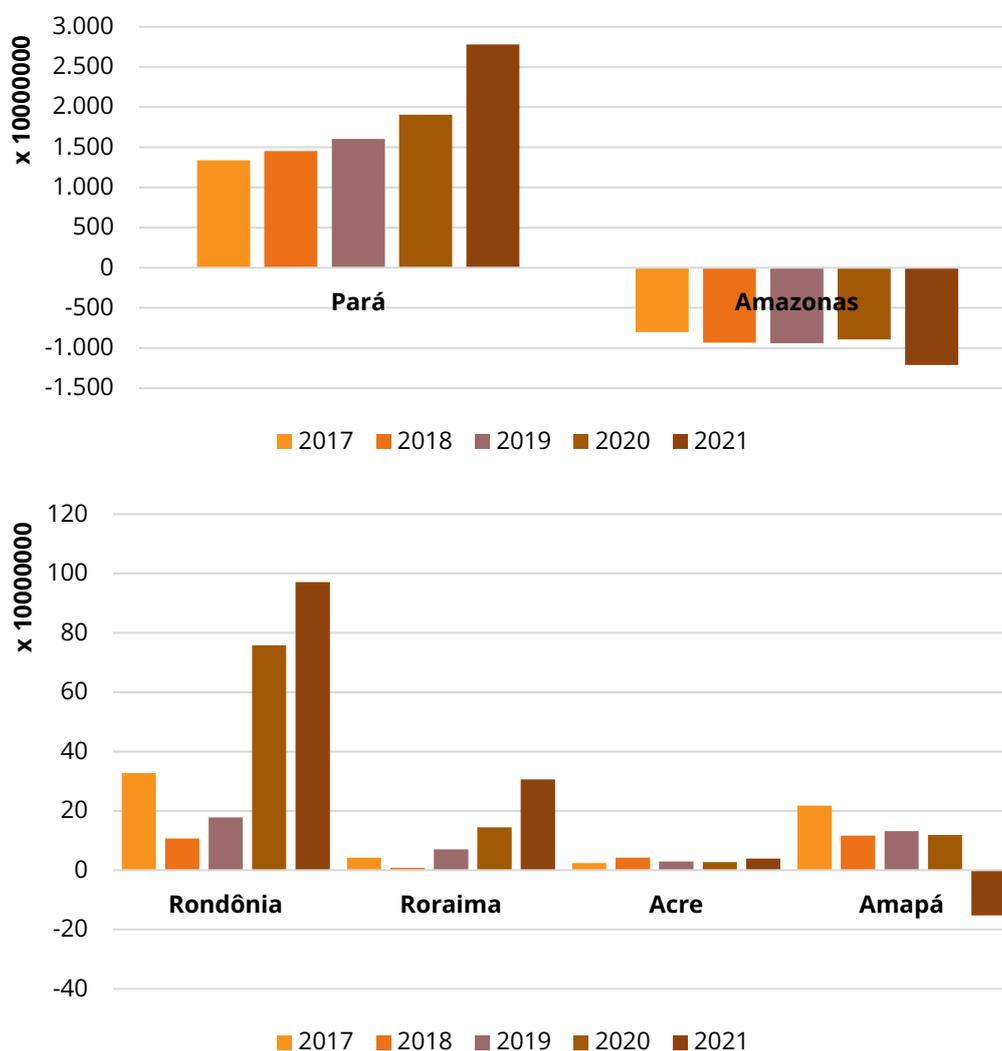
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

No período de 2017-2021, a balança comercial do Acre foi positiva, porém apresentou o saldo mais baixo entre os estados selecionados.

---

consumo intermediário absorvido por essas atividades. Isto é, quanto efetivamente o setor contribui para o PIB total.

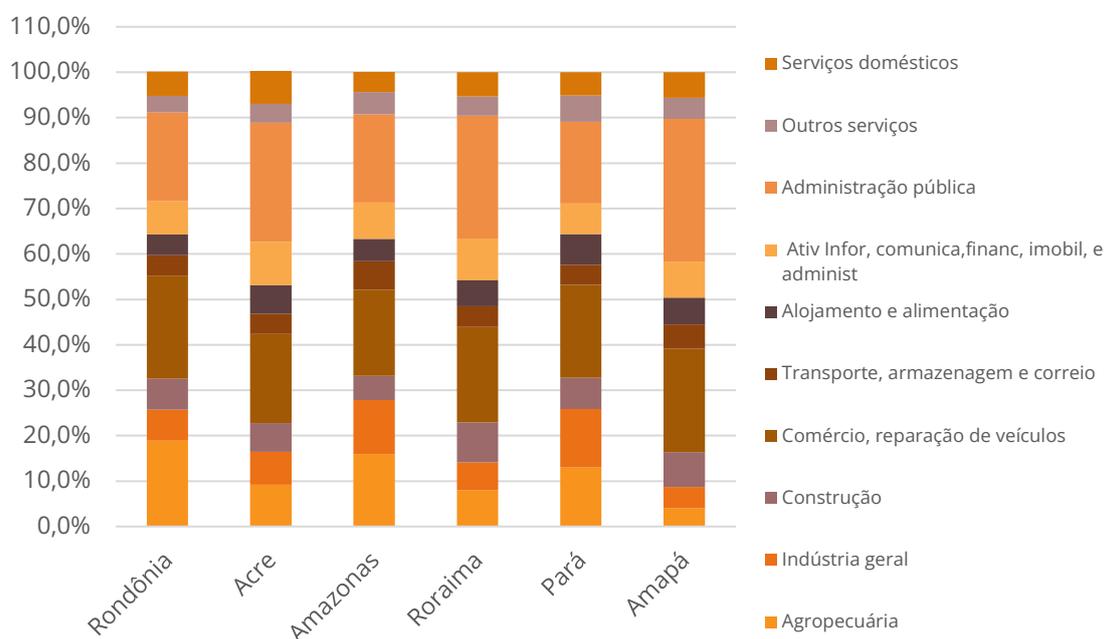
**Gráfico 4 - Saldo da balança comercial - 2017 a 2021**



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do Ipeadata

Com relação ao total de ocupados por setor de atividade, os dados da PNAD (2023) mostram que também o setor de serviços que aparece como principal setor empregador na economia desta região. Apesar da indústria contribuir num patamar elevado para o valor adicionado no Pará e no Amazonas, isto não se traduz na mesma proporção total de ocupados. No Acre por exemplo a relevância do setor industrial não chega a 10%, mas o setor da agropecuária chega 18,9%, ressaltando a importância das atividades rurais para a região.

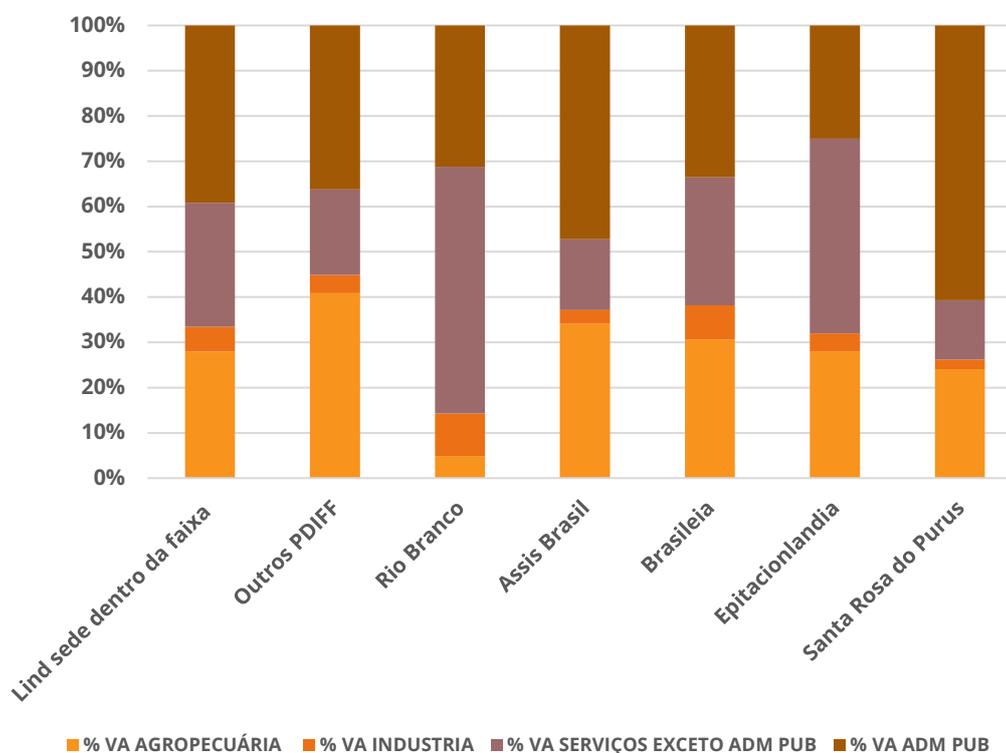
**Gráfico 5 - Total de Ocupados por setor de atividade econômica nos estados em 2023**



**Fonte:** Elaborado pelo IBAM a partir de dados do IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD, 2023).

No estado do Acre, nota-se que há presença de mais cidades gêmeas – Assis Brasil, Brasileia Epitaciolândia e Santa Rosa. Em Assis Brasil e Brasileia, o segmento agropecuário alcança cerca de um terço do valor adicionado. Já nas outras cidades gêmeas, assim como nos outros municípios lindeiros com sede dentro da faixa de fronteira, atinge-se para este setor o patamar de 28,0%, bem acima de Rio Branco e dos outros municípios do PDIFF. Em geral a indústria responde pelo menor percentual do valor adicionado. Em Rio Branco ocorre a maior participação industrial, alcançando 9,3% do seu VA total, e das cidades gêmeas, Brasileia atinge 7,5%. Em Santa Rosa do Purus a administração pública responde por mais de 60% do valor, uma participação muito superior do que ocorre nos outros municípios selecionados.

**Gráfico 6 - Participação dos setores no valor adicionado total da categoria territorial PDIFF no estado do Acre em 2021.**



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do PIB dos municípios, IBGE

## ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, é uma metodologia complementar ao Produto Interno Bruto (PIB), que à época era a principal medida de desenvolvimento de um país. Em contraponto ao PIB, o IDH não só leva em consideração os dados econômicos, mas também a qualidade de vida e o bem-estar dos indivíduos, já que a avaliação do crescimento econômico, de maneira isolada, não implica na análise da qualidade de vida da população, e muitas vezes, pode intensificar as desigualdades.

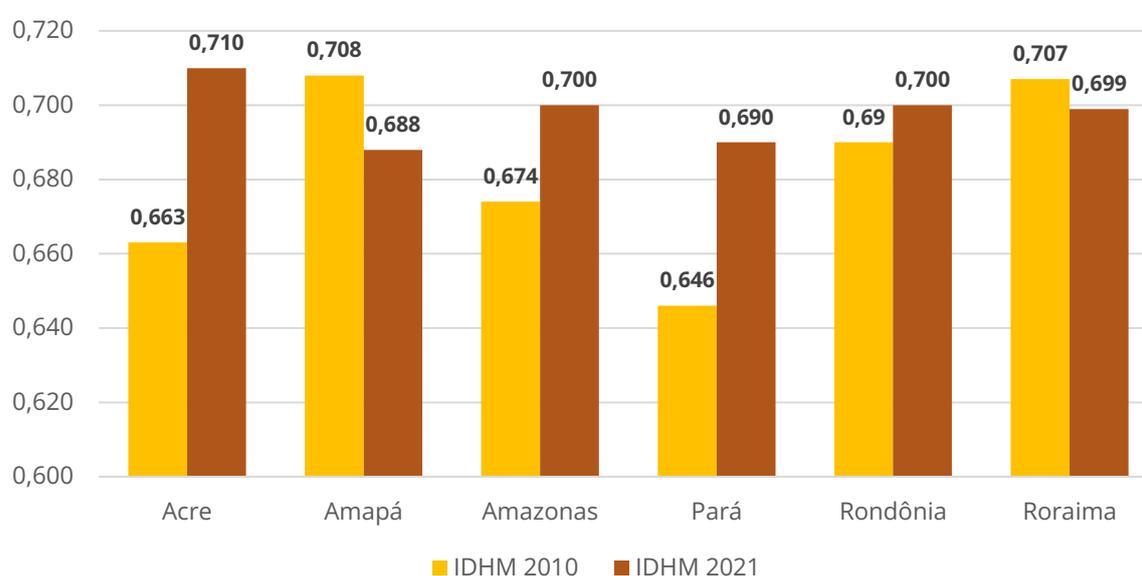
O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma variação do IDH voltada para municípios, estados e regiões metropolitanas do Brasil. Criado pelo PNUD Brasil, em conjunto com o Ipea e a Fundação João Pinheiro, adequa a metodologia ao contexto brasileiro, utilizando os dados obtidos pelos censos realizados pelo IBGE. O Índice de Desenvolvimento varia entre 0 e 1; quanto mais próximo do 1 maior é o desenvolvimento humano naquela localidade. A metodologia envolve a análise de três dimensões que são: vida longa e saudável (Longevidade), acesso ao conhecimento (Educação) e padrão de vida (Renda). Os valores podem ser classificados da seguinte forma:

- 0,000 até 0,499 – Muito Baixo
- 0,500 até 0,599 – Baixo

- 0,600 até 0,699 – Médio
- 0,700 até 0,799 – Alto
- 0,800 até 1,000 – Muito Alto

Ao analisarmos o gráfico comparativo do IDHM entre os Censos de 2010 e 2021 dos estados que compõem a Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia, observa-se que, em 2021, alguns desses estados apresentaram um crescimento significativo em seus índices. O Acre possui o maior IDHM entre os estados da Faixa de Fronteira analisada. Vale destacar a expressiva melhora do IDHM entre 2010 e 2021, já que em 2010 o IDHM do Acre apresentava segundo pior índice.

**Gráfico 7 - Evolução do IDHM nos Estados do Arco Norte e Rondônia, 2010 e 2021**

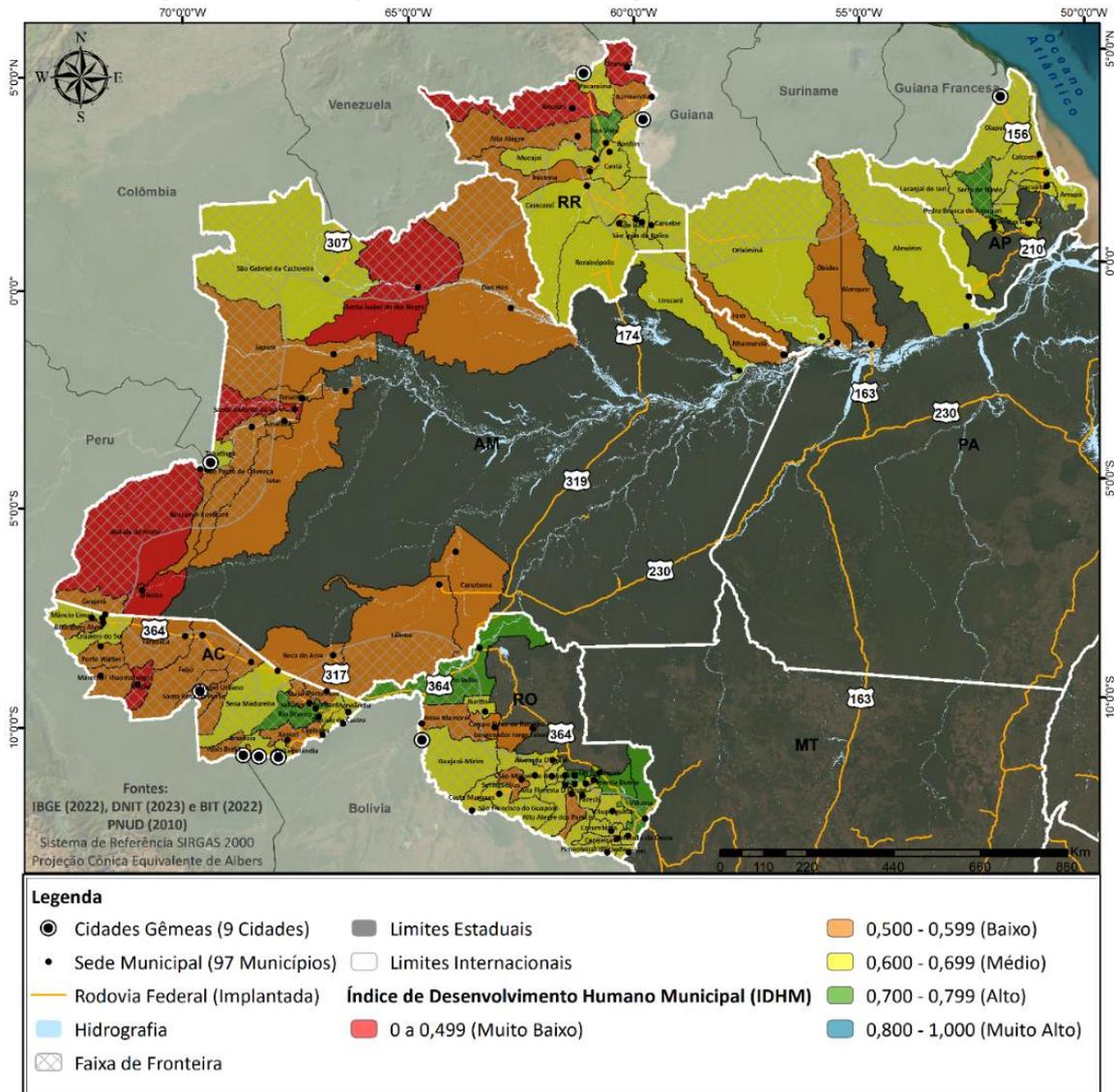


**Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.**

No que se refere aos componentes do IDHM, nos temas de Renda e Educação, o Acre apresenta terceiro maior índice da região. Destaca-se principalmente no indicador de Longevidade, com IDHM superior a 0,700. No ranking nacional o Acre ocupa a 16ª colocação, a melhor colocação entre os estados pertencentes a faixa fronteira do Arco Norte.

Quando se observa o IDHM dos municípios da Faixa de Fronteira da Amazônia, há variações significativas em relação ao IDH estadual. Vale destacar que, para os municípios, a informação de IDH mais atualizada é de 2010, uma vez que ainda não há atualizações referentes ao último Censo do IBGE divulgado. De acordo com os dados disponíveis, dos 97 municípios analisados, apenas 7 possuem IDHM classificado como alto. No Acre, a maioria dos municípios apresenta índices na faixa de 0,500 e 0,599, considerado baixo. O Município de Jordão tem IDHM classificado muito baixo. Já a capital Rio Branco é a única cidade do estado que tem IDHM classificado como alto.

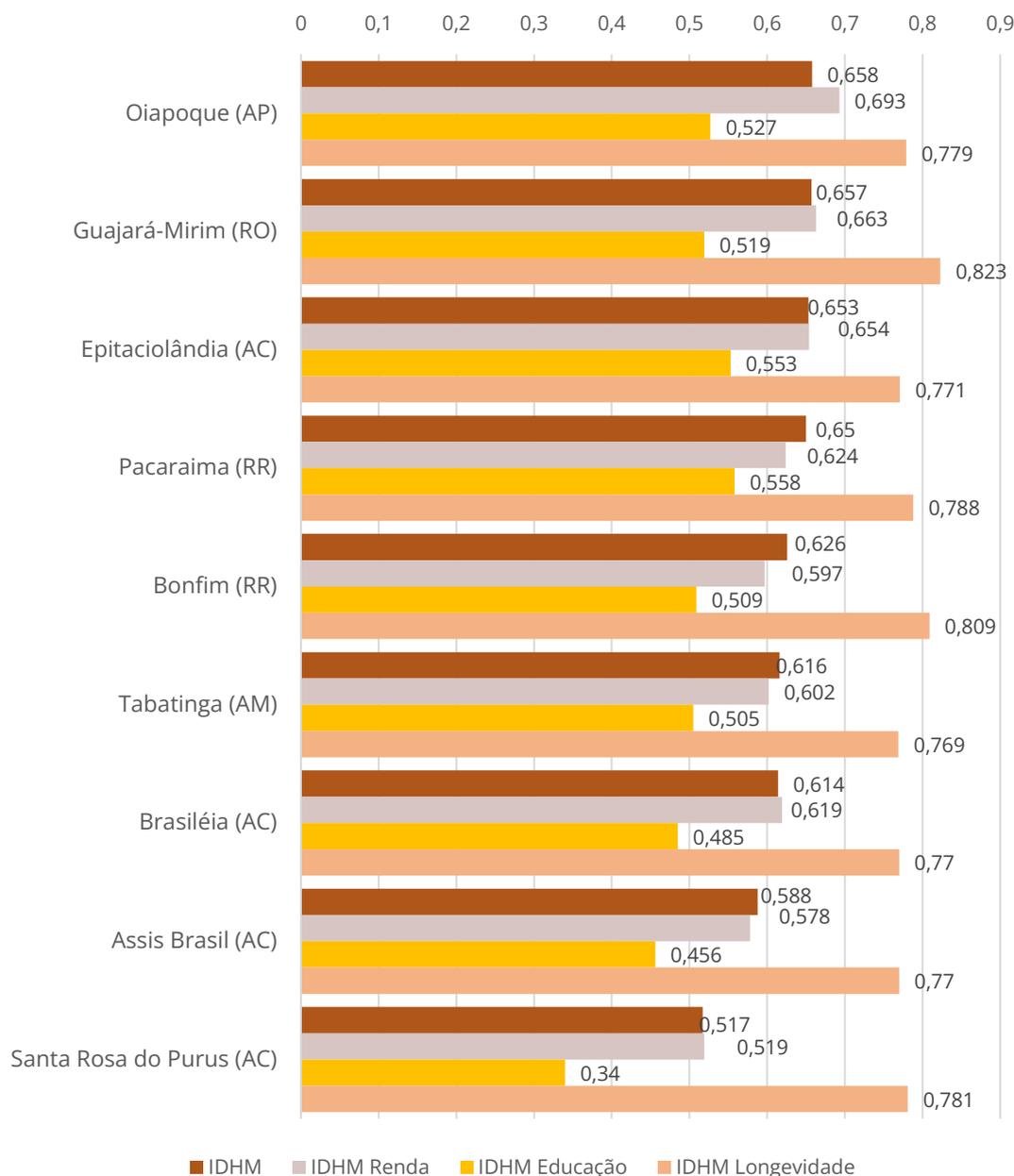
**Mapa 13 - Classificação do IDHM nos municípios do Arco Norte e Rondônia**



**Fonte:** Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

Ao analisarmos as cidades gêmeas observa-se Epitaciolândia ocupa o terceiro lugar entre as cidades gêmeas, já Santa Rosa do Purus, Brasiléia e Assis Brasil, possuem os piores indicadores, ficando nas últimas colocações. Na análise por dimensões do IDHM, o indicador de longevidade apresenta os melhores resultados, uma vez que todas as nove cidades possuem classificação alta ou muito alta nesse componente. Por outro lado, o indicador de educação se destaca negativamente, pois a maioria das cidades gêmeas se enquadra na classificação baixa. Santa Rosa do Purus é a que apresenta índice mais baixo.

**Gráfico 8 - Classificação do IDHM nas cidades gêmeas em 2021**



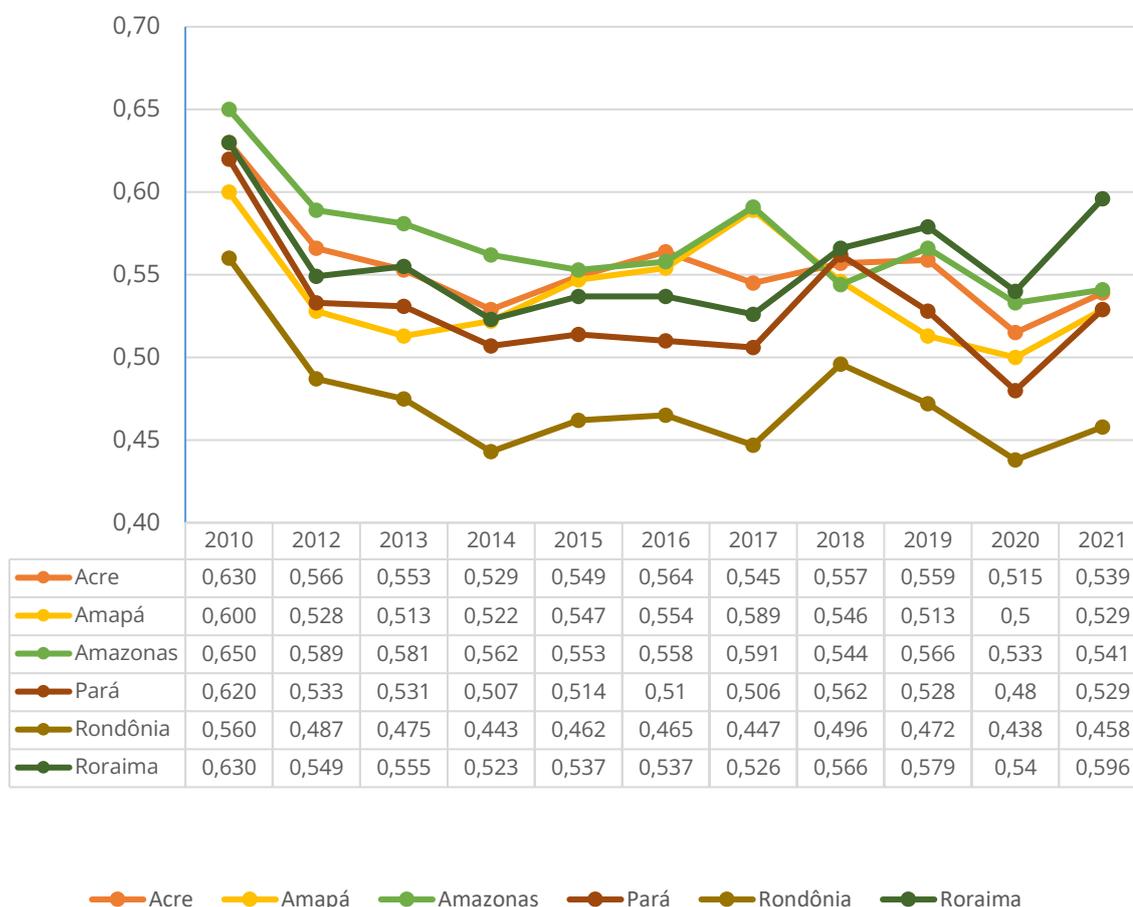
**Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2010.**

## ÍNDICE DE GINI

O índice de Gini é indicador que serve de medida para a desigualdade socioeconômica. Ele sintetiza a análise da distribuição de rendimento domiciliar per capita. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos, e varia de 0 a 1, sendo 0 a situação de perfeita igualdade na distribuição dos rendimentos e 1, de perfeita desigualdade, em que todo o rendimento estaria concentrado nas mãos de uma única pessoa. No Brasil, este

índice pouco se alterou de 2010 a 2021, caindo um décimo de 0,60 para 0,59. Para os estados do Arco Norte e Rondônia, seguem os seguintes resultados:

**Gráfico 9 - Evolução do Índice de Gini - 2010 a 2021**



**Fonte:** Elaboração própria a partir de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

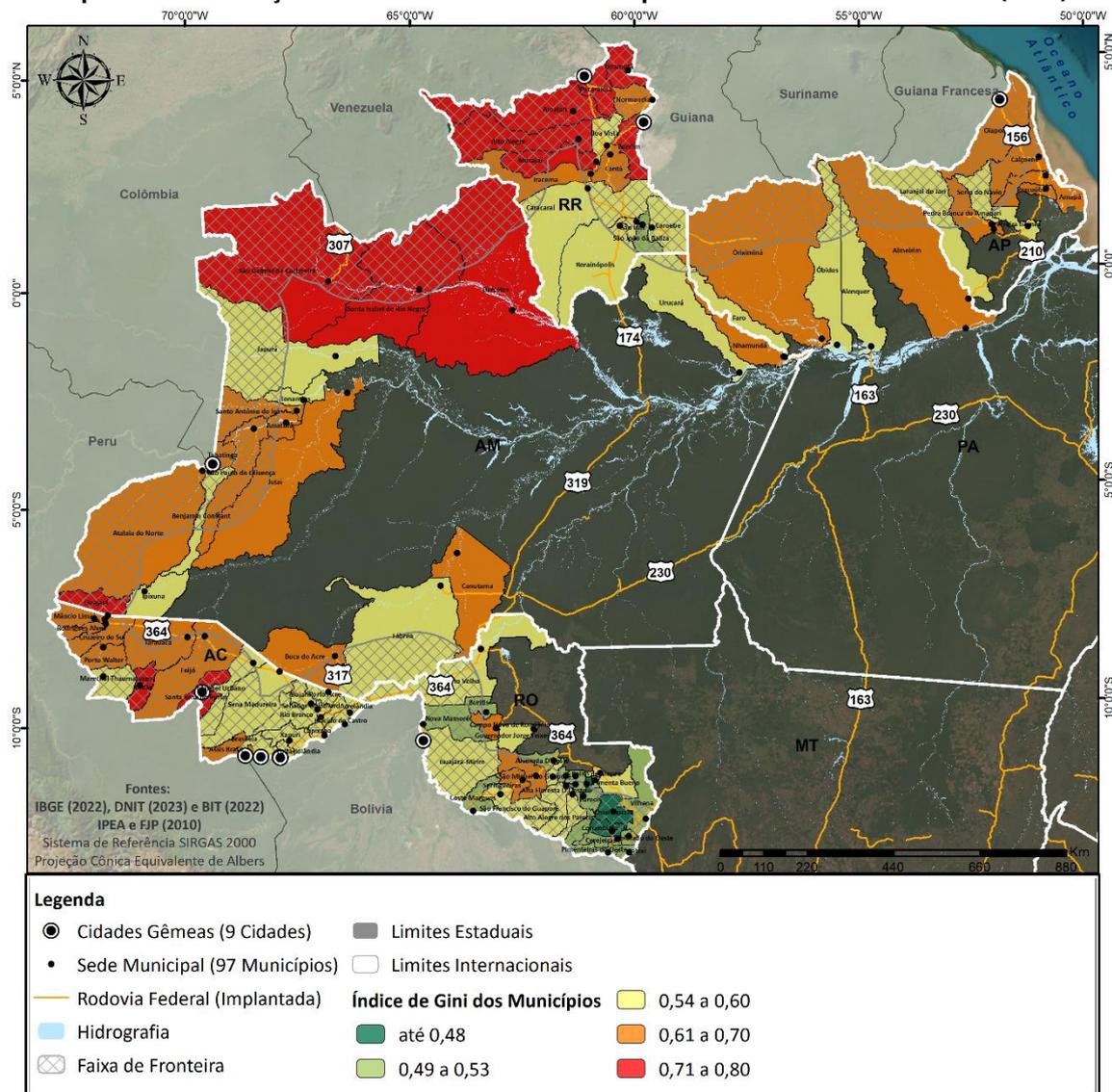
Nota-se que, em geral, houve redução nos primeiros anos da série com os benefícios de programas sociais, até 2015, registrando crescimento no período de 2016 a 2018, e estabilidade em 2019. Em 2020, um novo recuo é registrado com todos os Estados apresentando seus resultados mais baixos, em função da introdução dos benefícios emergenciais de transferência de renda no período da pandemia. Observa-se posterior aumento em 2021, com o mercado de trabalho enfraquecido e a redução dos benefícios dos programas sociais emergenciais<sup>24</sup>. O Acre reduziu seu índice passando de 0,630 em 2010 a 0,539 em 2021.

Na sequência, foram analisados os municípios que integram a Faixa de Fronteira. Assim como no caso do IDHM, para esta análise foram utilizados dados de 2010, último dado

<sup>24</sup> Na publicação Síntese de Indicadores Sociais no Brasil em 2023, feita pelo IBGE, a análise por grandes regiões indicou o impacto dos benefícios dos programas sociais no índice, baseando na PNAD 2022.

disponível a nível municipal. No Acre, uma parte dos municípios encontram-se numa faixa do índice de 0,54 a 0,60, inferior ao resultado do Estado, que foi 0,63 neste mesmo ano. Outro grupo de municípios, mais ao norte, tem índices que variam entre 0,61 e 0,70. Santa Rosa do Purus e Jordão apresentam índices maiores de desigualdade, de 0,78 e 0,71 respectivamente.

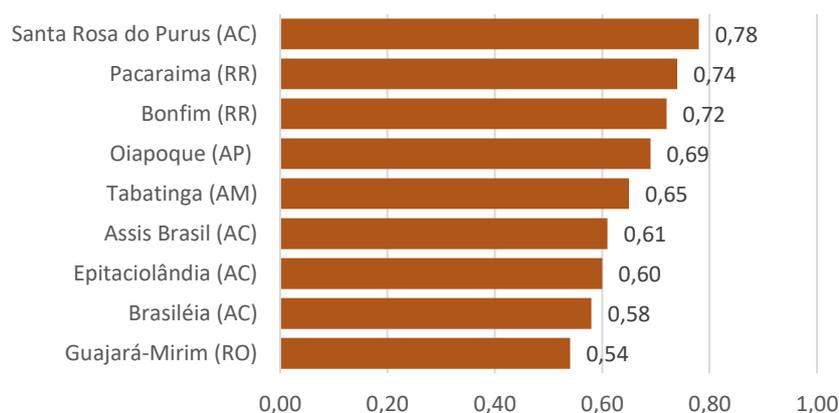
**Mapa 14 - Classificação do Índice de Gini nos municípios do Arco Norte e Rondônia (2010)**



**Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.**

Na análise por cidades gêmeas, aquela com maior nível de desigualdade é Santa Rosa do Purus no Acre, com 0,78, sendo seguido das duas cidades de Roraima, Pacaraima com 0,74 e Bonfim com 0,72.

**Gráfico 10 - Classificação do Índice de Gini nas cidades gêmeas em 2010**



**Fonte: Elaboração própria a partir de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2010.**

## RENDIMENTO DOMICILIAR

No Brasil, em média, 74,5% da renda das famílias advém dos rendimentos do trabalho. Segundo a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD contínua, 2023) realizada pelo IBGE, outros 18,1% vêm de rendimentos de aposentadoria e pensões, 3,0% de benefícios e 4,4% de outras fontes. Conforme levantamentos recentes, é importante levar em consideração que quanto maior a faixa de salários da população, maior a participação dos rendimentos do trabalho no total da renda. Assim, para as famílias com menor renda, sinaliza-se maior percentual advinda de programas sociais<sup>25</sup>.

O relatório de Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2023) demonstra a variação da economia brasileira e seus efeitos sobre o mercado de trabalho e rendimentos das famílias. A primeira metade da década registrou variação positiva do PIB, enquanto a sequência dos anos 2015 e 2016 quedas significativas, e então, houve uma pequena recuperação de 2017 a 2019. Em 2020, mais uma vez o quadro se reverteu no contexto da pandemia do Covid, devido à retração das atividades econômicas. A partir de 2021 iniciou-se a recuperação do crescimento do PIB, que se revelou maior em 2022. Somente em 2022, o processo de recuperação pós-pandemia veio a se consolidar e a refletir efetivamente na geração de postos de trabalho. Ou seja, segundo o mesmo relatório, em 2021 e 2022, tanto o PIB como o consumo das famílias registraram taxas positivas consecutivamente, favorecendo a recuperação do mercado de trabalho, demonstrada pelos indicadores de taxa de desocupação e nível de ocupação, este último ficando em patamar próximo ao registrado em 2019.

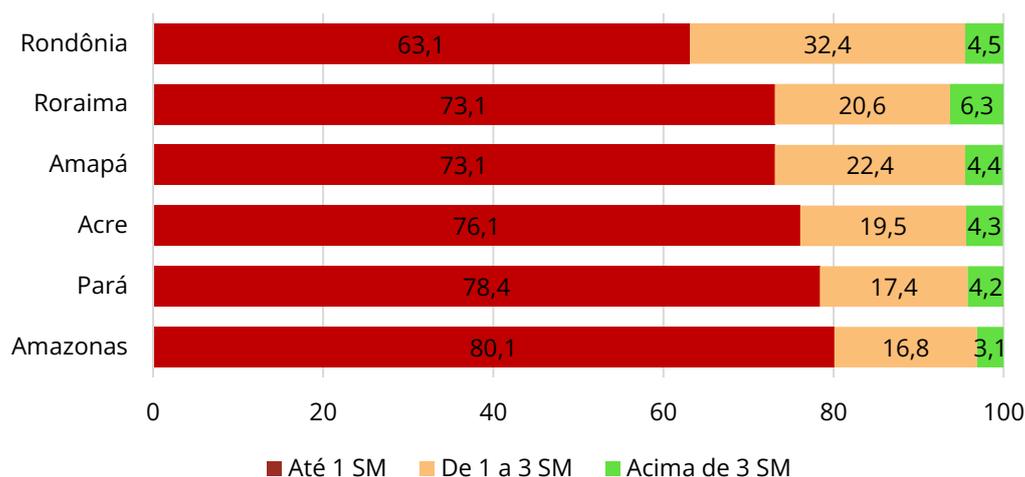
<sup>25</sup> O período 2020-2022 foi marcado por alteração nos benefícios transferidos pelo governo nos programas de transferência de renda, em razão da pandemia do covid-19, quando foram aportados recursos de auxílio emergencial e depois de finalizados, transformou-se o Bolsa Família em Auxílio Brasil, com ampliação dos valores, que em 2023, retornou à denominação de Bolsa Família. Fonte: IBGE, Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2023. Este relatório utilizou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2022.

Analisar o rendimento segundo sua distribuição por classes de salário mínimo é uma forma de avaliar a incidência da desigualdade na sociedade brasileira. Para averiguar-se os rendimentos das famílias para os municípios do Arco Norte e Rondônia, de acordo com o resultado mais recente, trabalhou-se com dados do rendimento do trabalho formal do ano de 2022, levantados pela PNAD. Em que pese as limitações de considerar somente os rendimentos do trabalho formal, esta é a informação mais atualizada e organizada sistematicamente, que traz elementos que possibilitam um panorama dos municípios nas regiões estudadas.

Para observar o efeito sobre o rendimento das famílias, selecionou-se o indicador “Rendimento domiciliar per capita médio”, que em 2022, foi de R\$ 1.586 mensais para o total da população. Em termos regionais, as Regiões Sul (R\$ 1.927), Sudeste (R\$ 1.891) e Centro-Oeste (R\$ 1.857) apresentaram os rendimentos domiciliares per capita médios mais elevados, enquanto os menores estavam nas Regiões Norte (R\$ 1.096) e Nordeste (R\$ 1.011). na Região Norte, o rendimento equivalia a 58,0% do rendimento domiciliar per capita médio do Sudeste, o que demonstra a desigualdade econômica estrutural entre as Regiões do País<sup>26</sup>. Em 2020,2021,2022 o Amazonas teve a menor rendimento per capita dentre os estados, em 2019 e 2023 ele foi estado com o segundo menor rendimento. O Estado do Acre que se manteve em posição intermediária em quase todos os anos analisados, em 2023 torna-se o lanterna, com um rendimento domiciliar per capita médio inferior a R\$ 1.100.

Para todos os Estados do Arco Norte e Rondônia, observa-se que mais de 60% da população recebe até 1 salário mínimo. O Acre é o estado com terceiro maior percentual populacional na faixa até 1 SM, com 76,1%.

**Gráfico 11 - Distribuição percentual da população total, por classes de rendimento domiciliar per capita mensal, em salários mínimos - 2022**

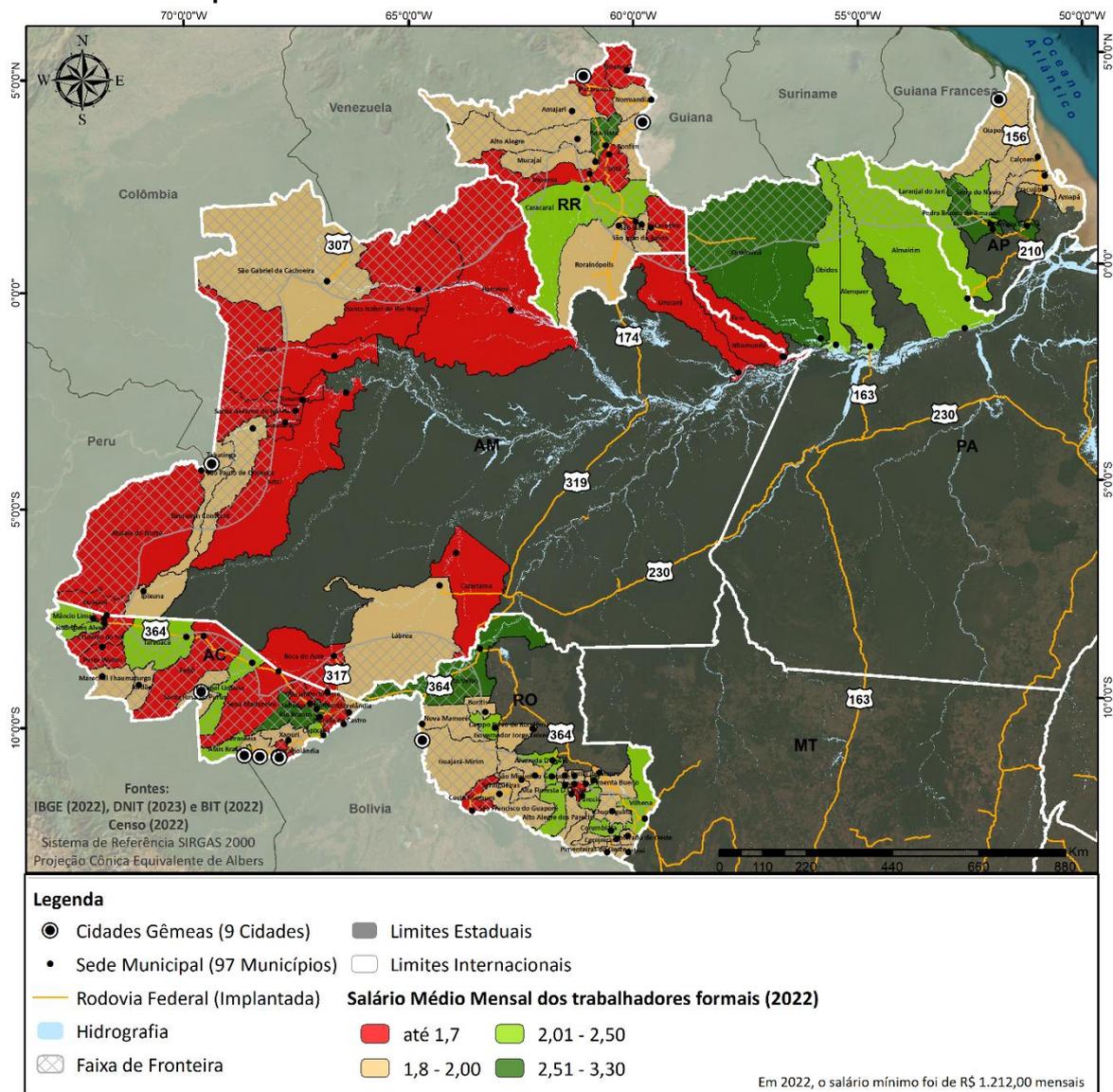


Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de Síntese de Indicadores Sociais (IBGE) - SIS\_RDPCMEDIO, 2023

<sup>26</sup> Todos estes resultados encontram-se na divulgação Relatório Síntese de Indicadores Sociais (IBGE).

O mapa a seguir apresenta uma análise do salário médio mensal dos trabalhadores formais a nível municipal. No Estado do Acre, em 2022, a capital Rio Branco se destacou pelo maior salário médio dos trabalhadores formais, com 3,1 salários mínimos. Acima de 2 salários ficam as cidades de Manoel Urbano, Tarauacá, Rodrigues Alves, Capixaba, Mâncio Lima e Assis Brasil. O município com menor rendimento é de Acrelândia.

**Mapa 15 - Salário médio mensal dos trabalhadores formais -2022.**



**Fontes:** Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

## CADASTRO ÚNICO

No exercício de buscar novas fontes de dados atualizadas para a elaboração do diagnóstico, optou-se também por analisar as informações do Cadastro Único (CadÚnico). Criado em 2007 pelo Decreto Federal nº 6.135 e alterado pelo Decreto Federal nº 11.016 de 2022, o CadÚnico tem como finalidade ser um instrumento de coleta, processamento, sistematização e disseminação de informações sociais que permitem a identificação e a

caracterização socioeconômica de famílias e indivíduos brasileiros de baixa renda. Trata-se do cadastro central, e por isso sua unicidade, para o acesso a diferentes políticas socioassistenciais, programas e benefício sociais. De maneira geral, sua base de usuários é composta por famílias com renda familiar per capita de até 1/2 salário mínimo<sup>27</sup>. Devido sua constante atualização (as famílias e indivíduos devem atualizar seus cadastros a cada 2 anos), o programa possui uma periodicidade cíclica e seus dados são coletados e disponibilizados com uma frequência mensal sendo uma ferramenta importante para a análise de determinadas características do contexto de vulnerabilização social.

No Acre, 58% da população está inscrita. Ou seja, mais da metade da população depende de políticas assistenciais na região, evidenciando desafios socioeconômicos significativos.

**Tabela 5 - População e total de pessoas cadastradas no CadÚnico nos estados do Arco Norte e Rondônia**

Estados	População (Censo 2022)	Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo (Pobreza + Baixa renda)	% Pop. CadÚnico/ Pop. geral
<b>Acre</b>	830.018	479.629	58%
<b>Amapá</b>	733.759	432.133	59%
<b>Amazonas</b>	3.941.613	2.283.478	58%
<b>Pará</b>	8.120.131	4.577.125	56%
<b>Rondônia</b>	1.581.196	568.947	36%
<b>Roraima</b>	636.707	324.829	51%

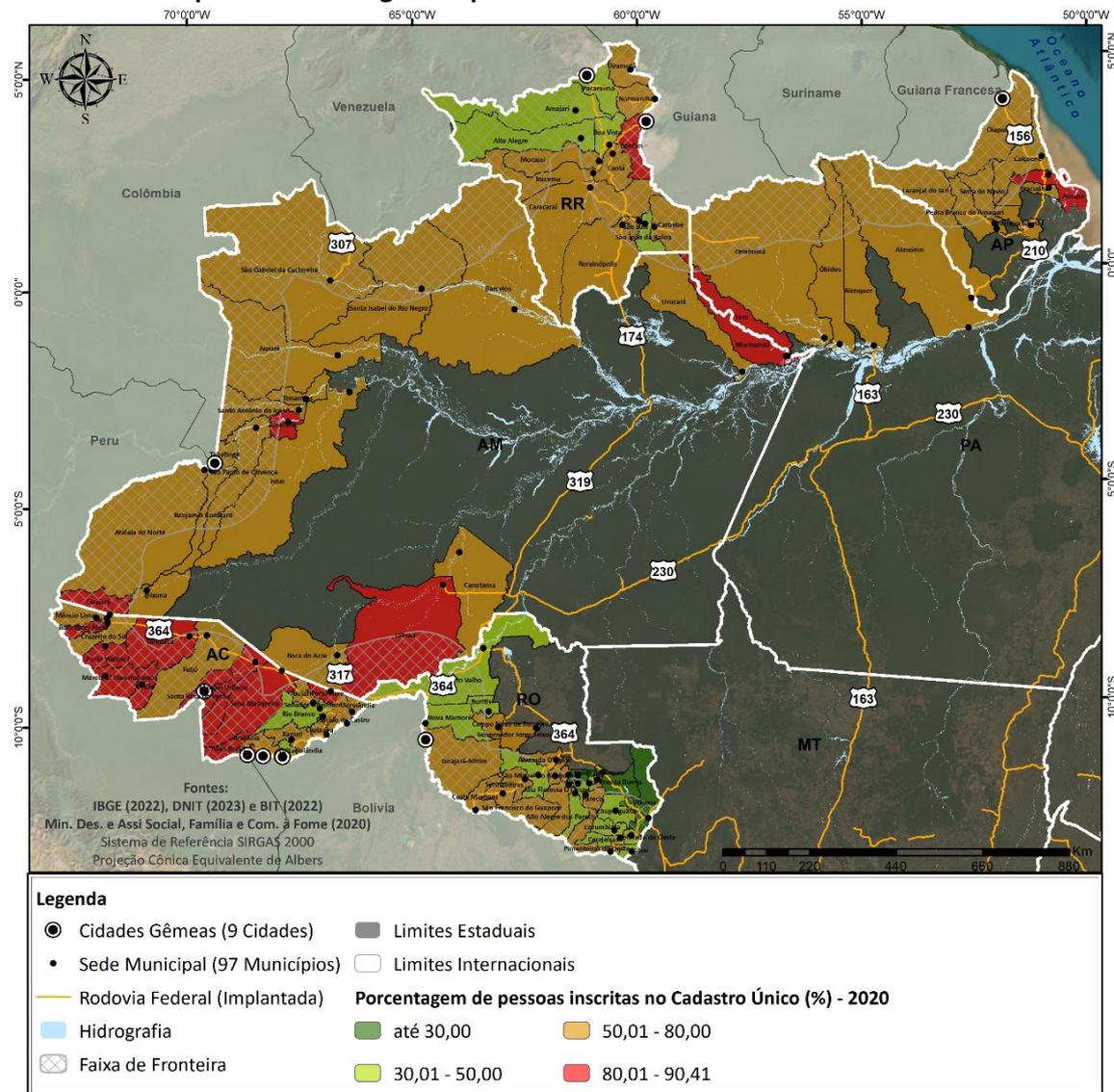
Fonte: Dados do CadÚnico 2025 e do Censo 2022.

Na análise por município, nota-se que na região de fronteira amazônica a maior parte dos municípios (58) apresenta cenário em que mais de 50% da população está inscrita no Cadastro Único, indicando que ao menos metade dos habitantes se enquadra em critérios de baixa renda. Dezesete municípios possuem mais de 80% cadastrada no CadÚnico, evidenciando um contexto de maior vulnerabilidade socioeconômica. Nessas localidades, pelo menos oito em cada dez habitantes vivem em condições que qualificam para programas sociais, o que pode indicar dificuldades estruturais no mercado de trabalho formal e forte dependência de atividades informais.

<sup>27</sup> A partir de 2023, a apresentação do banco de dados dos inscritos no CadÚnico foi alterada, separando grandes três categoria, por faixa de renda: Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias em situação de pobreza, segundo a faixa do Programa Bolsa Família, Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo (Pobreza linha administrativa de pobreza, de acordo com a legislação do Programa Bolsa Família (R\$ 0 a R\$ 218,00) + Baixa renda: linha baseada no salário mínimo (R\$ 218,01 a 1/2 salário mínimo) e Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda per capita mensal acima de 1/2 salário mínimo. Esta última categoria inclui famílias com renda *per capita* superior que acessam políticas sociais específicas, como o benefício de prestação continuada, por exemplo. Nesta análise foram utilizados somente os dados referentes à quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo (Pobreza + Baixa renda).

No Acre, observa-se que diversos municípios tem mais de 80,01% da população cadastrada no sistema: São eles: Assis Brasil, Jordão, Manoel Urbano, Marechal Thaumaturgo, Porto Acre, Porto Walter, Rodrigues Alves, Santa Rosa do Purus, Sena Madureira e Tarauacá. Em Assis Brasil, 90% da população está cadastrada no sistema.

**Mapa 16 - Porcentagem de pessoas inscritas no Cadastro Único - 2020**



**Fontes:** Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

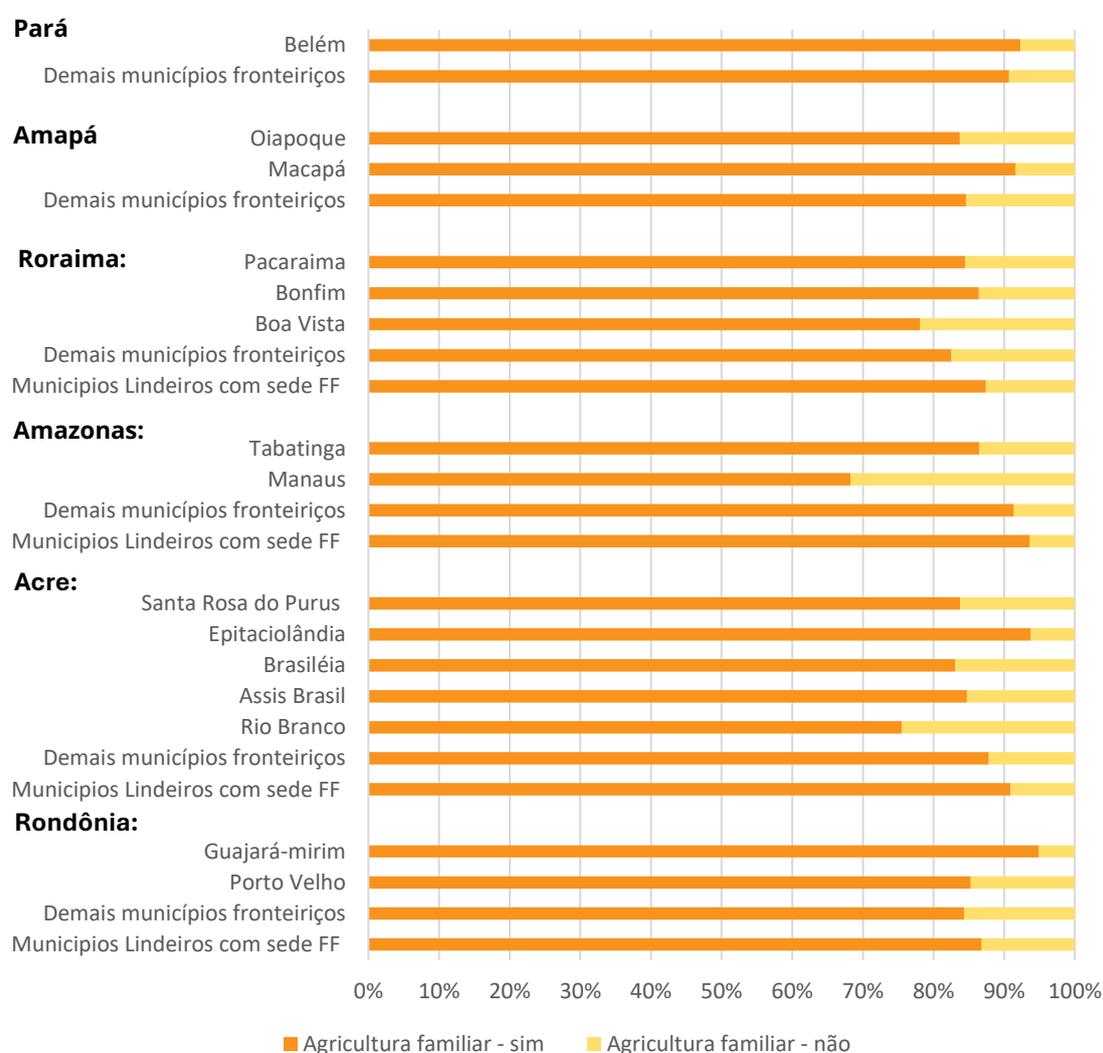
## ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

Uma vez que o trabalho em questão envolve um foco maior na bioeconomia e cadeias produtivas sustentáveis e inclusivas dos produtos da sociobiodiversidade, foram analisados outros dados econômicos a fim de contribuir para o diagnóstico dessas atividades. Assim, foram selecionados dados secundários, especialmente vinculados ao setor agropecuário ou agroindustrial, a fim de demonstrar um panorama das atividades produtivas dos estados e municípios. O Censo Agropecuário e a pesquisa de extração vegetal e silvicultura,

produzidos pelo IBGE correspondem a uma base de dados consolidada no Brasil, que fornecem informações relevantes para o conhecimento sobre o cenário da atividade agropecuária em todo o território brasileiro.

De modo geral, observa-se uma alta participação, em termos de número de estabelecimentos, da agricultura familiar nos municípios de faixa de fronteira e capitais. Em geral, eles apresentam mais de 80% sob condição de agricultura familiar. No entanto, Rio Branco (AC) é o município com menor percentual dos estabelecimentos agropecuários sobre a agricultura familiar, depois de Manaus. Dentre as cidades gêmeas que tiveram os percentuais de estabelecimentos sob agricultura familiar mais elevados: está Eptaciolândia, cerca de 94%.

**Gráfico 12 - Número de Estabelecimentos por condição do produtor**



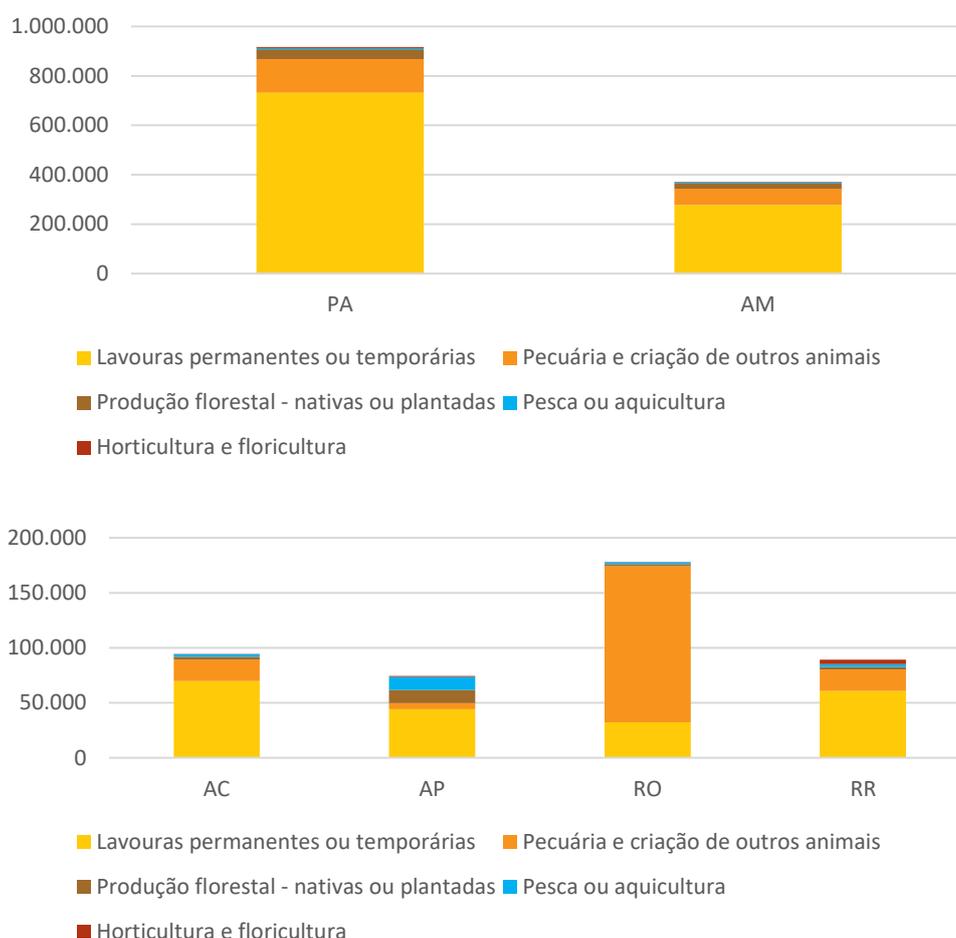
Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de Censo Agropecuário 2017, IBGE

As atividades econômicas exercidas pela agroindústria rural identificadas para essas regiões foram: produção de lavouras (permanentes e temporárias), pecuária e criação de animais,

pesca e aquicultura, produção florestal (florestas nativas e plantadas) e horticultura ou floricultura.

Observa-se um padrão na produção do valor, em que as lavouras temporárias ocupam o primeiro lugar e a pecuária, o segundo, com exceção de Rondônia. O resultado do Pará, especialmente para as lavouras fica bem acima, o que contribuiu para distorções na visualização dos valores. No Acre, predominam a produção de lavouras (permanentes e temporárias), seguida da pecuária e criação de animais.

**Gráfico 13 - Valor da Produção das atividades agropecuárias (em mil reais)**



**Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de Censo Agropecuário 2017, IBGE**

Dados específicos sobre extração vegetal, também contribuem para o diagnóstico produtivo, sendo, no caso da bioeconomia, de extrema relevância. Pela pesquisa de extração vegetal e silvicultura do IBGE (PEVS), seguem abaixo os principais produtos do extrativismo vegetal segundo seu valor da produção em 2023. Levando-se em conta o valor da produção total e o percentual dos estados que produzem maior valor em cada um, do primeiro ao terceiro, observa-se, no geral a predominância dos estados do Amazonas e do Pará e nestes produtos.

**Tabela 6 - Valor da produção dos principais produtos extrativos (em mil reais) - 2023**

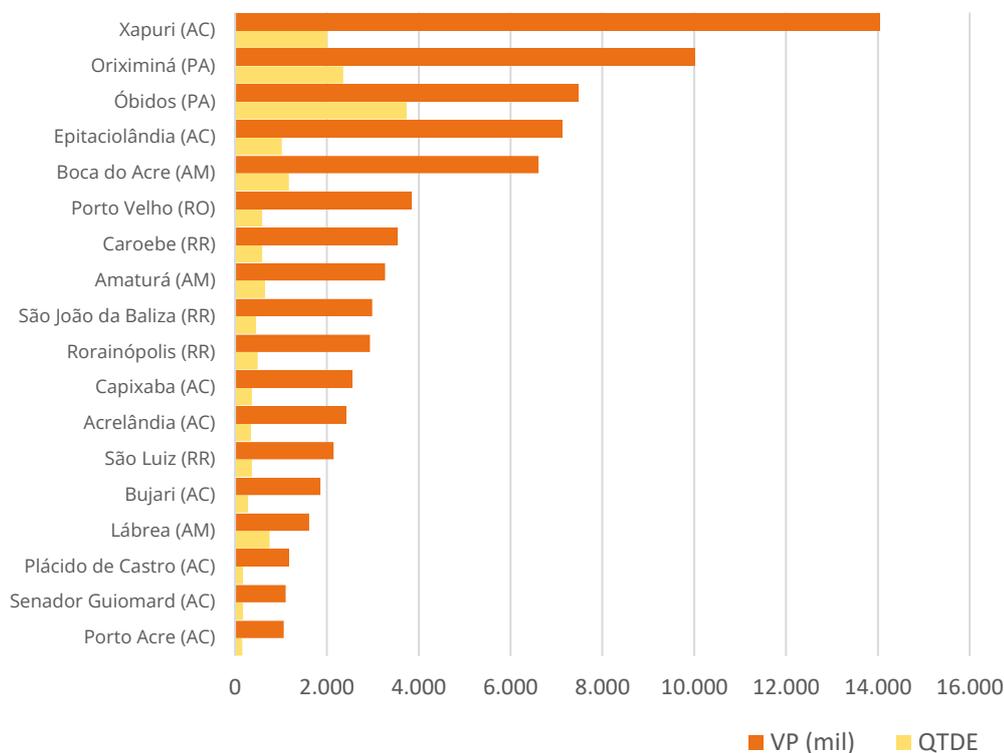
Produtos extrativos	Valor da Produção	1º		2º		3º	
		Estado	Porcentagem	Estado	Porcentagem	Estado	Porcentagem
Madeira em tora <sup>28</sup>	2.126.167	Pará	83,0%	Amazonas	6,4%	Rondônia	5,5%
Açaí (fruto)	799.986	Pará	81,4%	Amazonas	15,9%	Amapá	1,2%
Castanha	160.137	Acre	41,2%	Amazonas	27,2%	Pará	19,7%
Carvão vegetal	113.048	Pará	89,6%	Amapá	3,9%	Rondônia	2,6%
Lenha (Met cub)	78.295	Pará	51,1%	Amapá	13,7%	Amazonas	13,7%
Hevea (látex coagu)	17.851	Acre	73,5%	Amazonas	21,4%	Rondônia	5,1%
Palmito	16.833	Pará	86,6%	Rondônia	13,4%		
Copaíba (óleo)	11.767	Amazonas	78,4%	Rondônia	21,6%		
Cumarú (amêndoa)	5.423	Pará	87,8%	Amazonas	12,2%		

**Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de PEVS 2023, IBGE**

A castanha (conhecida como castanha-do-Brasil, castanha-do-Pará ou ainda castanha-da-Amazônia) é um contraponto, já que o estado do Acre lidera o seu valor da produção. O mesmo estado também lidera o valor na produção de borracha hevea (látex). Outros produtos configuram na lista, embora em menor escala de valor. Xapuri lidera a lista, mas há também diversos municípios acreanos que possuem valor de produção expressivo.

<sup>28</sup> No bioma Amazônico na presença das florestas nativas, o manejo florestal sustentável é a prática legal e adotada desde a Lei Federal nº 4.771/1965. Ressalva-se, que os dados representam a exportação de madeira, não estando em evidência a forma do seu manejo.

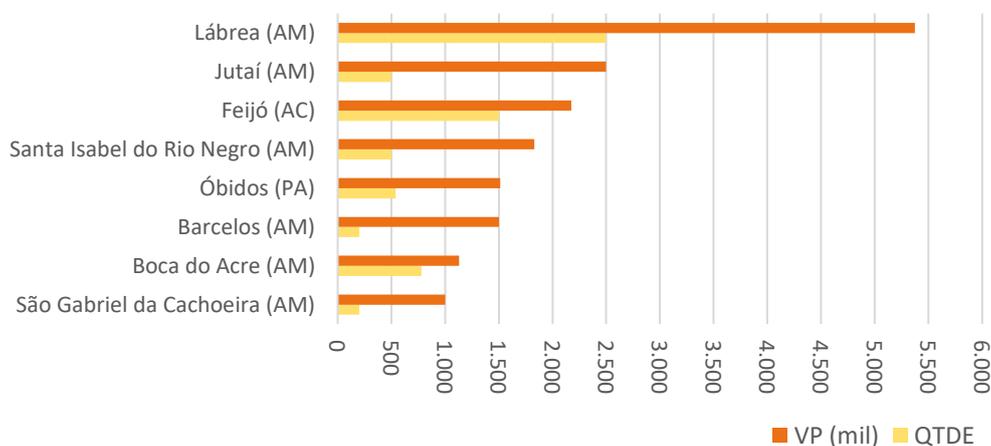
**Gráfico 14 - Valor da produção na extração vegetal (em mil reais), 2023. Tipo de produto extrativo: Castanha - Principais municípios**



Fonte: Pesquisa de extração vegetal e silvicultura do IBGE (PEVS, 2023).

No caso do Açaí, este é o produto extrativo florestal não madeireiro com maior produção nos estados amazônicos deste estudo. É o maior produto não madeireiro com maior quantidade, valor da produção, e também, de número de municípios que realizam seu extrativismo. O gráfico abaixo contém uma lista apenas com os municípios com maior valor da produção no açaí, que fazem parte do projeto. Observa-se a presença de Feijó como o terceiro maior valor da região.

**Gráfico 15 - Valor da produção na extração vegetal (em mil reais), 2023. Tipo de produto extrativo: açaí. Principais municípios em VP**



Fonte: Pesquisa de extração vegetal e silvicultura do IBGE (PEVS, 2023).

## MAPEAMENTO PRELIMINAR DE CADEIAS PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

Faz parte do diagnóstico identificar as atividades produtivas em andamento no território do Arco Norte e Rondônia, assim como suas potencialidades econômicas. Tratando-se de economia regional, a noção de Arranjos Produtivos Locais (APLs) contribui de forma decisiva para esta caracterização produtiva, já que, por definição, os APLs são o conjunto de empresas, produtores e instituições que, em um mesmo território, mantêm vínculos de cooperação, interação, articulação e aprendizagem. Com produtos similares, participam da mesma cadeia produtiva, utilizam insumos comuns, necessitam de tecnologias semelhantes e informações sobre os mesmos mercados. Os APLs envolvem atores locais – governo, empresas, produtores, associações, instituições de crédito, ensino e pesquisa – constituindo prioridade nas regiões na construção do seu desenvolvimento econômico.

A cadeia produtiva é a base do arranjo produtivo local, pois trata-se de um processo de atividades e operações capazes de serem separadas e ligadas entre si por meio de um encadeamento técnico e, também, de um conjunto de relações comerciais e financeiras que se estabelecem entre os agentes econômicos que compõem a cadeia produtiva.

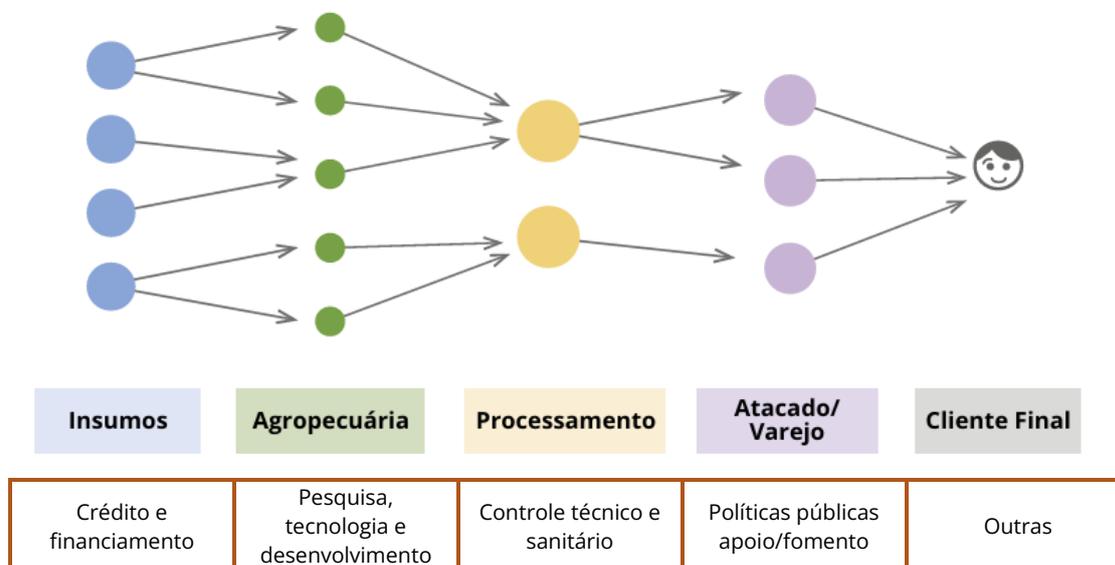
Por meio do estudo das cadeias produtivas dos produtos da sociobiodiversidade brasileira, é possível analisar a atuação em conjunto dos agentes econômicos; a estruturação das etapas e atividades da cadeia; de que modo os produtores locais estão inseridos; os problemas e lacunas para o seu funcionamento, assim como suas potencialidades; possibilidades de políticas públicas para o setor rural (como as políticas de extensão e de crédito rural) e outros segmentos envolvidos. O objetivo é fortalecer, colaborar para a estruturação e fomentar atividades existentes e potenciais, sejam incipientes ou em estágios intermediário ou avançado.

Em suma, as cadeias produtivas agropecuárias apresentam uma estrutura-padrão composta basicamente: produção e fornecimento insumos; os produtores agropecuários ou extrativistas; a indústria de processamento (agroindústria); a comercialização no atacado e varejo; o consumidor final.

Também são importantes as atividades consideradas de apoio às cadeias produtivas, tais como, pesquisa e tecnologia, assistência técnica e capacitação, infraestrutura de processamento, transporte e comercialização, crédito e financiamento.

Todas essas etapas e atividades envolvem atuação e relacionamento entre os atores sociais nas diferentes esferas, pública e privada, e escalas local, regional, nacional ou internacional. A Figura 1 a seguir ilustra um esquema básico de uma cadeia.

**Figura 2 - Cadeia produtiva agroindustrial organizada**



**Fonte: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), com alterações próprias**

O mapeamento das atividades produtivas existentes e potenciais nas regiões do Arco Norte e Rondônia, envolve algumas especificidades, atreladas à questão da sustentabilidade e da inclusão social, que apresentam entre si importante conexão. Na Amazônia Legal, milhares de famílias vivem de atividades produtivas relacionadas aos produtos da biodiversidade da floresta, com cerca de dois milhões de pessoas no extrativismo dos produtos florestais não madeireiros (IMAFLORA, 2016). A maior parte dessas famílias constitui população tradicional, indígenas, ribeirinhos, extrativistas, etc.

A bioeconomia ocupa lugar central neste projeto, pois no contexto de real agravamento das condições climáticas e sua ameaça a manutenção da biodiversidade e da própria sobrevivência humana, é necessário foco numa economia baseada na sustentabilidade ambiental, preservação e restauração ambiental. São as populações tradicionais que ali vivem, que há muitos anos garantem a manutenção desse ecossistema, central no equilíbrio climático global. Elas detêm conhecimentos sobre os recursos naturais disponíveis, técnicas e práticas socioculturais de cultivos, benéficos à preservação ambiental. No entanto, há avanços organizacionais, tecnológicos e financeiros que podem colaborar na resolução de gargalos produtivos, assim como no melhoramento dessas práticas, com vistas ao fortalecimento dessas atividades, suas populações e seus potenciais ganhos econômicos.

Hoje, a economia global estrutura-se em cadeias de valor, ou seja, ou seja, em etapas de atividades realizadas territorialmente que agregam valor ao longo de toda a cadeia ao produto final e ao seu valor final. No projeto em questão, trata-se de relacionar potenciais cadeias produtivas de valor envolvendo produtos da biodiversidade brasileira, que são elementos das culturas locais. Contudo, essas cadeias encontram-se, grande parte das vezes desestruturadas, ou com perda de valor econômico relevante para os produtores locais, as populações regionais e a economia nacional.

Neste diagnóstico, foi feito um primeiro mapeamento de atividades produtivas identificadas nas regiões do Arco Norte e Rondônia. Cumpre frisar a importância de analisar de forma mais aprofundada essas e outras iniciativas ao longo do trabalho para avaliar as possibilidades de integrarem as carteiras de projetos estaduais, como uma perspectiva socioambiental territorial relevante no desenvolvimento socioeconômico.

Foram levantadas informações disponíveis e sistematizadas sobre os APLs através de dados do Observatório dos Arranjos Produtivos Locais<sup>29</sup>. Foram identificados 11 APLs que envolvem municípios que compõem a Faixa de Fronteira, sendo 2 no Acre, um em Brasileia/Epitaciolândia e outro em Rio Branco. Também procurou-se identificar organizações que atuam com projetos nesses territórios de fronteira.

Contemplam-se setores, de cacau, café, polpas de frutas, fibras e artesanato, madeireiro, entre outros. Vale destacar que, ao longo do trabalho será necessário identificar, se em alguns casos, se o manejo e as práticas envolvidas são sustentáveis. Este é especialmente o caso da extração de madeira, fabricação de móveis, construção naval e indústria de confecções. As missões técnicas e oficinas de planejamento a serem realizadas nas próximas etapas, possibilitará a consolidação de um panorama mais informativo a respeito dessas atividades produtivas, para construção das carteiras de projeto.

---

<sup>29</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/portais-desconhecidos/observatorioapl>. Acesso em 04 de fevereiro de 2025.

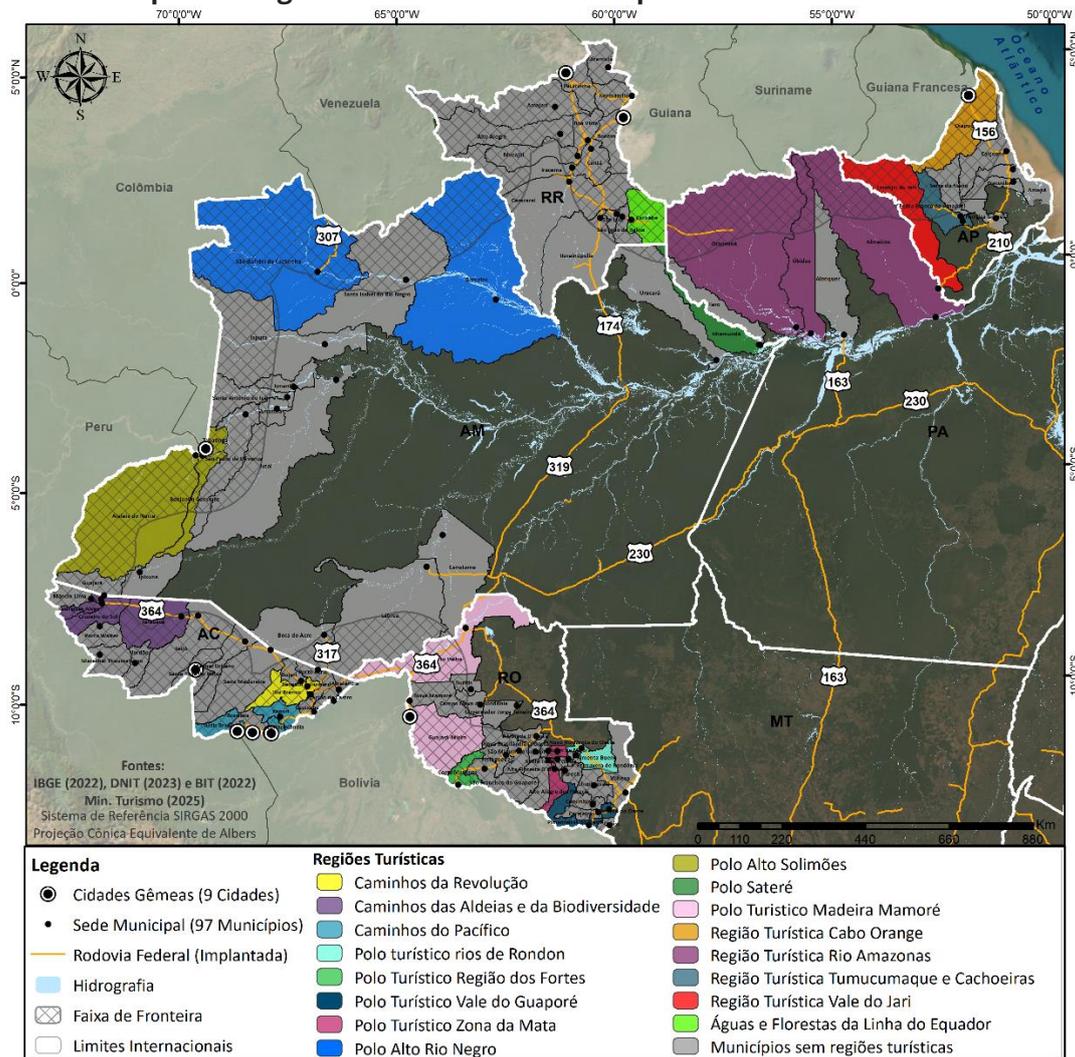
**Quadro 5 – Mapeamento Preliminar de Cadeias Produtivas**

Atividade ou Arranjo Produtivo Local identificado	Estado/Municípios envolvidos	Organizações envolvidas	Observações
<b>Castanha-do-Brasil Polpa de Frutas</b>	Acre (Rio Branco Xapuri, Senador Guiomard, Brasileia e Sena Madureira) Parceiros em Rondônia, Amazonas e Pará	Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre - COOPEACRE 7 complexos de beneficiamento 2 pontos comerciais Agrega 13 cooperativas	<b>Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável:</b> Este projeto teve financiamento do Fundo Amazônia, e como objetivo o fortalecimento das cadeias produtivas da castanha do-brasil e de polpa de frutas no Acre. O projeto foi implantado por meio de ações de apoio direto e indireto às suas aglutinadas: associações e cooperativas filiadas à COOPERACRE, cujos beneficiários foram pequenos proprietários/as rurais familiares e extrativistas das Regiões Administrativas do Purus, Baixo Acre e Alto Acre. Entre as ações e investimentos realizados estão: instalação de armazéns comunitários, ampliação do número de cooperativas aglutinadas, implantação de Sistemas Agroflorestais sustentáveis (SAFs), recuperação de áreas degradadas, assistência técnica (ATER); melhorias na estrutura de beneficiamento; estudos e pesquisas de campo, ampliação da certificação, comunicação e marketing.
<b>Palmito Látex</b>	Acre	Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre - COOPEACRE	Projeto em fase inicial
<b>APL Avicultura</b>	Acre (Brasileia /Epitaciolândia)	69 empresas	Produção e processamento de aves
<b>APL Produção moveleira do Estado do Acre</b>	Acre (Rio Branco)	23 empresas	Fabricação de móveis e acessórios de madeira.

## POTENCIAL TURÍSTICO

No contexto da Faixa de Fronteira, é importante observar as potencialidades e desafios de desenvolvimento de um turismo transfronteiriço, explorando oportunidades de integração entre cidades brasileiras e municípios dos países vizinhos, além de fortalecer o ecoturismo, o etnoturismo, o turismo cultural e de negócios. De acordo com os dados obtidos do Mapa do Turismo<sup>30</sup> (2025), elaborado pelo Ministério do Turismo, pode-se observar, no Mapa, a existência de 16 regiões turísticas distribuídas ao longo do Arco Norte e Rondônia, abrangendo 28 municípios fronteiriços.

**Mapa 17 - Regiões Turísticas nos municípios na Faixa de Fronteira**



**Fonte:** Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

<sup>30</sup> A Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas é um instrumento desenvolvido pelo Ministério do Turismo (MTur) para classificar os municípios inseridos no Mapa do Turismo Brasileiro com base na sua importância e desempenho no setor turístico. Essa categorização tem como objetivo orientar a formulação de políticas públicas, a destinação de recursos e o planejamento estratégico do turismo no país.

Os municípios das Regiões Turísticas são classificados em cinco categorias distintas (A, B, C, D e E), de acordo com indicadores como número de empregos formais no setor de hospedagem, quantidade de estabelecimentos formais de hospedagem e estimativa de fluxo de turistas domésticos e internacionais. Municípios das categorias A, B e C possuem maior estrutura turística e movimentam um volume significativo de visitantes, sendo considerados polos turísticos regionais. Já os das categorias D e E têm menor fluxo turístico e, geralmente, atuam como municípios de apoio, fornecendo mão de obra ou produtos para destinos turísticos próximos. Essa categorização permite ao governo federal, aos gestores municipais e estaduais compreenderem melhor a dinâmica do turismo em cada área, facilitando a implementação de ações específicas para fortalecer o setor.

No Acre, há três regiões turísticas, que englobam sete municípios, entre eles Epitaciolândia e Assis Brasil que são cidades-gêmeas. A tabela 3 evidencia que a capital do Acre se destaca entre os municípios do estado, estando classificada na categoria A. Rio Branco concentra o maior número de estabelecimentos turísticos, registra o maior fluxo de visitantes e apresenta a maior arrecadação de impostos provenientes do setor, reforçando seu papel como principal polo turístico do Acre.

**Tabela 7 - Dados das Regiões Turísticas do Acre**

Município	Região Turística	Estimativa de Turistas Doméstico	Estimativa de Turistas Internacionais	Qtd. Estabelecimentos Formais de Hospedagem	Qtd. Estabelecimentos Formais de Empregos	Arrecadação de Impostos	Categoria
<b>Assis Brasil</b>	Caminhos do Pacífico	0	82	1	0	7.944,00	D
<b>Cruzeiro do Sul</b>	Caminhos das Aldeias e da Biodiversidade	481	8034	11	105	1.605.035,00	B
<b>Epitaciolândia</b>	Caminhos do Pacífico	0	0	6	22	88.449,00	C
<b>Rio Branco</b>	Caminhos da Revolução	4602	26333	30	228	11.391.318,00	A
<b>Rodrigues Alves</b>	Caminhos das Aldeias	0	0	0	0	4.504,00	D

Município	Região Turística	Estimativa de Turistas Doméstico	Estimativa de Turistas Internacionais	Qtd. Estabelecimentos Formais de Hospedagem	Qtd. Estabelecimentos Formais de Empregos	Arrecadação de Impostos	Categoria
	e da Biodiversidade						
<b>Tarauacá</b>	Caminhos das Aldeias e da Biodiversidade	0	1622	8	4	430.912,00	C
<b>Xapuri</b>	Caminhos do Pacífico	0	670	1	2	15.618,00	D
<b>Total</b>		<b>5.083</b>	<b>36.741</b>	<b>57</b>	<b>361</b>	<b>13.543.780,00</b>	<b>-</b>

Fonte: Ministério do Turismo (2025)

## **EIXO TEMÁTICO 4: POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**

Povos e Comunidades Tradicionais são reconhecidos no Brasil por suas formas próprias de organização social e cultural, muito fortemente relacionadas aos seus vínculos com o território e com a natureza. Atualmente, são classificados na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6.040/200728) 28 segmentos de comunidades tradicionais que englobam comunidades de matriz africana, pescadores artesanais, extrativistas, caiçaras, ribeirinhos, entre tantos outros.

Os povos e comunidades tradicionais estão presentes em todas as regiões do país, mas com significativa expressão na Amazônia. Distribuídos por toda a região, os povos e comunidades tradicionais compõem a sociobiodiversidade da floresta e são agentes essenciais para sua manutenção em pé. Entretanto, não raramente estão sob pressão por dinâmicas de desenvolvimento, atividades criminais e disputas fundiárias que avançam sobre seus territórios. A proteção desses povos e comunidades, de seus modos de morar e de viver, suas práticas culturais e seus saberes, constitui dimensão essencial para qualquer projeto comprometido com o desenvolvimento sustentável na Amazônia.

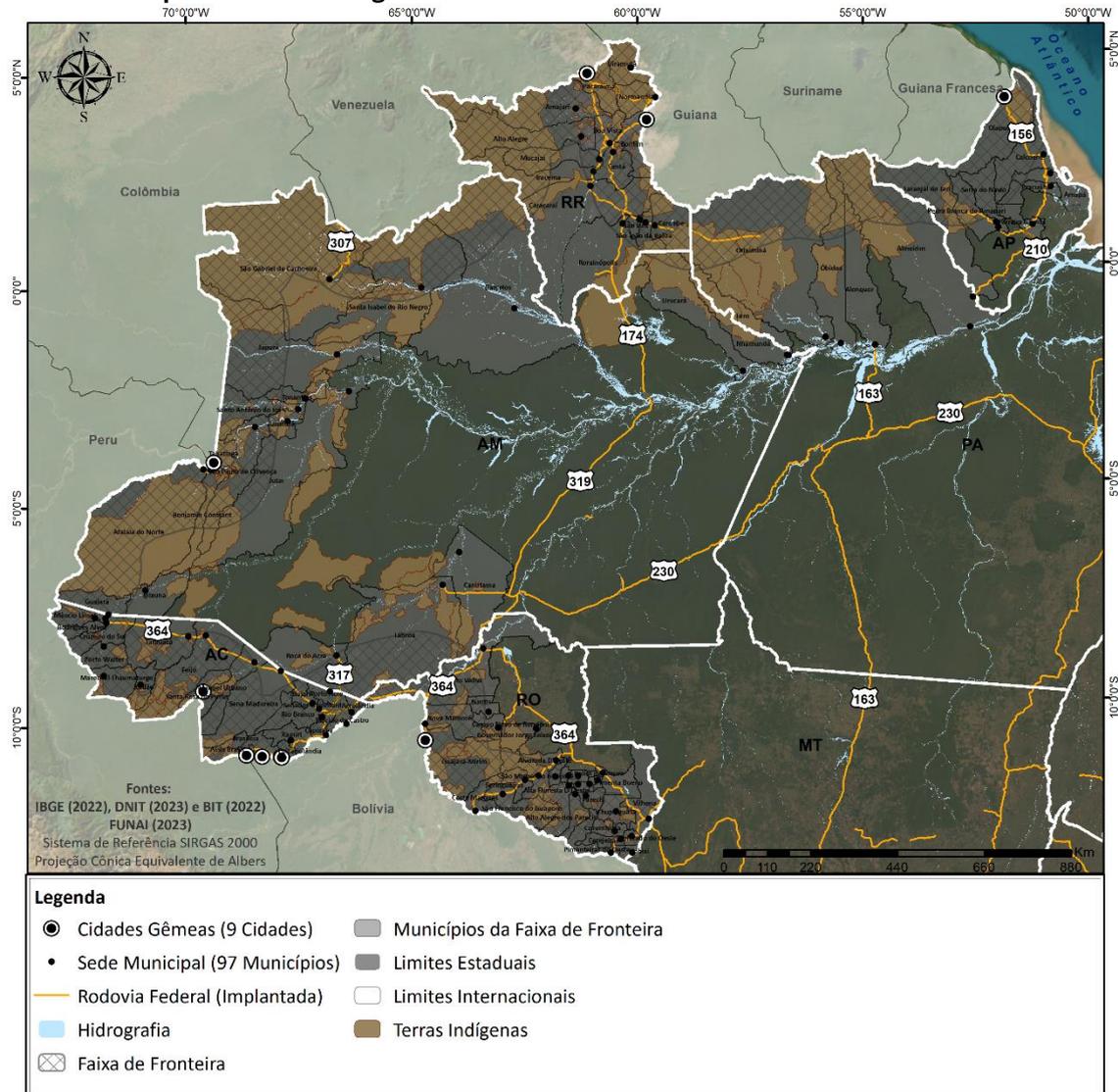
Em relação as informações sistematizadas, há informações sistematizadas sobre povos indígenas e quilombolas, inclusive a delimitação de territórios reconhecidos e o contingente populacional. No entanto, quanto aos demais segmentos de comunidades tradicionais, não há registros mais consistentes em bases de dados oficiais que permitam uma visão abrangente, ao menos, de localização dos mesmos. As Unidades de Conservação dos tipos Reserva Extrativista, Floresta Nacional e Floresta Estadual são indicativos de presença de comunidades extrativistas no território.

Deste modo, são apresentadas a seguir as informações existentes sobre os povos indígenas e comunidades quilombolas em bases de dados secundários. Ao longo do trabalho, informações mais específicas sobre comunidades tradicionais dos estados poderão ser trabalhadas.

### **POVOS INDÍGENAS**

A maior parte das terras indígenas da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia está localizada nos nos Estados do Amazonas e de Roraima, ainda que se tenha grandes áreas demarcadas em todos os estados.

**Mapa 18 - Terras Indígenas na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia**



**Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.**

No Acre, de acordo com os últimos dados disponíveis pela FUNAI indicados no mapa acima, há 30 terras indígenas no estado. A Comissão Pró-Índígenas do Acre<sup>31</sup> indica a presença de mais 5 TIs em estudo, totalizando 35 terras indígenas. Já pelo levantamento do Instituto Socioambiental (ISA) são contabilizadas ao todo 38 TIs, sendo 9 em estudo ou processo de regularização.

Na tabela 8 a seguir, apresenta-se a sistematização de todas as TIs encontradas no estado, com informações sobre a localização nos municípios, etnias, área e status de regularização.

<sup>31</sup> A Comissão Pró-Índígenas do Acre (CPI-Acre) é uma organização da sociedade civil brasileira fundada em 1979, sem fins lucrativos, com sede em Rio Branco, que tem como missão o apoio aos povos indígenas que vivem no Acre em suas lutas pela conquista e o exercício de seus direitos coletivos – territoriais, ambientais, linguísticos, socioculturais – por meio de ações que articulem a gestão territorial e ambiental das terras indígenas, a educação intercultural e bilíngue e as políticas públicas.

Sobre a situação jurídica, vale destacar que essas informações são dinâmicas devido aos próprios processos de regularização fundiária.

**Tabela 8 – Terras Indígenas localizados na Faixa de Fronteira do Acre**

<b>Nome da terra indígena</b>	<b>Municípios</b>	<b>Etnia</b>	<b>Área em ha</b>	<b>Status</b>
Alto Rio Purus	Santa Rosa do Purus, Manoel Urbano	Kaxinawá, Kulina Páno	263.130	Regularizada
Kampa e Isolados do Rio Envira	Jordão, Feijó	Ashaninka	232.795	Regularizada
Cabeceira do Rio Acre	Sena Madureira, Assis Brasil	Yaminawa	78.513	Regularizada
Alto Tarauacá	Jordão, Feijó	Isolados	142.619	Regularizada
Kaxinawá do Rio Humaitá	Feijó	Kaxinawá	127.384	Regularizada
Arara do Igarapé Humaitá	Tarauacá, Porto Walter	Arara do Acre	87.572	Regularizada
Kaxinawá do Rio Jordão	Jordão	Kaxinawá	87.294	Regularizada
Kampa do Rio Amônia	Marechal Thaumaturgo	Ashaninka	87.205	Regularizada
Kulina do Rio Envira	Feijó	Kaxinawá, Kulina Páno	84.365	Regularizada
Jaminawa/Envira	Feijó	Kulina Madijá	80.618	Regularizada
Kaxinawá da Praia do Carapanã	Tarauacá	Kaxinawá	60.699	Regularizada
Kulina Igarapé do Pau	Feijó	Kulina Páno	45.591	Regularizada
Campinas/Katukina	Cruzeiro do Sul	Katukina	32.624	Regularizada
Kaxinawá Ashaninka do Rio Breu	Marechal Thaumaturgo, Jordão	Kaxinawá, Ashaninka	31.278	Regularizada
Jaminawa Arara do Rio Bagé	Marechal Thaumaturgo, Jordão	Yaminawa, Arara do Acre	28.926	Regularizada
Kaxinawá Nova Olinda	Feijó	Kaxinawá	27.533	Regularizada
Nukini	Mâncio Lima	Nukiní	27.264	Regularizada
Jaminawa do Igarapé Preto	Cruzeiro do Sul	Yaminawa	25.652	Regularizada
Poyanawa	Mâncio Lima	Poyanáwa	24.499	Regularizada
Katukina/Kaxinawá	Feijó	Kaxinawá, Katukina	23.474	Regularizada

Nome da terra indígena	Municípios	Etnia	Área em ha	Status
Kampa do Igarapé Primavera	Tarauacá	Ashaninka	21.987	Regularizada
Mamoadate	Sena Madureira, Assis Brasil	Machineri, Yaminawa	313.647	Regularizada
Igarapé do Caucho	Tarauacá, Feijó	Kaxinawá	12.318	Regularizada
Kaxinawá do Baixo Rio Jordão	Jordão	Kaxinawá	8.726	Regularizada
Kaxinawá Colônia Vinte e Sete	Tarauacá	Kaxinawá	105	Regularizada
Rio Gregório	Tarauacá	Katukina, Yawanawá	187.125	Regularizada
Arara do Rio Amônia	Marechal Thaumaturgo	Arara do Acre	20.534	Regularizada
Riozinho do Alto Envira	Santa Rosa do Purus, Feijó	Isolados	260.972	Em estudo ou processo de regularização
Kaxinawá Seringal Independência	Jordão	Kaxinawá	11.584	Em estudo ou processo de regularização
Nawa	Mâncio Lima	Nawa	-	Em estudo ou processo de regularização
Kaxinawá Seringal Curralinho	Feijó	Huni Kuĩ (Kaxinawá)	-	Em estudo ou processo de regularização
Jaminawa do Rio Caeté	Sena Madureira	Jaminawa	-	Em estudo ou processo de regularização
Manchineri do Seringal Guanabara (Riozinho do Iaco)	Assis Brasil, Sena Madureira	Manchineri, Jaminawa	-	Em estudo ou processo de regularização
Igarapé Taboca do Alto Tarauacá	Jordão	Isolados	-	Em estudo ou processo de regularização
Kulina do Médio Juruá	Tarauacá	Kulina	-	Em estudo ou processo de regularização
Estirão	Santa Rosa do Purus	Kulina e Yaminawá	-	Em estudo ou processo de regularização

Nome da terra indígena	Municípios	Etnia	Área em ha	Status
Kuntanawa	Marechal Thaumaturgo	Kuntanawa	-	Em estudo ou processo de regularização
Mashco do Rio Chandless	Manoel Urbano, Santa Rosa do Purus e Sena Madureira	Mashco Isolados do Rio Chandless	-	Em estudo ou processo de regularização

**Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados da FUNAI, 2024, SEGEO/CPI-Acre, 2025 e ISA, 2025.**

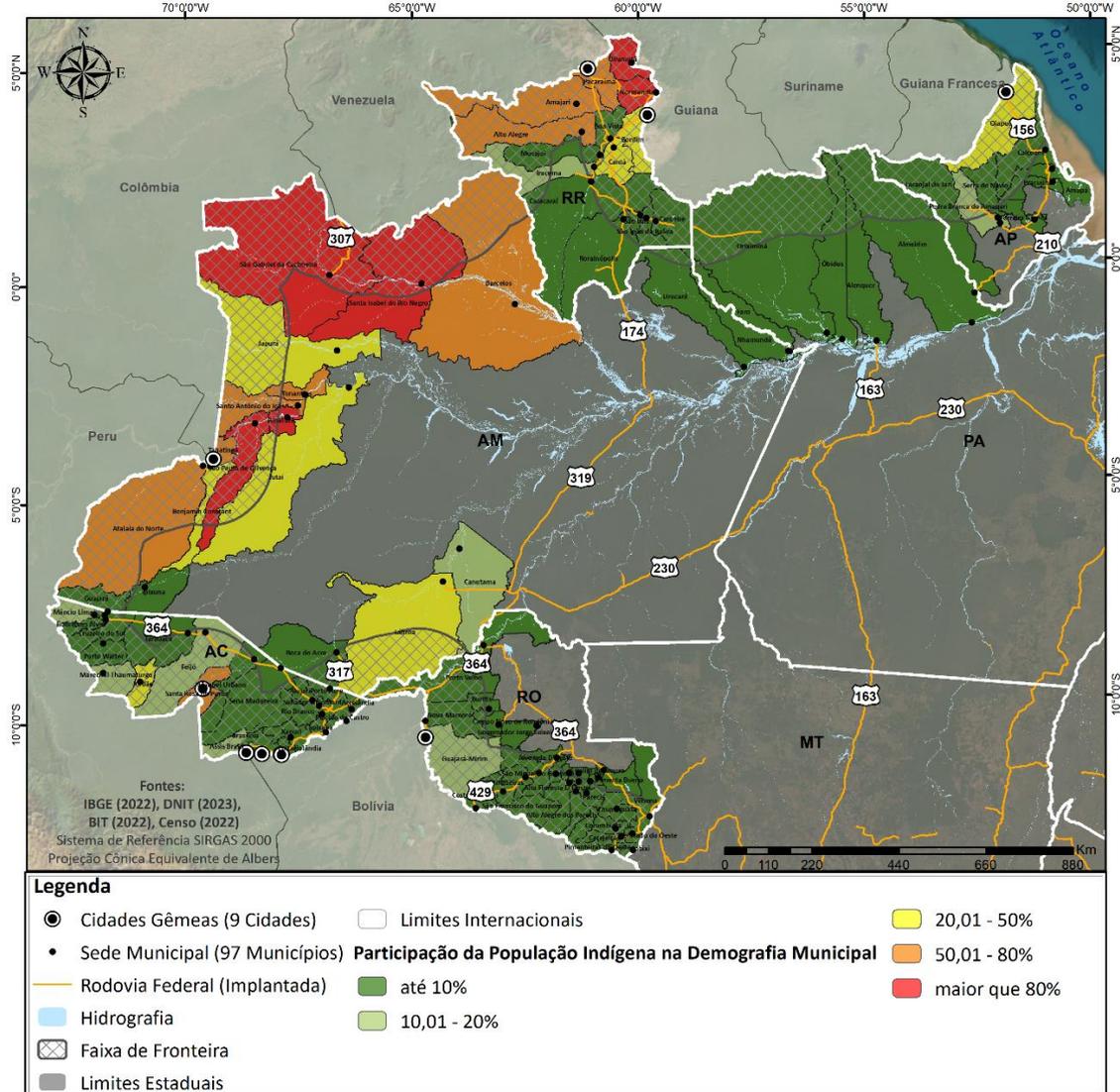
As TIs existentes, independentemente do estágio do processo de reconhecimento ou demarcação, são referências essenciais para orientar o ordenamento territorial na região amazônica, bem como para formulação de programas e projetos. Entretanto, é importante observar dois aspectos relevantes em relação à questão indígena na faixa de fronteira de modo geral e no Arco Norte e Rondônia especificamente. O primeiro deles é que a noção de fronteira, que delimita e separa países, não é necessariamente uma referência para os indígenas que estão na fronteira, pois transitam indistintamente em suas terras de um lado e de outro dos países. O segundo aspecto a ser destacado é que parte significativa da população indígena não está localizada em TIs.

De acordo com os dados do último Censo Demográfico (IBGE, 2022), a população indígena na área estudada é de 397.355 habitantes, o que representa 12% da população total dos municípios que integram a Faixa de Fronteira, independentemente de serem municípios com sede fora da faixa. Se forem excluídas as três capitais na faixa de fronteira (Porto Velho, Rio Branco e Boa Vista) onde estão os maiores contingentes populacionais, a participação da população indígena no conjunto dos demais municípios se eleva para 18,2%. As maiores concentrações de população indígena são identificadas em Roraima e, principalmente, no Amazonas. Juntos somam 333.383 indígenas, quase 84% do total presente nos municípios da faixa de fronteira da região Norte.

No Acre, o município com maior população indígena é Santa Rosa do Purus, cuja a população indígena representa 64% do total da população do município, totalizando 4.297 indígenas. Mais de 1/3 da população indígena de Santa Rosa do Purus não está em terras indígenas (38,6%). Em seguida, destaca-se o município de Jordão, que apresenta 44,6% da população declarada indígena, dos quais 79,6% está em terras indígenas.

Em termos absolutos, no entanto, a população indígena de Feijó também é expressiva, chegando a 4.436 indígenas.

**Mapa 19 - Percentual de população indígena na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia**



**Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários**

A região do Alto Juruá no Acre, na linha de fronteira entre o Brasil e o Peru, é caracterizada por sua remota localização e baixa densidade populacional. Nessa região, destaca-se a o Rio Amônia, onde um trecho próximo à Foz do Breu, no município de Marechal Thaumaturgo, se projeta em direção ao território peruano. Esse espaço abriga a Terra Indígena (TI) Kampa do Rio Amônia, habitada pelos povos Ashaninka, e também outros territórios protegidos, como a Reserva Extrativista (Resex) Alto Juruá, e o Projeto de Assentamento (PA) Amônia na margem esquerda, evidenciando a coexistência de diferentes modos de vida. Há também a presença de povos isolados ou de recente contato.

Nesta região do Alto Juruá, vale destacar as iniciativas comunitárias de articulação e troca de experiências sobre gestão territorial e ambiental entre comunidades indígenas na região de fronteira Acre-Peru que incluem intercâmbios que possibilitam a produção de informações sobre a situação das terras indígenas e comunidades nativas e sobre os problemas que os

povos indígenas estão enfrentando em seus territórios e os impactos dos projetos de desenvolvimento econômico e infraestrutura na região, como construção de estradas e outras vias de conexão, e a exploração de madeira, petróleo, minérios e gás natural<sup>32</sup>.

No final de 2021, foi criada a “Comissão Transfronteiriça Yurúa/AltoTamaya/Juruá”, que reúne lideranças indígenas e diversos parceiros dos dois lados da fronteira. A comissão realiza encontros periódicos, nos quais compartilham informações sobre o cenário fronteiriço, acompanham os projetos governamentais e as atividades ilegais, debatem estratégias conjuntas de luta para a preservação do meio ambiente e a garantia dos direitos indígenas<sup>33</sup>.

Outra iniciativa da sociedade civil organizada na fronteira Brasil-Peru são as propostas de Corredores Territoriais para a Proteção de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato, liderada pelas principais federações e organizações indígenas do Peru e suas plataformas de coordenação em ambos os lados desta fronteira. A iniciativa tem como objetivo a proteção a longo prazo de dois corredores territoriais (Yavarí-Tapiche e Pano-Arawak), com 25 milhões de hectares, que abrigam os maiores territórios contínuos do mundo de povos indígenas em isolamento<sup>34</sup>.

Para além da promoção de justiça social, a proteção dos povos indígenas, assim como de outras comunidades tradicionais, consiste também em estratégia de sustentabilidade ambiental do bioma<sup>35</sup>. Entretanto, é sabido que os povos indígenas localizados na região estudada enfrentam ameaças diversas.

Nas últimas décadas, o avanço de frentes madeireiras, frequentemente vinculado a corporações multinacionais e também a presença de facções criminosas e do narcotráfico tem intensificado os conflitos fundiários e ambientais na região. Esse cenário coloca em risco tanto a integridade dos territórios indígenas quanto a preservação dos ecossistemas locais, agravando a vulnerabilidade socioambiental da região.

## **COMUNIDADES QUILOMBOLAS**

As comunidades quilombolas são parte fundamental da história do Brasil e desempenham um papel crucial na preservação de práticas culturais, ambientais e sociais que remontam ao período da escravidão. No contexto do território de fronteira do Arco Norte e Rondônia, essas comunidades enfrentam desafios específicos relacionados à titulação de terras,

---

<sup>32</sup> Ver mais em: <https://cpiacre.org.br/articulacoes-binacionais/>

<sup>33</sup> Fonte: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/213671/213068>. Ver mais em: <https://cpiacre.org.br/a-fronteira/>

<sup>34</sup> Ver mais em: <https://trabalhoindigenista.org.br/encontro-corredores-territoriais-povos-isolados/>

<sup>35</sup> Cabe destacar que a SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia já vem elaborando o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Javari, região com presença importante de população indígena. Paralelamente, desenvolve estudos relativos à Terra Indígena Yanomami e já planeja iniciar trabalho específico no Vale do Acre. São áreas sensíveis, que chegam à faixa de fronteira e, de fato, merecem ser objeto de trabalhos específicos para orientar priorização de ações na implementação das políticas públicas.

acesso a direitos e à preservação de suas tradições. Na região do Arco Norte e Rondônia, foram identificados 6 territórios que se localizam dentro da Faixa de Fronteira, a maioria deles localizado no município de São Miguel do Guaporé, em Rondônia. Outros 11 territórios quilombolas estão localizados nos municípios do Arco Norte e Rondônia, porém fora da faixa. No Acre não foram identificados territórios quilombolas.

## **EIXO TEMÁTICO 5: INTEGRAÇÃO REGIONAL, MIGRAÇÕES E SEGURANÇA**

Processos de integração entre países fronteiriços facilitam os fluxos comerciais, políticos e culturais. No entanto, também trazem desafios, como o gerenciamento das migrações e questões de segurança. O deslocamento populacional, quando motivado por fatores econômicos e conflitos políticos, exige políticas coordenadas entre os Estados para garantia dos direitos humanos e inclusão social. Paralelamente, demanda estratégias conjuntas para combater crimes transnacionais, sem comprometer os princípios humanitários. Nesse contexto, a análise das dinâmicas migratórias e dos contextos de violência e criminalização é fundamental para compreender os desafios e oportunidades para a integração regional no contexto da fronteira amazônica.

### **CONTEXTOS DAS MIGRAÇÕES NO ARCO NORTE E RONDÔNIA**

O crescimento da imigração venezuelana é um dos principais fenômenos de migração no Brasil, intensificado desde 2015 e tendo Roraima como principal porta de entrada. A migração haitiana, embora ainda expressiva, apresentou mudanças nos últimos anos, com muitos haitianos chegando via Chile e rotas terrestres.

A nova Lei de Migração (2017) facilitou a regularização e ampliou os direitos dos migrantes, resultando em maior controle sobre os fluxos migratórios. De acordo com relatórios anuais de migração (Oliveira 2017, 2018, 2019), a distribuição dos imigrantes no território brasileiro é desigual, com concentração no Sudeste, mas impactos significativos no Norte, especialmente em Roraima e Amazonas. Observa-se um crescimento na formalização da inserção dos imigrantes no mercado de trabalho, com maior absorção nos setores de serviços e construção civil.

Em 2020, a pandemia impôs restrições às fronteiras, reduzindo significativamente a entrada e saída de migrantes. Ainda assim, estados como Roraima mantiveram-se como o principal ponto de entrada, devido à crise migratória venezuelana, que levou milhares de pessoas a buscarem refúgio e novas oportunidades no Brasil. Outros estados, como o Amapá, registraram uma grande proporção de entradas, especialmente de trabalhadores e turistas, com a maior disparidade de gênero, com 80,9% dos migrantes sendo do sexo masculino. Esse dado pode indicar um fluxo significativo de trabalhadores ou turistas que ingressam no

estado sem necessariamente retornar em grande escala. Enquanto isso, o Pará se consolidou como um centro regional de movimentação. Já o Amazonas e o Pará apresentaram um cenário oposto, com um número maior de saídas do que de entradas. No caso do Acre, no auge da pandemia (2020-2021), houve uma redução na movimentação de migrantes. Vale lembrar que o estado do Acre passou por uma grande onda migratória haitiana entre 2010 e 2015, após o terremoto que causou uma crise humanitária no país.

Com a reabertura das fronteiras e a retomada das atividades econômicas em 2021 e 2022, observou-se um movimento expressivo nos registros migratórios. Em 2021, ainda sob os efeitos da pandemia, a movimentação de migrações queda significativa em comparação com 2020. Porém em 2022, houve um aumento expressivo no fluxo migratório com destaque para a migração de venezuelanos em Roraima e o crescimento de entradas de pessoas vindas de países como Haiti, Filipinas, Bolívia e Peru. Além disso, a mobilidade interna também foi impactada pelo retorno de brasileiros que estavam no exterior e pela intensificação da circulação transfronteiriça, especialmente nas áreas de fronteira amazônica.

No decorrer de 2023 e 2024, o fluxo migratório continuou a crescer, atingindo volumes significativos, com o Pará e o Amazonas consolidando-se como importantes corredores de passagem de migrantes e Roraima permanecendo o principal destino para refugiados venezuelanos. A diversificação das nacionalidades dos imigrantes também foi notável, refletindo a ampliação das rotas migratórias e a crescente relevância do Brasil como país de acolhimento. Em 2024, o fluxo migratório atingiu seu maior volume histórico (855.567 registros) com Roraima ainda sendo o principal destino.

## **CONTEXTOS DAS MIGRAÇÕES NO ACRE**

Conforme os dados mais recentes (2020-2024), no Acre o fluxo migratório foi relativamente estável ao longo dos anos, com um leve aumento nas entradas em relação às saídas. No auge da pandemia (2020-2021), houve uma redução na movimentação, mas a partir de 2022, a recuperação econômica favoreceu o crescimento do trânsito migratório.

Nesses fluxos migratórios, a predominância masculina foi evidente, especialmente entre os migrantes em trânsito e trabalhadores fronteiriços. No entanto, houve um leve aumento da participação feminina ao longo do período, possivelmente devido à migração de famílias inteiras, especialmente haitianas e venezuelanas.

A maioria dos migrantes registrados no Acre eram brasileiros retornando do exterior, turistas e trabalhadores em trânsito. A categoria de residentes temporários também cresceu, refletindo uma busca por regularização. O estado se consolidou como um ponto de passagem para migrantes. Observa-se atualmente não só de migrantes peruanos ou bolivianos, mas também de venezuelanos. Além desses, também foi notável a presença de migrantes asiáticos, como os Filipinos, especialmente entre os anos de 2022 e 2024. O estado conta com uma estrutura de casas de apoio aos migrantes em situação de vulnerabilidade.

Os principais municípios envolvidos na movimentação migratória foram as cidades gêmeas de Assis Brasil e Epitaciolândia, que funcionam como corredores fronteiriços. Plácido de Castro e Rio Branco também tiveram participação nos registros, mas em menor escala. Vale destacar que há casas de Apoio à imigrantes em Brasileia, Assis Brasil e Rio Branco.

## CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA E DE CRIMINALIDADE NO ARCO NORTE E RONDÔNIA

A região Norte do Brasil apresenta taxas historicamente elevadas de violência letal, com destaque para a interiorização dos homicídios, que passaram a se concentrar em municípios do interior a partir dos anos 2000. Entre 2018 e 2020, a região Norte registrou uma média de 28,7 homicídios por 100 mil habitantes <sup>36</sup>, superando a média nacional de 20 homicídios por 100 mil habitantes.

A compreensão das dinâmicas da violência requer um olhar atento para os processos históricos de ocupação e exploração econômica. Durante a ditadura militar, políticas de colonização e integração territorial, como a construção da Transamazônica, estimularam intensas migrações e resultaram em conflitos fundiários. A concentração fundiária, associada à grilagem de terras e ao deslocamento de populações tradicionais, configurou um cenário de tensão que se perpetua até os dias de hoje. Além disso, a exploração econômica da região, baseada em grandes empreendimentos como a Hidrelétrica de Tucuruí e a mineração em Serra Pelada, trouxe consigo deslocamentos populacionais, desigualdades socioeconômicas e degradação ambiental, alimentando conflitos locais (Santos, 2024).

Outro fator que contribui para a escalada da violência é o garimpo ilegal, que cresceu significativamente nas últimas décadas. Entre 2010 e 2020, a exploração ilegal de ouro em terras indígenas aumentou 495%, afetando áreas como as dos povos Kayapó e Yanomami.

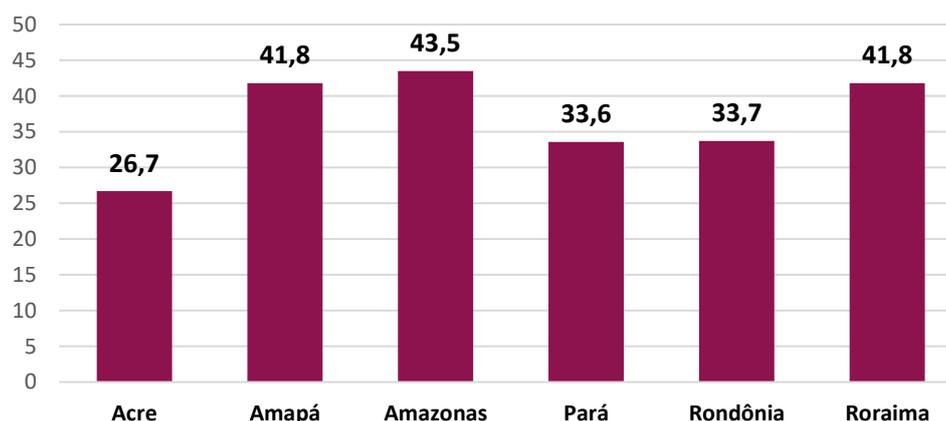
Paralelamente, facções criminosas como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) expandiram suas operações para a região, disputando o controle de rotas de tráfico de drogas e outros mercados ilícitos. A proximidade com países como Colômbia, Peru

---

<sup>36</sup> A composição da taxa média de homicídios nos municípios analisados por Santos (2024) e adotados neste relatório baseia-se em dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, considerando o número de óbitos causados por agressões (CID-10 X85-Y09 - refere-se a um conjunto de causas de morte relacionadas a agressões intencionais por terceiros. É comumente utilizada para categorizar óbitos resultantes de violência interpessoal) e intervenções legais (CID-10 Y35-Y36 - códigos usados para categorizar óbitos resultantes de ações legítimas de força realizadas por agentes do Estado ou em contextos de conflito armado). Esses dados são organizados da seguinte forma: 1. Cálculo trienal: A taxa é calculada como a soma dos homicídios registrados nos anos de 2018, 2019 e 2020, dividida por três (para obter a média anual), e posteriormente dividida pela população estimada de 2020. O resultado é multiplicado por 100 mil para obter a taxa por 100 mil habitantes. 2. População de referência: Utiliza-se a estimativa populacional para o ano de 2020, disponibilizada pelo TabNet (ferramenta do DATASUS). 3. Razão de uso de Taxas Médias: A escolha por taxas médias trienais visa minimizar grandes flutuações que podem ocorrer em municípios com populações pequenas, onde uma variação de poucos casos pode distorcer a percepção de violência letal ao longo dos anos.

e Bolívia, os maiores produtores de cocaína do mundo, torna o território estratégico para o tráfico internacional, intensificando os conflitos armados e elevando as taxas de homicídio (Santos, 2024). Dentre os estados do estudo, o Amazonas é que apresenta maiores taxas de homicídio, seguido de Amapá e Roraima, conforme pode ser observado no gráfico abaixo.

**Gráfico 16 - Taxas de homicídio dos estados do Arco Norte e Rondônia em 2022**



Fonte: Elaborado pelo Ibam com base nos dados de Santos (2024, p. 175).

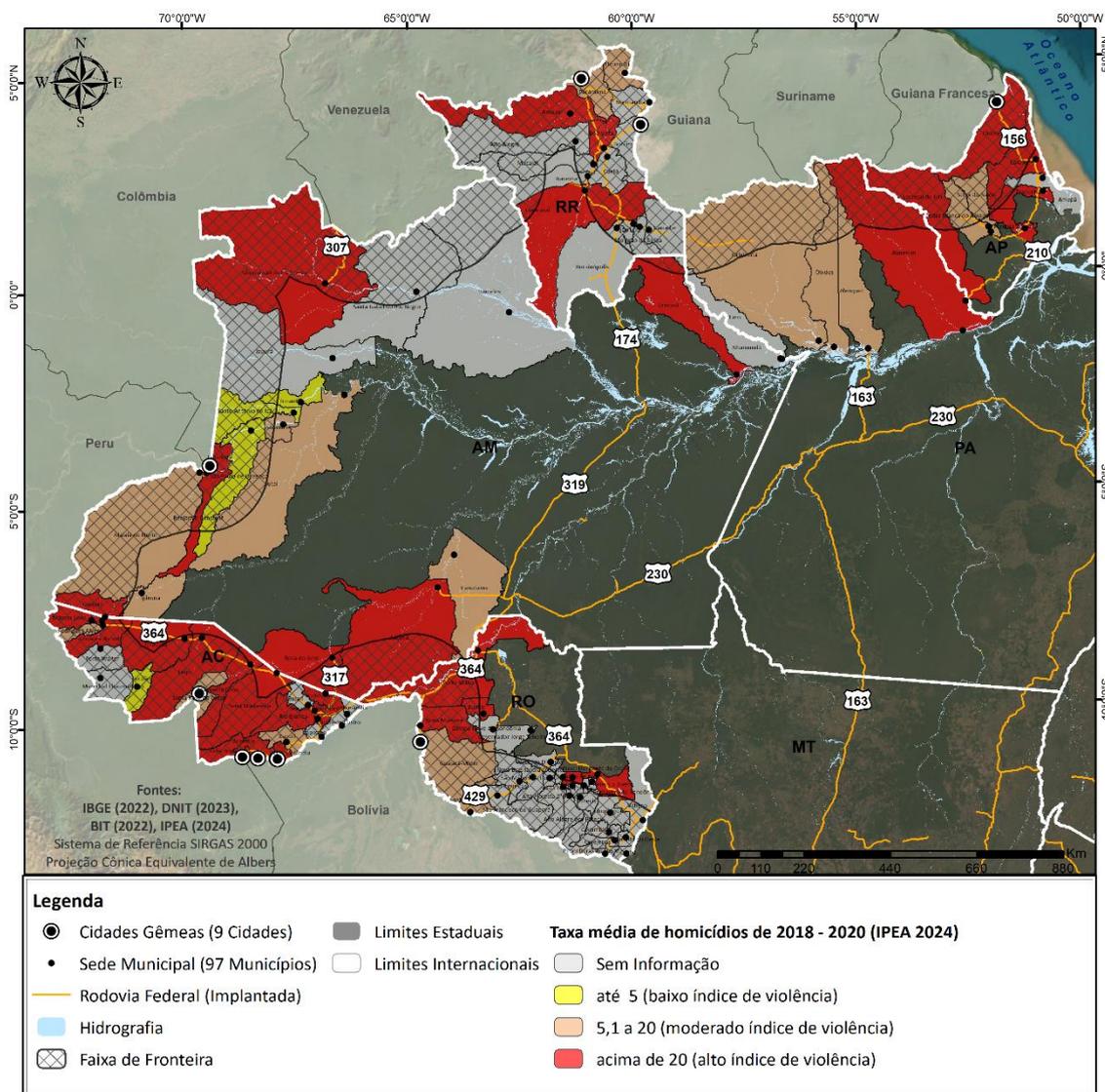
## CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA E DE CRIMINALIDADE NO ACRE

A dinâmica da violência no Acre é marcada pela localização estratégica do estado, que faz fronteira com Peru e Bolívia, principais produtores mundiais de cocaína, e pela atuação de facções criminosas. Grupos como o Primeiro Comando da Capital (PCC), o Comando Vermelho (CV) e o Bonde dos 13 disputam o controle das rotas de tráfico de drogas e territórios urbanos, resultando em altos índices de homicídios e outros crimes violentos (Santos, 2024, p. 35-36).

Municípios como Brasiléia, Feijó, Sena Madureira, Rio Branco, Xapuri e Tarauacá apresentam os maiores índices de violência no estado. Em Brasiléia, a taxa de homicídios está relacionada às disputas territoriais entre facções na faixa de fronteira. Feijó e Sena Madureira são pontos estratégicos para o narcotráfico, apresentando índices elevados de violência. Rio Branco é palco de guerras entre facções e de crimes ordenados de dentro de presídios, tanto locais quanto bolivianos. Em Tarauacá e Xapuri, a proximidade com a fronteira agrava a violência associada ao tráfico de drogas e disputas territoriais (Cerqueira; Bueno, 2024 a, p. 36-37).

A região do Vale do Juruá, que inclui municípios como Feijó e Tarauacá, destaca-se como uma rota de escoamento do tráfico internacional. Essa dinâmica intensifica as disputas entre organizações criminosas, contribuindo para o aumento da violência letal.

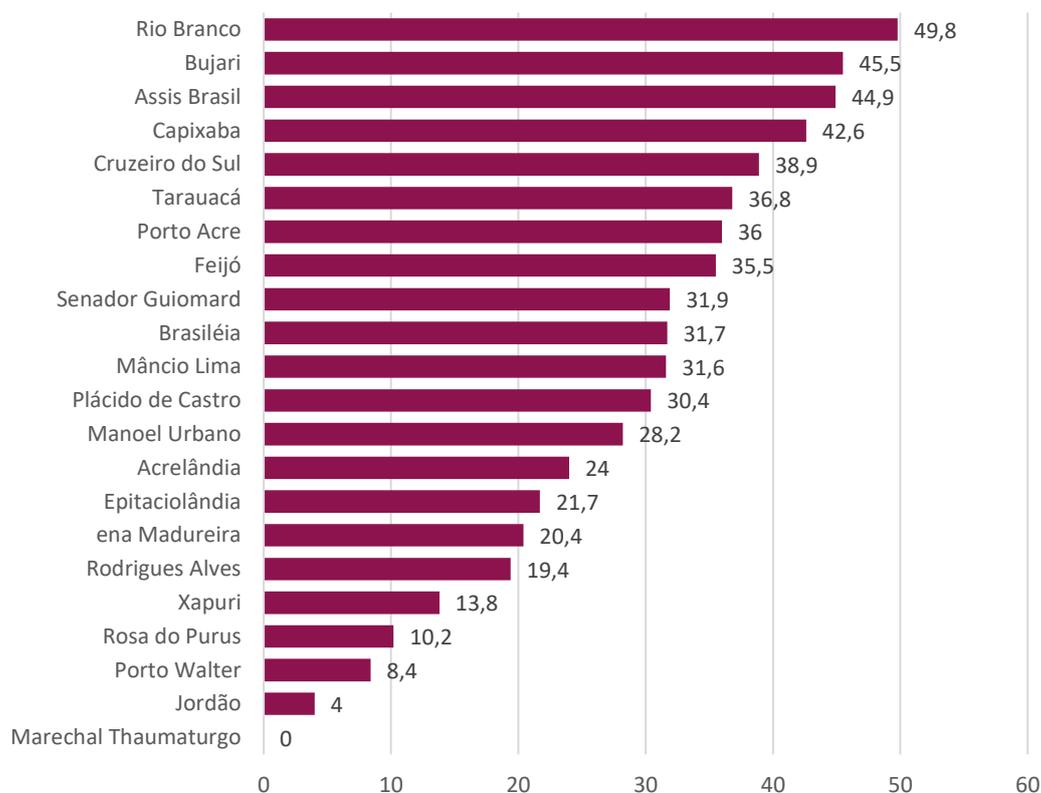
**Mapa 20 - Taxa média de homicídios dos municípios da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia**



**Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.**

As instituições atuantes no combate à violência no Acre incluem a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Polícia Federal e órgãos de justiça como o Ministério Público. A Polícia Federal desempenha papel essencial no monitoramento das rotas de tráfico e na repressão às atividades criminosas na faixa de fronteira. A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) também tem atuação relevante, especialmente na proteção de terras indígenas frequentemente ameaçadas por atividades ilícitas, como o garimpo e o narcotráfico (Santos, 2024, p. 38-39).

**Gráfico 17 - Taxas médias de homicídio nos municípios do estado do Acre**



Fonte: Elaborado pelo IBAM, com informações de Santos (2024, p. 57).

**Quadro 6 - Síntese da dinâmica da violência e criminalidade no estado do Acre**

<b>Principais tipos de violência</b>	Tráfico de drogas, violência armada entre facções criminosas, conflitos fundiários e violência urbana.
<b>Determinantes sociais da violência</b>	Localização estratégica em relação ao narcotráfico (fronteira com Peru e Bolívia), vulnerabilidade social, desigualdade econômica e presença limitada do Estado em áreas remotas.
<b>Regiões com maiores índices</b>	Municípios com altos índices de violência incluem Brasiléia, Feijó, Sena Madureira, Rio Branco, Tarauacá e Xapuri.
<b>Contexto dos municípios na faixa de fronteira</b>	Os municípios fronteiriços como Brasiléia, Epitaciolândia e Assis Brasil enfrentam intensas disputas por rotas de tráfico de drogas controladas por facções como PCC e Comando Vermelho.
<b>Instituições atuantes</b>	Polícia Militar, Polícia Federal, Ministério Público e Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) atuam no combate à violência e proteção das populações vulneráveis.
<b>Programas de prevenção</b>	Embora existam ações de segurança pública e iniciativas de proteção comunitária, os programas ainda são pontuais e carecem de integração com políticas socioeconômicas.

Fonte: Elaborado pelo Ibam, com base nas informações de Santos (2024)

Execução:

ibom

Realização:



MINISTÉRIO DA  
INTEGRAÇÃO E DO  
DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO